

História dos Municípios Paraibanos

Volume II

Cajazeiras

Rosemere Olimpio Santana
Viviane Gomes Ceballos

Pombal

Helmara Giccelli F. Wanderley

Sousa

Rivaldo Amador de Sousa

Taperoá

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Umbuzeiro

Genes Duarte

Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.)

História dos Municípios Paraibanos

Volume 2

Autores e autoras

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Genes Duarte Ribeiro

Helmara Giccelli Formiga Wanderley

Rosemere Olimpio de Santana

Rivaldo Amador de Sousa

Viviane Gomes de Ceballos

Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Campina Grande – PB

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

História dos municípios paraibanos / Antonio Clarindo Barbosa de Souza (org.). - Campina Grande : EDUFCEG, 2013.

2 v.

110 p.

ISBN 978-85-8001-58-9

1. Paraíba – História. 2. História. 3. Municípios Paraibanos. I. Souza, Antonio Clarindo Barbosa de. II. Título.

CDU 94 (813.3)

Expediente

Universidade Federal de Campina Grande

Reitor

Thompson Fernandes Mariz

Vice-Reitor

José Edilson de Amorim

Diretor Administrativo da EDUFCEG

Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Conselho Editorial

Benedito Antonio Luciano (CEEI)

Consuelo Padilha Vilar (CCBS)

Edjane E. Dias da Silva (CCJS)

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

José Helder Pinheiro (CH)

Onaldo Guedes Rodrigues CSTR)

Marcelo Bezerra Grito (CGT)

Carlos Alberto Vieira de Azevedo (CTRN)

Sumário

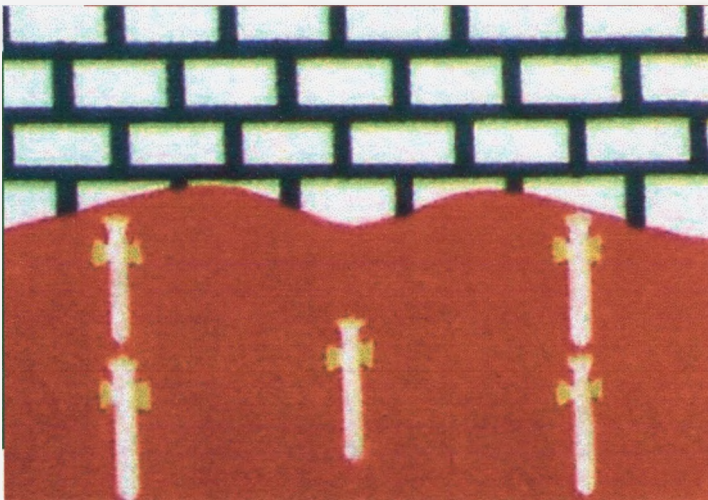
Capítulo 1	Uma historia de Cajazeiras.....	5
1.1	Cajazeiras, Paraíba, Brasil.....	5
Capítulo 2	Uma história de Pombal	21
2.1	A [Des]Construção dos Mitos de Origem: A Fundação do Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó – Pombal.....	23
2.2	O Sagrado e o Profano: A Festa do Rosário e os Ritos Negros	31
2.3	As muitas Marias que a Seca levou	35
2.3.1	A Cruz da Menina de Pombal: A Seca de 1877 e o Caso de Canibalismo no Sertão da Paraíba	35
2.4	Maringá, A Retirante que Deixou Saudades: Uma Canção Para a Cidade de Pombal	41
Capítulo 3	Um historia de Sousa	47
3.1	Os modernos meios de transportes: um novo espaço tempo	49
3.2	A estação e as viagens de trem na memória da cidade.....	52
3.3	Praças, ruas e edificações: as reconfigurações dos espaços urbanos.....	54
3.4	Os serviços urbanos: a água e a luz.....	57
3.5	As ruas iluminadas: a vida noturna	57
3.6	A noite e a cidade: velhos costumes e novos hábitos.....	60
3.7	E de onde vinha a água?	63
3.8	A higienização da cidade e o caso do lixo	65
3.9	Uma nova cidade para um novo homem	66
3.10	TEXTO COMPLEMENTAR.....	67
3.10.1	Inauguração da estação ferroviária de Sousa	67
3.10.2	Reclamando a falta de saúde pública.....	67
3.10.3	As leis de trânsito em Sousa	68
3.10.4	O cinema em Sousa	68
3.10.5	Delimitação da zona urbana e suburbana da cidade.....	69
3.10.6	As festas religiosas.....	69

3.10.7	A educação das crianças.....	69
Capítulo 4	Uma história de Taperoá	73
4.1	A Colonização do Rio Travessia: Os Portugueses “rasgam” os Sertões	76
4.2	Primeiras Posses de Terras: Os Colonos e seus Riachos.....	78
4.3	Sítio Batalhão: Terras Invadidas e Leiloadas.....	82
4.4	Famílias Colonizadoras: Os Costa Villar e os Farias Castro....	84
4.5	Uma Estrada e um Cemitério: A Povoação do Batalhão.....	89
4.6	Símbolos Constituintes Da Identidade Taperoaense	94
Capítulo 5	Uma história de Umbuzeiro	97
	99

Capítulo 1

Uma história de...

Cajazeiras



1.1 Cajazeiras, Paraíba, Brasil

Íviane Gomes de Ceballos¹
Rosemere Olimpio de Santana²

Ao falar um pouco sobre a história da cidade de Cajazeiras é importante sabermos que a história é produzida, a partir dos interesses do presente, ou seja, os questionamentos mudam de acordo com o olhar de quem os faz. Neste sentido, por muitos anos a história que era produzida era apenas a “dos grandes homens, dos “grandes feitos”. Não foi diferente com relação a história sobre a cidade de Cajazeiras. Por isso, ao falar dos nomes considerados importantes na formação da cidade, também queremos apontar a história das pessoas comuns, homens e mulheres, índios e negros que contribuíram com o mesmo grau de importância para a formação dessa cidade.

Cajazeiras torna-se cidade em 1876, no entanto, isso não significa que a sua história não tenha começado antes. Essa região já era conhecida como pertencente ao sertão; segundo o dicionário Aurélio sertão significa: região agreste distante das povoações ou das terras cultivadas zona pouco povoada do interior do Brasil; mais seca do que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura e onde perduram tradições e costumes antigos. (FERRERA, 2004)

Ana Paula Moraes em suas pesquisas mostra que em um dicionário antigo do século XVIII o sertão é apresentado como substantivo que significava “o coração das terras” (SILVA, 1789). Assim, no século XVIII, os sertões por serem pouco conhecidos, alimentavam um imaginário povoado de aberrações e expectativas. Além disso, também representava o lugar da riqueza, da liberdade, pois,

¹ Professora do Curso de História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp.

² Professora do Curso de História do Centro de Formação de Professores – CFP/UFCG. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

através das conquistas de novas terras, ampliava-se o número de bens e propriedades, era a oportunidade para homens e mulheres mudarem de vida.

Ainda a partir dos estudos de Ana Paula Moraes, era comum nos mapas que tratam dos sertões e interiores da América Portuguesa, perceber seres aterrorizadores, "ora sem cabeça, ora em estados de violência; ou representavam desenhos que configuram comunidades, possivelmente indígenas, praticando atos considerados incivilizados para o europeu, como a antropofagia." (MORAES, 2011, 02)

Com isso, o Estado da Paraíba traz desde o seu início um grande legado em suas histórias. Da formação do Estado quando ainda era capitânia, sendo a única que nasceu como capitânia Real, pois todas as outras foram hereditárias, e ela estava diretamente sob os cuidados do Rei de Portugal, preocupado com o processo de colonização do interior. Logo, as batalhas com os índios, que eram chamados de Tapuias, pois todo índio que não estivesse do lado português era assim chamado, que significava "Bárbaro", "selvagem", eram comuns, assim, como as batalhas contra os "invasores" como exemplo, os franceses, o que dificultava manter os domínios portugueses.

Por isso, tratou logo de chamar os índios que não ficaram do seu lado de traidores, como foi o caso dos Potiguaras, povo considerado bastante aguerrido, afeito à guerra. Os portugueses então, através de várias artimanhas, como notícias falsas, conseguiram a ajuda importante dos Tabajaras, que antes amigos dos Potiguaras, passaram a ser seus grandes inimigos, e que ajudaram a expulsar os Potiguaras da Capitania, assim os portugueses conseguiram avançar para o interior do Estado.

Com isso, puderam iniciar as fundações das primeiras vilas, como a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, hoje conhecida como Pombal, considerada uma das primeiras do projeto de expansão para dentro do interior do Estado. O que não significa que não encontraram resistência dos índios no sertão, pelo contrário há relatos que em 1755 os índios Panatis aldeados no sertão do Piancó, entraram em conflito com os moradores que não aceitavam a sua presença. Os índios que habitavam a região, hoje pertencente a cidade de Cajazeiras, eram os da tribo Icó.

Desde a capital até o interior do nosso Estado, à medida em que as cidades foram se expandindo e se desenvolvendo, foram construindo histórias bem peculiares e significativas. Assim, como toda cidade trás em seu nome a história que lhe intitulou, não foi diferente com a cidade de **Cajazeiras**, que assim foi chamada devido a grande quantidade de árvores frutíferas de mesmo nome, no “Sítio Cajazeiras”, e que tem como fruto o cajá. Localizada no alto sertão da Paraíba, distante 476 km da capital do Estado, João Pessoa, Cajazeiras em 1859, na época do Brasil Império, pela lei provincial nº 5 de 29 De Agosto, tornou-se um distrito denominado “Cajazeiras”, ainda subordinado ao município de Sousa. Quatro anos depois, em 22 de novembro de 1863, a lei provincial nº 92 desmembra Cajazeiras de Sousa e eleva o distrito à categoria de vila. Finalmente, em 10 de julho de 1876 Cajazeiras é elevada à categoria de cidade, tornando-se município da Paraíba. Faz fronteira com as seguintes cidades: ao Norte com Santa Helena e São João do Rio do Peixe, ao Sul com São José de Piranhas, à Leste com Nazarezinho e São João do Rio do Peixe e à Oeste com Bom Jesus e Cachoeira dos Índios.

Foi a partir da concessão de uma sesmaria a Francisco Gomes de Brito e José Rodrigues da Fonseca, pelo então governador da Capitania Luiz Antônio Lemos de Brito, que no século XVIII deu início a cidade de Cajazeiras. Essas terras foram, posteriormente, doadas a Luiz Gomes de Albuquerque, pai de Ana Francisca de Albuquerque, como presente de casamento com Vital de Souza Rolim, em 1795; Ana Francisca era conhecida como mãe Aninha – e viriam a ser, posteriormente, pais de 10 filhos dessa união, dentre eles, Inácio de Sousa Rolim, o padre Rolim. Ali construíram às margens do riacho que atravessava a fazenda a Casa Grande, em 1804 (sede hoje do Cajazeiras Tênis Clube). Logo em seguida foi construído um açude para a manutenção dos moradores e dos animais da fazenda.

A cidade de Cajazeiras nasceu sob os alicerces da educação e da religiosidade, marcas que perduram até os dias atuais. Esta última deu origem à construção de diversos prédios destinados à administração eclesiástica, concedendo-lhe uma característica predominantemente Católica Apostólica Romana e logo se transformou num centro de administração episcopal³. A forte inclinação da cidade para a educação fez surgir vários colégios, formando e educando diversas figuras ilustres da sociedade paraibana e de outros Estados da Federação, conseqüentemente ajudou a impulsionar a presença de indústrias e comércios de pequeno porte, tanto em Cajazeiras como na região circunvizinha. Houve assim, o ensaio do desenvolvimento que estava por vir. A formação de ruas e bairros mostrava o que seria a cidade de Cajazeiras.

Historicamente Cajazeiras é conhecida como a "cidade que ensinou os sertões a ler" (CALDEIRA, 1987, p. 231), porém, a tradição popular estende essa marca a todo o Estado da Paraíba: ela teria "ensinado a Paraíba a ler"⁴ e nasce marcada por uma relação de identificação com a trajetória do Pe. Inácio de Sousa Rolim e sua escola, intitulada, Colégio Padre Rolim, fundado em 1843, seis anos após apenas do famoso Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado o primeiro estabelecimento de ensino elevado no Brasil.

Segundo Antonio de Sousa⁵, na obra *Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola*, há uma notável intenção de afirmar a existência de um caráter diferenciado no que se refere à história sobre a origem da cidade, especialmente em relação aos demais municípios da Paraíba, do Ceará e de Pernambuco. A construção dessa imagem das origens da cidade equipara-a apenas, ao exemplo da cidade de São Paulo, cuja origem também se deu em torno de um colégio. Seguin-

³ Relativo ou pertencente a bispo

⁴ Reza a história que só duas cidades tiveram seu início de fundação em torno de uma escola e não como era de costume, em torno de uma igreja: Cajazeiras e São Paulo. A primeira iniciada pelo Padre Rolim; a segunda pelo Padre Antonio Manoel da Nóbrega.

⁵ (Apud. ROLIM, 2010, p. 67)

do essa compreensão, Cajazeiras possui uma singularidade a que nenhuma outra de seu Estado se iguala (SOUSA, 1981, p. 15).

Há, podemos afirmar, uma espécie de simbiose entre a história da cidade e o referido padre – não há como falar da cidade sem mencioná-lo, ou falar de sua trajetória sem mencionar sua importância para a fundação da cidade. Muitos historiadores, jornalistas, estudiosos que se dedicam a escrever sobre Cajazeiras partem dessa relação de identificação com o Pe. Rolim para apresentá-la. Tão forte e arraigada é essa relação que em 1948 é instituído o dia 22 de Agosto (dia do nascimento do Padre Rolim) como sendo o dia em que seria comemorado o dia da cidade. Até hoje essa data é comemorada oficialmente na cidade. Não há nenhuma referência ao dia 10 de julho como aniversário de Cajazeiras. Ganhando, assim, os contornos que atrelam à história e à trajetória do Pe. Rolim e de membros das famílias Dantas, Cartaxo, Albuquerque, etc.

No ano de 1843 quando o Padre Rolim, ergueu a “Casa Escola” na fazenda dos seus pais, mais tarde denominada de colégio, começou a atrair estudantes de vários municípios circunvizinhos e até de outras províncias, inclusive, em regime de internato, como o Padre Cícero Romão Batista, do Juazeiro do Norte, conhecido missionário. Outras personalidades estudaram e passaram a morar nas imediações do colégio. Foram as moradias construídas perto do colégio que deram origem ao município de Cajazeiras, por isso, a peculiaridade da cidade ter tido sua origem em torno de uma escola e não de uma Igreja, sendo a escola fundada pelo Padre Inácio de Souza Rolim em 22 de agosto de 1863. Segundo Eliana Rolim “de acordo com a mesma historiografia, na década de 1860 o Colégio do Padre Rolim atinge seu auge, com um currículo que mantinha o ensino de Latim, Francês e Geografia para 85 alunos”⁶. Deusdedith Leitão afirma que

⁶ Informação coletada em Documento de 1976, alusivo ao primeiro centenário de Cajazeiras, comemorado naquele mesmo ano. Entretanto, o documento a que tivemos acesso foi publicado na edição histórica comemorativa dos 80 anos do jornal O Rio do Peixe: Organ litterario, noticioso e

O colégio funcionou no mesmo prédio onde, após sucessivas reformas, foi instalada a Escola Normal e o estabelecimento de ensino das Doroteias. Esse prédio foi edificado no local da escola criada em 1836. Irineu Joffily o encontrou em fins da década de cinquenta com 'apenas meia dúzia de quartos', mas o Padre Heliodoro dá informações mais lisonjeiras, falando das duas alas em que se dividia o prédio, uma delas com o nome prosaico de Rua da Laranjeira. Havia um salão maior em que o Padre Rolim celebrava missa e o pátio onde os alunos se entregava (sic) ao jogo de bolas de madeira. (LEITAO: 1991, p. 61)

Hoje, neste prédio funciona do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, um dos mais tradicionais da cidade.

No dia 20 de junho de 1864, foi instalado oficialmente o primeiro governo municipal assumindo o comando cajazeirense o vereador-presidente da Câmara, padre José Tomaz de Albuquerque. De acordo com relato do historiador Deusdith Leitão, antes mesmo que conquistasse a sua desejada autonomia a cidade de Cajazeiras já experimentara relativa projeção no cenário político da província, ao eleger o bacharel Manoel de Sousa Rolim como deputado na legislatura de 1844 a 1845. Contudo, limitava-se à representação do distrito à Câmara Municipal de Sousa, de cujo poder participou como representante dos cajazeirenses, o futuro comandante Vital de Souza Rolim. Na condição de vereador e representante do distrito junto à Câmara Municipal de Sousa coube a Vital Rolim (neto de Pe. Rolim) instalar, em 20 de junho de 1864, o Município de Cajazeiras, que fora criado pela lei provincial de número 92 de 23 de novembro de 1863, cujo destino político e administrativo era confiado à Câmara Municipal também instalada no mesmo dia, sob a presidência do benemérito sacerdote cajazeirense Padre José Tomaz de Albuquerque que fora igualmente o primeiro vigário da paróquia.

de orientação catholica, que circulou na cidade pela década de 1920 e 1930 e foi editado em 22 de agosto de 2004 pelo professor Aguinaldo Rolim como parte das comemorações alusivas ao dia da cidade. (Apud. Rolim, 2010)

O hino da cidade, escrito por Cristiano Cartaxo, que segundo Adalberto dos Santos, é desses poucos poetas anônimos que todos um dia já ouviram falar, e musicado por Pedro dos Santos, apresenta essa imagem de orgulho e de visibilidade que se quer imprimir à cidade de Cajazeiras.

HINO DE CAJAZEIRAS

Letra: Cristiano Cartaxo

Música: Pedro dos Santos

Cajazeiras teu nome reluz
numa auréola de amor e de glória
desce o berço essa fonte de luz
que traçou teu destino na história

Estrela: é por isso que vimos ufanos
festejar sua glória inconteste
que resplende e ilumina há cem anos
terra e céus dos sertões do Nordeste.

Por que mais resplandece e se veja
teu roteiro entre as coisas da terra
esta fonte brotou junto à igreja
que teus feitos maiores encerra.

As pessoas que bebem sequiosas
a água viva a correr dessa fonte
sentem n'alma perfume de rosas
e lampejos de sol sobre a fronte...

Bem sentimos que vem esse brilho
como todos os dons que são teus
das sementes de luz que teu filho
semeou sob as bênçãos de Deus.

Praza aos céus que essa chama bendita,
hoje acesa, se alteie sempre assim,
crepitando como ora crepita
em memória do Padre Rolim.

A íntima relação com a religiosidade e a educação também aparecem expressas no hino da cidade que a enaltece como “terra resplandecente” e que junto à igreja conquistou glórias e fez história no sertão nordestino. Com o intuito de trazer uma parte dessa história, foi feito em 2009, o filme: “A Vida de Inacinho”, do diretor Eliézer Rolim, com a participação de um elenco que tinha atores de renome como José Wilker no papel de Padre Rolim, e moradores da própria Cajazeiras.

Santos afirma que o roteiro peca por “excesso de realismo”, e diz que

No filme, nas cenas de escola, o Padre Rolim sempre aparece sozinho, entre os estudantes. Jamais em contato com outros professores daquele tempo. Durante a permanência do menino Inacinho na antiga cidade, o Padre Rolim é visto comandando a todos, dando a entender que naquele lugar só moravam ele, uma escrava, alguns poucos empregados, os alunos e a mãe. O filme repete a eterna contradição da tradição histórica de Cajazeiras: quando a cidade é lembrada nos primeiros anos de sua fundação, destacam-se apenas o Padre Rolim e a Mãe Aninha, em detrimento de outros importantes personagens. (SANTOS, 2010, p. 55)

Uma contradição, afirma Santos, já apontada em alguns trechos dos livros de Deusdedit Leitão, quando este historiador, chama atenção a personagens como Seu Lu, Dona Delza, Zé Accioly, Dona Carmelita Batista, Gilberto e Humberto Pessoa, e o primeiro prefeito eleito de Cajazeiras, o senhor Octacílio Jurema⁷. No entanto, mesmo com o atual esforço da historiografia em destacar a importância de tantos outros personagens importantes para a história dessa cidade, a relação com o Padre Rolim povoa ainda o imaginário popular e as narrativas históricas sobre a cidade.

Santos (2010) apresenta transcrição de reportagem do jornalista cajazeirense Júlio Moésia Rolim (sobrinho-neto do Padre Rolim) quando do seu falecimento. Segue trecho transcrito que demonstra a relação de identificação e de sacralização de uma memória do padre e da cidade:

Foi no sábado, 16 de setembro de 1899, que teve lugar o tremendo eclipse que submergiu nas espessas trevas do túmulo o **venerando Padre Inácio de Sousa Rolim, de imperecível memória**. Faleceu às 8 horas da noite no importante esta-

⁷ “Octacílio Jurema: médico cajazeirense, tornou-se prefeito eleito de Cajazeiras por duas vezes, nos pleitos de 1951 a 1955 e 1959 a 1963, além de ter sido Deputado Estadual da Paraíba e suplente de Senador da República, tendo assumido três vezes a vaga do Senado por afastamento dos titulares. Foi Secretário da Educação do Estado da Paraíba no Governo de Oswaldo Trigueiro, em 1947. Seu falecimento, em agosto de 1987, causou incrível comoção na cidade”. (SANTOS, 2010, p. 85)

belecimento de educação que fundou e onde sempre viveu retirado de todas as cousas mundanas, entregue às práticas da caridade cristã, e a uma quase abstinência de alimentação. (...) Indivíduos de todas as classes, de todos os matizes, de todos os sexos, de todas as idades, de todos os lugares circunvizinhos, ali foram, em piedosa romaria, verter lágrimas de verdadeira dor, sobre aquele corpo inanimado, ou oscular conritamente aquelas mãos caridosas, que tantos benefícios difundiram. Foi vitimado por uma astenia cardíaca senil, que dia a dia minava sua preciosa existência. O pertinaz incômodo que o fez definhar, reduzindo-o ao maior grau de extenuação, prostrou-o cerca de um mês antes da morte, lapso de tempo em que ingeria, a custo, leite e café em pequena porção. (...) O seu passamento teve lugar em setembro, no rigor do estio (seca), como ficou dito; entretanto, o seu cadáver, **que foi sepultado quase três dias depois da morte, não exalava nenhum odor que indicasse putrefação!** (...) Na ocasião das solenidades do funeral, era compacta a multidão que se acotovelava no recinto da catedral, no afã de se aproximar do ataúde do venerando extinto. Eram os seus amigos, os seus admiradores, os seus protegidos, os seus parentes, os seus antigos alunos, feridos pelo grande infortúnio, que rendiam homenagem a um bom, a um justo, que nunca teve ódio, que abominava a malevolência, que detestava a perfídia, que só se esforçava por ser útil a todos que o procuravam. (...) Para o coração de Cajazeiras foi sentidíssimo o passamento do erudito sacerdote. Todos experimentaram e observaram então o quanto era insubstituível aquele sacerdote virtuosíssimo, cuja vida fora uma série de benefícios a todas as classes sociais. (...) E é isto o que sempre acontece aos geniais, aos úteis, aos semeadores do bem, a todos, enfim, que sendo benfeitores do presente, se tornam, segundo a fulgurante expressão de uma mentalidade, coevos do porvir. **Realmente ele não morreu, não desapareceu nas trevas da campa, gravou-se nas profundezas da memória de um povo.** O astro de seu refulgente espírito, ao tombar no ocaso desta vida, avançou por além-túmulo até as mais puras regiões. Obedecendo à voz de Deus, deixou o invólucro terreno e subiu a receber, pelos atos desta temporaria, o prêmio de uma vida de eterno gozo no seio da luz.” (PIRES, 1990, pp. 106-108; *apud* SANTOS, 2010, pp. 75-76). *Grifos nossos.*

Vemos como vários símbolos são acionados para caracterizar o Padre Rolim e a sua importância para a cidade de Cajazeiras. Homem de “imperecível memória”, que “gravou-se nas profundezas da memória de um povo”, enfim, um homem que parece até transcender sua condição humana quando, mesmo após três dias de falecimento, seu corpo “não exalava nenhum odor que indicasse putrefação!”.

Para além dessa relação de identificação e de uma quase simbiose entre o Padre Rolim e a cidade de Cajazeiras, como sugere Adalberto dos Santos (2010), não se pode deixar de mencionar e de reconhecer a importância de tantos outros cidadãos ilustres que contribuíram para a formação e consolidação desta cidade.

Pessoas que não se destacaram pelo sobrenome que indicava a importância da família ou pelas propriedades e bens que possuíam, eram homens e mu-

Iheres anônimos que muito tempo viveram no que Ana Paula Moraes chama de "cultura do movimento".

Era o colonizador que caminhava em busca de novas terras, eram os indígenas que sofriam os impactos dessas chegadas; era o viajante que percorreria as veredas do sertão para fazer comércio ou apenas para chegar a outros lugares; era o caminhar cotidiano em busca da água nas caimbas. (MORAES, 2011, 05)

Assim, antes dos colonizadores, da família Rolim, e mesmo depois, a história da cidade também foi feita por essas pessoas que lutaram bravamente pela sobrevivência e que ajudaram a construir cada pedra do que hoje é a cidade de Cajazeiras.

O ato de tanger o gado e de aboiar são exemplos de práticas que persistem, mas também aspectos do comportamento social e mental do sertanejo do século XVIII são possíveis de serem notados nos dias de hoje, como o exercício da solidariedade e hospitalidade para com os viajantes, a configuração de habitações com mobiliário escasso, a utilização do couro para confecção de utensílios variados, a preferência pela rede como objeto de apoio para práticas de sociabilidade, descanso e alimentação. (MORAES, 2011, 07)

Mas a cidade só experimentará ares modernos no Século XX, mais precisamente a partir da década de 1920. Com o maior desenvolvimento, tanto da cidade, quanto da sua rede de escolas, como exemplo a partir da década de 1920⁸ vem a ganhar uma quantidade significativa de avanços do que Gervácio Aranha vai intitular de símbolos do moderno, como o telégrafo e o telefone, a luz elétrica,

⁸ O comércio já era uma atividade importante, que dinamizava a vida da população local e das cidades vizinhas com as quais os comerciantes cajazeirenses mantinham transações. Entretanto, os grandes negócios do algodão eram feitos com praças mais desenvolvidas, como a capital cearense ou a pernambucana ou ainda com Mossoró, no Rio Grande do Norte. O intercâmbio com a capital do estado de início era dificultado pelas condições de acesso, que só vão melhorar a partir da chegada do trem em 1923 e o melhoramento das estradas de rodagens já na década de 1930 (LEITÃO, 1999, p. 34-35). (Apud. ROLIM, 2010, p. 68)

o trem de ferro, os jornais, possibilitando assim, uma nova chagada de moradores que não mais vinham apenas atrás das escolas como quando de sua fundação, mas agora de um comércio forte, construindo assim, grandes casarões e edifícios em várias ruas, não apenas a central, deixando indelévels marcas da chagada da modernidade também no interior do Estado da Paraíba e dentre suas cidades, a exemplo de Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras. Segundo Eliana Rolim, “em relação a outras cidades paraibanas analisadas na sua dissertação, foi também na década de 1920 que Cajazeiras começou a conhecer mudanças significativas na vida material e cultural, que denotam a chegada de ícones e ações de modernidade”.

As mulheres também exerceram papel de grande importância na formação de cajazeiras, começando pelos nomes ilustres a mãe do padre Rolim, Ana Francisca de Albuquerque, foi considerada como uma das responsáveis pelo sucesso educacional da cidade, assim como as professoras normalistas e freiras. A cidade também contou na década de 1920 com uma publicação organizada pelas mulheres da liga social católica cajazeirense, era a revista Flor de Liz, importante revista na qual também eram discutidos os novos lugares da mulher moderna.

Ainda segundo Eliana Rolim, “a seca, que era considerada como uma constante vilã na vida dos sertanejos – chega a ser apontada pelo cronista Costa (1986) como um mal necessário ao sertanejo para que, por meio dela, o governo federal se sensibilizasse e olhasse para o sertão nordestino”. Nesse sentido Cajazeiras também faz parte dos municípios paraibanos que enfrentam períodos de estiagem, por isso, “na década de 1920, Cajazeiras recebeu o primeiro conjunto de serviços empreendidos pelo IFOCS⁹, dentre os quais a construção de grandes reservatórios de água e a abertura e melhoria de estradas de rodagem foram os mais executados”. Com o projeto colocado em execução vieram as grandes obras e “essas obras tiveram grande respaldo no cotidiano local, movimentando a cidade em suas esferas política, social, econômica e cultural”.

Ainda segundo Eliana Rolim, “a construção do Açude de Engenheiro Ávidos, por exemplo, atraiu trabalhadores de várias localidades do Nordeste, o que

⁹ Instituto Federal de Obras Contra a Seca.

proporcionou um aumento populacional e também gerou emprego e renda para a cidade”. Porém, a autora destaca que mesmo diante da grandeza dessas obras foi pelo algodão que a cidade adentra o progresso. “Era o ouro branco, o grande responsável pela geração da riqueza que possibilitou a renovação do perfil material do município, com as primeiras transformações urbanas. O algodão era até visto como a flor da cidade (SILVA FILHO, 1999, p. 292).

Com o desenrolar do Século XX, a cidade viu várias transformações, principalmente urbanas e tomando a observação feita por Eliana Rolim, embora a cidade tenha vivenciado outros momentos de expansão e transformação de seu perfil material urbano, não se iguala com que tem ocorrido nos últimos anos. O comércio expandiu, oferecendo inúmeros produtos antes só encontrados na capital. O número de universidades públicas e privadas fez com que Cajazeiras tornar-se-á uma cidade universitária, atraindo com isso inúmeras pessoas e possibilidades de expansão, como no mercado imobiliário, além de ter favorecido um maior número de empregados e com isso mantendo os filhos da terra na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, Fernand. **A (R)Urbanização paraibana** – Cajazeiras, “a cidade que ensinou a Paraíba a ler”. In: MELO, José Otávio de Arruda (coord.) *Capítulos de história da Paraíba*. Campina Grande: Grafset, 1987.

IBGE – CIDADES (Cajazeiras) – disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em 20 de novembro de 2011.

LEITÃO, Deusdedit. **O educador dos sertões: vida e obra do Padre Inácio de Sousa Rolim**. Teresina: Gráfica Estado do Piauí Impressora e Editora Ltda., 1991. (Coleção Documentos Sertanejos, Série Paraibana, v. 2)

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira. **Relações sociais e construção do espaço a partir do movimento no Sertão Colonial**. São Paulo, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, Pedro Lins de. **Retalhos de Vida: Um pouco de Cajazeiras**. João Pessoa: Textoarte editora, 2000.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial**. Dissertação (Mestrado) – Programa

de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SANTOS, Adalberto dos. **O padre e a rua**: a história do sacerdote Anselmo Duarte Rolim e da via pública de mesmo nome, nas Cajazeiras do Padre Rolim. Fortaleza: Edições Acauã, 2010.

Capítulo 2

Uma história de...

Pombal

2.1 SANGUE. SOFRIMENTO E FÉ NO SERTÃO DA PARAÍBA: Revisitando a História de Pombal e construindo novas representa- ções sobre seu passado

Helmara Giccelli Formiga Wanderley*

2.1.1 A [DES]CONSTRUÇÃO DOS MITOS DE ORI- GEM: A FUNDAÇÃO DO ARRAIAL DE NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO DO PIANCÓ – POMBAL

O desbravamento dos sertões, segundo a historiografia tradicional¹⁰, foi mérito de uma “raça de gigantes”, bandeirantes e/ou entradistas, que desafiaram os perigos da mata virgem e os brasilíndios, promovendo a expansão territorial brasileira para além dos limites acordados entre Espanha e Portugal no Tratado de Tordesilhas de 1494. Estes homens, “incendiados pela ganância e em nome do avanço da civilização, escravizaram indígenas aos milhares, [eles] agiram, em seu tempo, para além da lei e das fronteiras; para aquém da ética”(BUENO, 2003, p, 58).

Representações como estas são comuns na historiografia nacional sobre o tema o que, por sua vez, caracteriza-se por sua ambivalência de sentidos. Destarte, assinala-se que se há, por um lado, discursos grandiloquentes que heroificam estes homens, há, contudo, representações negativas acerca destes persona-

Dados geográficos do Município

Localização: baixo Sertão das Piranhas, na fachada ocidental do Estado da Paraíba, integrando a microrregião nº 95 -Depressão do Alto Piranhas;

Limites: **N-** Lagoa e Paulista; **S-** Cajazeirinhas e Coremas; **L-** São Bentinho e Condado; **O-** São José da Lagoa Tapada, São Domingos de Pombal, Aparecida, São Francisco e Santa Cruz.

Área: 888,802 km²;

* A autora é mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG e professora nos cursos de Serviço Social e Direito do CCJS-UFCG – Sousa-PB.

¹⁰ Entre os historiadores tradicionais que tratam do tema, considerem-se, a título de exemplo, as obras: *História geral das bandeiras paulistas*, de Taunay (1924); *Raça de Gigantes*, de Alfredo Elis Jr. (1926); também Prado Júnior com a obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), entre outros.

gens, colocando-os entre os “maiores criminosos do seu tempo”¹¹ (BUENO, 2003, p. 58).

É, portanto, seguindo os rastros das bandeiras e/ou entradas que chegamos ao luso-brasileiro Teodósio de Oliveira Lêdo, que a partir de 1695 iniciou o processo de conquista do Sertão das Piranhas, consolidado com a fundação do “Arraial do Piancó”, atual cidade de Pombal¹².

De acordo com Borges de Barros, em sua obra *“Bandeirantes e sertanistas”*, Teodósio, foi o quarto *“Capm-Mor das fronteiras das Piranhas, kariris e Pihancós”*, o que ocorreu após o falecimento de seu irmão, Constantino, em 1694, conforme carta de nomeação de 03 de novembro daquele ano. No mesmo documento, lê-se ainda:

Convém ao serviço de S. Magestade que Deus guarde a conservação dos moradores de todo aquele certam e sues destritos provello em pessoa de grande valor, pratica militar e experiência da guerra dos Brarbaros e certães daquelles destritos; concorreram todas essas qualidades e mais suposições que o fazem benemérito de occupalo na Teodosio de Oliveira Ledo (apud SEIXAS, 2004, p. 134).

A carta sugere que a escolha do capitão foi atribuída a sua habilidade nas guerras contra os nativos durante suas investidas nos sertões, o que não exclui o caráter político e/ou os conflitos de interesses que poderiam surgir em caso de não se respeitar a hereditariedade para o cargo em questão.

Sobre as aptidões guerreiras do sertanista, Capistrano de Abreu, assevera que, *“a zona das cactáceas não lhes bastava, nem poderia corresponder aos seus pendores de aventureiro ambicioso, preador de índios e conquistador de terras [...] Foi ele realmente o restaurador da região sertaneja”* (apud SEIXAS, 1985, p. 167).

O ato **restaurador** citado por Capistrano refere-se à pacificação e rendição dos Tapuias, ocorrida no ano de nomeação do sertanista. Ora, é sabido que a Guerra dos Bárbaros, nos Sertões das Piranhas, estendeu-se de, aproximada-

¹¹ Não é nosso propósito, nesse estudo, discutir o estatuto do bandeirante/entradista, se herói ou vilão. Nossa pretensão aqui é analisar as práticas e representações construídas acerca do sertanista Teodósio de Oliveira Lêdo, bem como, suas investidas pelo Sertão das Piranhas.

¹² Pombal foi o primeiro núcleo de povoamento no Alto Sertão paraibano, estando a 372 km da Capital do Estado, João Pessoa e a 250 km de Campina Grande.

mente, 1680 a 1730, o que evidencia a resistência dos brasilíndios à dominação europeia. É fato que, em 1694, a conquista dos sertões não havia sido consolidada, o que nos leva a crer que, o citado capitão, objetivando lograr êxito no empreendimento, agiu com maior ímpeto sobre os povos que habitavam a região. Destarte, frente aos excessos de Teodósio, os Tapuias não hesitaram em rebelar-se, confederando-se várias vezes, o que, antes de intimidar Oliveira Ledo, veio acirrar sua ira, garantindo, por força das armas, a pacificação momentânea daqueles “homens brabos”, bem como, a gratidão do governador da Capitania que tratou de nomeá-lo para o cargo de Capitão-mor.

Independente dos motivos que ocasionaram a nomeação de Oliveira Lêdo, com a pretensão de levar o mais longe possível seus domínios, este desbravador,

Navegando o rio Paraíba até chegar ao boqueirão de Cabaceiras [...] chegou, finalmente ao local onde foram fincados os marcos de fundação do aludido Arraial: a margem direita do rio Piancó, cerca de seis quilômetros de sua confluência com o rio Piranhas (SOU-SA, 1971, p. 16).

Portanto, o lugar escolhido, o **Sertão das Piranhas**, nas planícies do vale do Piancó, às margens do rio de mesmo nome, tendo sido o rio o fator que impulsionou a escolha, visto que a expansão paraibana para os sertões esteve relacionada, antes de tudo, à indústria pecuarista, que exigia, além de pasto abundante, água suficiente para o gado e para a gente envolvida naquele empreendimento.

Ora, o Sertão não era desabitado, viviam na região vários povos brasilíndios, em face do que houve inúmeros conflitos entre estes e os colonizadores, ambos, desejando a posse das terras ribeirinhas, essenciais à sobrevivência naquele território. **Os antigos habitantes** do Sertão, segundo Seixas, citando Pe. Otaviano, pertenciam, “ao tronco Cariri [...], as tribos ariús, pegas, areas, paicus [paiacus], tapuias, janduís, icós, canindés, Coremas, sacuriús e dezenas de outras; todas valentes e ferozes, batendo-se em tocaias e mesmo em campo raso contra a penetração luso brasileira” (2004, p. 125).

Assinale-se que, apesar das investidas atentadas pelo referido capitão, **as populações nativas resistiram bravamente**, em face do que Teodósio, em princípio de 1697, dirigiu-se ao governador da Capitania da Paraíba, Manoel de Albergaria, a quem, segundo correspondência deste administrador, enviada ao rei de Portugal, “informou o estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoados das invasões e destrago que os anos passados fizeram neles o gentio bárbaro Tapuia”. Mas o objetivo da viagem do sertanista não foi apenas informar sobre as resistências nativas, o capitão dirigiu-se àquela autoridade, para pedir providências no sentido de ajudá-lo a conter os brasilíndios e fundar o Arraial, conforme sugere o documento: “mui conveniente, que estes [sertões] se tro-

nassem a povoar com gados e currais”, para o que se faria necessário a ajuda do governador. (apud. SEIXAS, 1975 p. 55).

O pedido foi acatado, conforme sugere a carta escrita por Teodósio ao governador, em julho de 1698. Um verdadeiro genocídio acometeu-se no Sertão das Piranhas, vitimando os “Tapuias brabos”, que frente à superioridade bélica daqueles “homens civilizados”, não tinham alternativa, senão a de condicionar-se a “paz” imposta pelo capitão. *“Era irrevogável a sentença de escravidão desses infelizes feridos da sorte [...] Oliveira Lêdo não dispensava presas de guerra que podia fazer para si”* (SEIXAS,1985, p. 172).

Sobre isto, leia-se a carta do Capitão-Mor,

Cheguei com tudo a salvo e em paz a este arraial de Pau Ferrado, nos primeiros dias de abril e dali há nove dias de minha chegada me veio um aviso do meu gentio, que distante do arraial três léguas estavam em como eles se haviam encontrado trinta ou quarenta Tapuias brabos, que me vinham em busca de paz e que em todo o caso os socorresse pelo receio que tinham de que lhe sucedesse algum dano [...] eu lhas consedi com ditame de procederem contra nossos inimigos e com a obrigação de conduzirem o seu mulhério para o arraial debaixo de armas (apud SEIXAS, 1975, p. 53).

O documento, antes de ratificar o heroísmo de Teodósio, evidencia o caráter brutal da sua empresa, que colocou, sob força das armas, tribos contra tribos. Ademais, o próprio bandeirante enfatizou que nem as mulheres foram poupadas.

A mesma carta permite conhecer as representações do desbravador acerca das investidas desferidas sobre as nações brasilíndias que habitava a região e que resultaram na **fundação do Arraial do Piancó**, o que aconteceu, na manhã 27 de julho de 1698, era uma quinta-feira...

Ao romper do dia sobre ele [o futuro arraial] com toda disposição possível tendo-me ele o encontro com valor, porém quis Deus que desse V. S. o quanto de alcançar a vitória durante a peleja até as nove horas do dia, e ela acabando **se acharam da parte do inimigo trinta e dois mortos e setenta e duas presas e muita quantidade de feridos e da nossa parte não perigou nenhum e**

se me feriram seis homens, e das presa mandei matar muitas por serem incapazes (apud SEIXAS, 1975 p. 54) grifos nossos

Apesar das atrocidades cometidas por Lêdo, as resistências nativas, estenderam-se, depois de fundado o arraial por muitos anos, provocando o desaparecimento quase total daquela população primeira. O Sertão da Paraíba viveu dias de dor, fazendo jus ao nome que batizava a região¹³.

As ações do capitão no Sertão das Piranhas foram, ainda, naquele tempo, representadas, sentidas, apropriadas e compreendidas de maneiras diversas, o que evidencia os conflitos de interesses e as negociações entre bandeirantes e governantes. Nesta perspectiva, considerem-se as motivações que levaram Manoel de Albergaria a apoiar o conquistador.

Em carta enviada ao rei de Portugal, o governador externa suas expectativas quanto ao “bom sucesso” da campanha daquele Capitão-Mor,

pela utilidade que resulta à real fazenda de V. Majestade, pelos acréscimos dos dízimos, como pela conveniência de toda esta Capitania, pelas muitas quantidades de gados, que naqueles sertões se apresentam e a abundância de pastos que nele há, para o que era necessário que eu o ajudasse, dando-lhe alguma gente e munições para nas ditas Piranhas fazer arraial (apud SEIXAS, 1975, p. 55).

Apesar de ficarem explícitos os interesses de ordem econômica que garantiriam o sucesso da indústria pecuarista e, em consequência, também os lucros reais e do governador, findo a narrativa sobre Teodósio, o Sr. Albergaria, ainda afirma sua participação no empreendimento, o que o fez na certeza de uma recompensa real, prática corrente entre a realeza e seus súditos naqueles anos.

Apesar dos ganhos que a conquista do Sertão paraibano trouxe para os portugueses, e ainda que houvesse uma guerra secular pelo domínio das terras brasileiras, esta não era uma guerra declarada. Em face do que, as cartas, tanto aquela escrita por Teodósio, quanto a produzida pelo governador, tinham um teor nónimo, visto que colocava em evidência o carácter violento da colonização. E, embora tenha reconhecido a importância da campanha do sertanista, o rei português não hesitou em advertir quanto às ações praticadas pelo Capitão, asseverando ter

¹³ Piancó em língua tupi significa aquele que provoca dor, terror, sofrimento.

estranhado, “o modo com que o capitão-mor Oliveira Ledo tratou aos infelizes tapias que tomou na guerra [...] o mau exemplo que se dava na guerra podia comprometer o problema da paz para o qual estava empenhado El-Rei”, e conclui afirmando ser o procedimento do capitão “digno de exemplar castigo” (apud SEIXAS, 1985, p. 171).

O teor do documento parece sinalizar para a preocupação da realeza com as comunidades brasilíndias, o que logo se desfaz, visto que o significado de paz, neste caso, implica pacificação, subordinação. Assevere-se que esta paz pretendia tanto viabilizar a expansão territorial dos portugueses na América, quanto favorecer o desenvolvimento da economia pecuarista e, depois, algodoeira na região. Observe-se, portanto, que a advertência real, pretendeu encobrir, ou silenciar as faces brutais da empresa colonial, o que foi usual nas conquistas desferidas por aquele país europeu no além-mar. Fato é que, apesar da orientação para punir Teodósio, não há nenhum registro, conhecido, que faça alusão a castigos contra aquele Capitão-Mor.

Conclua-se que, para o bem da “civilização” e em detrimento das comunidades brasilíndias, “O certo é que o arraial/ Do Piancó foi fundado/ Por Teodósio Oliveira/ como foi recomendado/ sendo que dito arraial/ Hoje se chama Pombal, Velha cidade do Estado” (NUNES, 2001, p. 121).

Ora, o nascimento de uma cidade não pode estar fundado apenas em sangue e morte, neste sentido e, dadas as limitações documentais, foi criado o **mito de origem de Pombal**, tendo como escopo glamourizar os eventos que marcaram a conquista do Sertão da Paraíba.

Misto de saga e heroísmo, Pombal teve sua versão de origem no mito cristão, não por acaso, pois foi obra de Pe. Otaviano o aparecimento de tais representações,

mais de dois mil índios. Era desigual o combate. Inevitável o trucidamento dos colonos. Ali estava um religioso de Santo Antonio, em prece fervorosa, no aceso combate. O piedoso franciscano invoca a proteção de Nossa Senhora do Bom Sucesso com a promessa de lhe erigir uma igreja mais digna de sua glória¹⁴, constituindo-a sua padroeira. O voto foi deferido. Os bárbaros fu-

¹⁴ Em 1701 foi construída uma capela de taipa, onde o religioso da ordem franciscana ministrava os sacramentos aos habitantes daquelas paragens.

giram assombrados ante a resistência cristã (apud SOUSA, 1999, p. 19).

É evidente que não foram as orações daquele religioso que expulsaram os brasilíndios daquela planície. Foram as atrocidades que fez recuar os nativos. A luta foi tão desigual, que não houve nenhuma morte da parte de Teodósio, conforme este mesmo capitão relatou em carta ao governador da Capitania da Paraíba.

Findo aquela querela, em cumprimento à promessa que supostamente teria feito o religioso, inicia-se em 1721 a construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

A narrativa cristã, na mesma medida em que tentava engrandecer o ato fundador de Teodósio, vinha também reforçar a fé na Santa do Bom Sucesso.

Por fim, considere-se que o mito das origens, segundo Sandra Jatahy Pe-savento,

“articula os cacos da passeidade numa representação convincente e desejável que, ao mesmo tempo em que vai ao encontro das necessidades do inconsciente coletivo, orienta e guia a percepção” (2002, p. 245).

Consolidada a conquista do Sertão, por ordem régia de 1766, foi autorizada, em 26 de julho, a ereção de novas vilas na Capitania da Paraíba. Foi, contudo, somente seis anos mais tarde, que a povoação do Piancó, viu-se **elevada a condição de Vila**¹⁵, **com a denominação de Pombal**, conforme termo que lavrou o acento,

Aos quatro dias do mês de Maio de mil setecentos e setenta e dois annos Povoçam de Pombal, na comarca da Parahyba do Norte [...] lido a todas as pessoas presentes o transmito da carta do Ilmo e Exmo Senhor General de Pernambuco [depois], foi dito três vezes – Real, Real, Real. Viva a Nossa rainha Fidelíssima e Senhora Dona Maria primeira de Portugal – cujas palavras repetio todo o povo em signal do reconhecimento da mercê que recebia

O NOME POMBAL, HOMENAGEM AO MARQUÊS?

De acordo com carta régia de 22 de Julho de 1766, que autorizava a ereção de vilas nas Capitânicas de Pernambuco e Parahyba, os administradores deveriam denominá-las com nomes de cidades portuguesas. Considere-se que foi o Marquês de Pombal quem sugeriu criar novas vilas nas referidas capitânicas, o que deve ter sem dúvida alguma influência na escolha da vila a ser homenageada.

¹⁵ De acordo com Verneck, “Pombal foi a primeira vila que se fundou no sertão da Paraíba, antes, se conhecia apenas as vilas de Pilar (1758), Alhandra (1765) e a do Conde (1768), todas próximas do litoral” (SOUSA, 1999).

desta mesma soberana Senhora pella criação desta Villa de Pombal (apud SEIXAS, 2004, p. 248).

Na mesma data, **04 de maio de 1772, ocorreu também a Emancipação Política de Pombal**¹⁶, elegendo-se para presidir os trabalhos na câmara municipal Francisco de Arruda Camara. Em face do que, quando da **elevação de Pombal ao status de Cidade, acontecido em 21 de julho de 1862**, “não se está dizendo que também se comemora sua emancipação política” (apud SEIXAS, 2004, p. 248)¹⁷.

Muito emblemático é o fato de que Pombal, mesmo sendo o núcleo irradiador da conquista do Sertão da Paraíba, ter apresentado pouco desenvolvimento econômico e urbano.

De acordo com Irineu Joffily, em 1892, a cidade era assim constituída:

Tinha 230 prédios, duas Igrejas, uma das quais ainda não concluída¹⁸ e a cadeia, a maior e a melhor do interior do estado. Pombal apesar de ser como vila, a mais antiga do sertão, é a menor das 10 cidades da Paraíba (apud. SOUSA, 1999, p. 33).

É possível que a fisionomia da cidade não tenha sofrido muitas modificações até as primeiras décadas do século XX, quando se percebe um incipiente impulso modernizante, o que altera substancialmente o cotidiano e as sensibilidades dos pombalenses.

Por fim, acrescenta-se que mesmo em face de sua ereção à condição de cidade, esta, continuava a ser administrada por uma Câmara Municipal, o que só veio a mudar em 1895, por meio da Lei Federal Nº 27, de 02 de março. Esta lei, criou os cargos de Prefeito e sub-prefeito. Neste sentido, sublinhe-se que o primeiro prefeito Municipal de Pombal foi o Coronel João Leite Ferreira Primo, que ficou à frente daquela edilidade de 1895 a 1905.

¹⁶ Dadas as limitações deste estudo, não trataremos aqui da vida política de Pombal. Neste sentido, orientamos a leitura da obra de Verneck Abrantes de Sousa, “A trajetória política de Pombal”, 1999.

¹⁷ Pombal foi a quarta vila da Província a tornar-se cidade. Primeiro veio Areia em 1846, depois Sousa, em 1854, Mamanguape no ano de 1855 e, finalmente Pombal em 1862 (SOUSA, 1999).

¹⁸ Em 1892, a atual Igreja do Rosário, era ainda templo da Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

2.1.2 O SAGRADO E O PROFANO: A FESTA DO ROSÁRIO E OS RITOS NEGROS

A Festa do Rosário de Pombal, bem como a Irmandade do Rosário foram criadas no final do século XIX, em 1895, momento em que o país passava por grandes mudanças sócio-políticas¹⁹.

Em Pombal, naquele contexto, a construção da nova Igreja para a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Bom Sucesso, estava quase por concluir, em face do que, ao ser transladada a Imagem daquela Santa para o novo templo, a antiga Igreja deveria acolher outra confraria ou irmandade²⁰.

Neste sentido, talvez ciente de sua condição naquele contexto e das vantagens que teriam as outras congregações, antecipando-se em dois anos, “o confrade Manoel Antônio de Maria Cachoeira, segundo Edmilson Evaristo Neri (2001),

*Seguiu estrada, foi a pé,
Nas veredas do sertão,
O preto, apelidado por Mané,
Saíra assim do seu Torrão
Destinando-se a Olinda,
Cidade folclórica e linda
Com Nossa Senhora no coração.
[...]
Em outras vezes tantas,
Manoel Cahoeira, lá voltou,*

*Em favor da Virgem Santa
Para conseguir o que anunciou
[...]
Trouxe com ele bem guardado
O canônico documento
Que recebera do prelado,
Com insistência e sofrimento,
Legalizando a Irmandade
Dando prova de sua lealdde
Aquele heróis de talento.*

O documento que trouxe o negro Mané, em 18 de julho de 1895, autorizado pelo Bispo de Olinda, D. João Fernandes Tiago Esberardi, estabelece, em seu Art. 1º

¹⁹ Em 1888, por meio da Lei Áurea foi extinta “oficialmente” a escravidão no Brasil; seguindo-se a este acontecimento, em 1889, o país deixou de ser uma monarquia, naquele ano houve a implantação do regime republicano.

²⁰ Segundo Seixas, havia em Pombal, naqueles anos, três outras confrarias: A Confraria do santíssimo Sacramento [S.S. Sacramento], criada ainda quando Pombal era vila, em 6 de Janeiro de 1859; a Irmandade das Almas e a Irmandade do Rosário, estas últimas criadas em fins do século XIX. No início do século XX, foi instalada a Irmandade São Vicente de Paula.

Fica instituída a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário com sua criação na Igreja Matriz da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Pombal, até que sob os auspícios da mesma Irmandade se construa uma capela com aquela invocação (SEIXAS, 2004, p. 384).

De volta à Pombal, em posse do documento, segundo o Sr. João Domingos dos Santos [João Coremas], Manoel Cachoeira, “foi recebido com muita festa. Foi um grande homem, pobre, mas um grande homem! Ele lutou contra os padres que era tudo contra a Irmandade, era tudo racista! Ele foi nosso primeiro rei” (SANTOS, 2011).

Ora, aquela autorização era, para a comunidade negra daquela cidade, um acontecimento histórico, afinal, não eram poucos os obstáculos à criação da daquela Irmandade no final do século XIX, sobressaia-se na campanha contrária o vigário local, Monsenhor Valeriano Pereira de Sousa, que se mostrava abusivamente racista (SEIXAS, 2004).

Apesar do documento de autorização, emitido em Olinda, prevê a construção de um novo templo para a Santa do Rosário, em 1897, com a conclusão da nova Igreja Matriz, os negros ganharam seu santuário no Centro da cidade.

Quanto à festa, lembra o Sr. João Coremas, “quem organiza, quem sempre organizou, foi a Irmandade, mas a festa é do Rosário!”(2011).

Conforme estabelecido no Estatuto, a festa aconteceria a cada 1º domingo de outubro, tendo por finalidade acumular recurso para a manutenção da “velha” igreja. A primeira festa teria acontecido no mesmo ano de criação da Irmandade, restringindo-se a procissões, a missas e festejos afro-brasileiros.

Considere-se que, mesmo depois da abolição, os negros que habitavam em Pombal e em outras partes do Brasil, continuaram a se submeter às jornadas extenuantes de trabalho braçal, o que poderia provocar conflitos sociais de grandes proporções. Assim, o culto a um santo era antes de tudo uma forma de minimizar as tensões e uma forma de lazer²¹. Por um lado, o lazer do dia dedicado ao

²¹ De acordo com Benjamin, “a devoção religiosa estava sempre ligada ao lazer. Ao crescer a dedicação a um santo ou uma invocação de Maria ou de Jesus, a data passava a ser santificada, isto é, dia de lazer e de festejos profanos” (BENJAMIN, S/D, p. 33). Sobre a relação trabalho e lazer ver: DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1976.

Santo era um mecanismo de resistência dos pretos que tiveram seus ritos incorporados às liturgias cristãs. Também o inverso aconteceu, pois às celebrações cristãs foram incorporadas as expressões culturais dos negros. O culto aos santos constituía também um momento de evasão, uma fuga do trabalho, um momento de não-trabalho. Por outro lado, a anuência da Irmandade, apresentava-se para as elites brancas como instrumento de dominação dos negros, que aos poucos, abandonariam suas práticas religiosas, consideradas, sob a ótica da elite branca, como incivilizadas. Todavia, para os negros, a criação da Irmandade representava a força do grupo, a resistência à imposição de valores culturais que destoavam dos seus.

Tal concepção, segundo Soihet, ignora a complexidade das manifestações populares expressas nas atitudes, nos valores e nos comportamentos daquele grupo. A autora ratifica que é a “festa” o cenário privilegiado, onde pode-se encontrar características essenciais de culturas diversas. Na festa, “estão presentes aspectos expressivos do universo cultural dominante; por outro lado, aí se encontram imbricados elementos próprios da cultura popular, com suas tradições, seus símbolos, suas práticas” (SOIHET, 1992, p. 46). Assim, é nas festas que os valores culturais da elite se entrelaçam aos valores dos populares influenciando-se reciprocamente.

Não há informações sobre a participação das elites brancas de Pombal naquela primeira celebração, contudo, nas primeiras décadas do século XX, a **“festa dos negros de Pombal”** já era considerada por homens e mulheres dos diversos segmentos sociais um evento de grande importância.

Essa festa se tornou o maior acontecimento da cidade. Era a festa do ano! A mais chique de Pombal! Logo, era naquela ocasião que as pessoas, fossem ricas ou pobres, podiam mostrar suas roupas, a moda, sabe? A festa acontecia na frente da Igreja e dos lados, sabe? Havia barracas. As barracas da Igreja e as outras barracas. Nesse tempo, havia também os parques de diversões... e muita gente bonita e elegante. [...] Sim, e tinha também aqueles grupos folclóricos de negros²². Os Pontões e os Congos

²² Os Pontões, ou “negrinhos dos pontões”, é o maior grupo cultural de Pombal, de caráter militar o grupo é formado por homens e crianças do sexo masculino, os membros desse grupo pertenciam às camadas pobres, sendo a maioria moradores da zona rural. Durante a Festa do Rosário o grupo sai às ruas da cidade dançando, cantando, bebendo e pedindo dinheiro para a igreja. O grupo é formado por dois cordões, o azul e o vermelho, e sua característica principal é a existência

que se apresentavam durante a procissão e na hora da missa. (SOUSA, 2008).

Observe que o Sr. Raimundo faz referência às apresentações culturais dos grupos negros, como uma prática secundária naquela que era, por excelência, a “Festa dos Negros”, o que acontece talvez por desconhecimento das origens daquele festejo, o que é ainda muito comum na cidade de Pombal.

Mesmo se tratando de uma festa de negros, é importante percebermos que aquela prática era vivenciada por todos os pombalenses, o que ocorria por motivos diversos. Tal idéia nos leva ao seguinte questionamento: mesmo em face da abolição, as práticas discriminatórias eram muito comuns em todos os cantos do país. O racismo era, também, uma marca da elite pombalense. Disto isto, o que teria motivado os brancos a participar das celebrações do Rosário? Quais teriam sido os motivos para que homens e mulheres dos mais diferentes estratos sociais se deslocassem até aquela freguesia para participar de um rito católico?

A Festa do Rosário²³, assim como outros eventos de “tradição católica associou, às comemorações litúrgicas, festejos profanos” (BENJAMIN, S/D, p. 33). Fato é que, no decorrer dos anos, foi o caráter mundano da festa que adquiriu destaque. Nesta perspectiva, a nossa hipótese é de que, os motivos de ordem material foram os maiores responsáveis pelo crescente deslocamento de pessoas até Pombal. Claro que havia também a busca por diversão, especialmente por outros sertanejos. Mas, sem dúvida, a devoção à Santa do Rosário também atraía muitos fiéis àquela urbe durante a festa dos Pretos. Assim, se havia tensões soci-

de uma banda cabaçal, constituída de “adufe, caixa, tambor, prato, fole e pífano, além dos maracás das lanças” (BENJAMIN, S/D, p 97).

Os Congos constituem o grupo cultural de negros católicos mais antigos de Pombal. Esse grupo é formado por 18 membros, todos pertencentes aos segmentos menos favorecidos, a maioria deles provenientes da zona rural ou de áreas periféricas da cidade. Durante as festividades do Rosário o grupo sai em duas alas. Assim como os Pontões, usam maracás. Nesse grupo, o destaque é a figura do rei, que é escolhido e coroadado pelos membros do grupo, numa referência aos reis Congos, afirma Marcos Ayala (1996, p. 204). Já Roberto Benjamin, diz que embora existam outras tradições de Congos espalhadas pelo Brasil, e ainda que existam entre eles características gerais que os identificam como Congadas, o grupo cultural de Pombal criou uma versão local que lhe é peculiar, tendo possivelmente re-elaborado ou reinventado a versão olindense, tradição com a qual a clientela católica de Pombal mantinha grande proximidade (BENJAMIN, S/D). Diferente das congadas baianas, por exemplo, o grupo criado em Pombal não fazia nenhuma referência aos cultos ancestrais.

²³ De acordo com Roberto Benjamin, as Irmandades negras surgiram no Brasil desde o século XVII e “embora a princípio fosse uma comunidade religiosa exclusivamente de escravos (só depois surgiram os forros), a irmandade recebia do Estado e da Igreja já um status igual ao das Irmandades dos brancos e dos livres” (BENJAMIN, S/D, p. 28-29).

ais em Pombal entre os negros da Irmandade do Rosário e os brancos, havia também ocasiões de boas sociabilidades.

Neste sentido, acreditamos que a criação da Irmandade do Rosário, foi fruto de negociações entre os brancos e os negros. Este último grupo, certamente, via na prática de incorporação dos valores cristãos uma condição essencial para serem aceitos numa sociedade essencialmente branca.

Destaque-se que de forma alguma a participação da elite nos festejos, pode ser entendida como simples “manipulação” dos homens negros, até porque havia também a forte participação dos negros da Irmandade do Rosário. A questão está para além dessa lógica. Configura-se, talvez, como manobra, ou tática do “fraco” para tirar proveito do forte. Visto que, ao se aliar aos segmentos mais abastados, o grupo passava a gozar de algumas regalias, tais como: poder circular livremente pela cidade, beber, cantar e praticar seus credos sem a interferência dos brancos. Assim, entendemos que não havia uma submissão dos segmentos populares, mas uma negociação. Negociação onde não havia ganhadores ou perdedores, pois, estavam todos, ricos e pobres, sob a proteção da Virgem do Rosário.

2.2 AS MUITAS MARIAS QUE A SECA LEVOU

2.2.1 A CRUZ DA MENINA DE POMBAL: A Seca de 1877 e o Caso de Canibalismo no Sertão da Paraíba

Eram figuras sumidas, escavacadas por um regime alimentar insuficiente e tóxico, que mal se equilibravam nos esqueletos desencarnados. E vinham de muito longe e não se sabiam aonde iam.

José Américo de Almeida, A Bagaceira.

Foi em 1877 que a seca tornou-se elemento distintivo do Nordeste²⁴. Neste contexto, que era de crise da indústria açucareira, evidenciou-se a decadência de toda uma estrutura social, política e econômica. A Casa Grande & Senzala, síntese dessa sociedade, foi, gradativamente, superada por outros modelos político-econômicos.

O desprezo do Nordeste pelo governo brasileiro no século XIX, deveu-se, em grande medida à ascensão da indústria cafeeira sulista. Não tardou para que, naquela região, a seca fosse descoberta pelos discursos políticos. Tais discursos, de cunho fatalista, foram inventados e, supostamente, apropriados pelos políticos como problemas de suas províncias, atribuindo-se ao fenômeno a culpa de todas as mazelas sociais (ALBUQUERQUE JR, 2001)

De acordo com Lúcia de Fátima G. Ferreira, o nascimento da “indústria da seca” é anterior ao regime republicano, sendo consensual, entre os pesquisadores, datá-la de 1877. Conforme a autora, “esta seca foi uma das mais trágicas da nossa História [Paraíba], **levando o governo central a enviar verbas e socorros à região em grandes proporções, o que correspondeu a – também – grandes desvios**” (FERREIRA, 1983, p. 73). grifos nossos

Diante do quadro de aparente abandono as elites dirigentes, desta terra “sofrida”, passaram a usar, no sentido certeuniano do termo, o sofrimento dos flagelados para canalizar verbas que como bem afirmou Ferreira, foram, na maioria das vezes, desviadas, ou utilizadas em benefício daqueles que pediam em nome dos “*mais mortos do que vivos. Vivos, vivíssimos só no olhar...*” (ALMEIDA, 1989, p.31), fazendo daquele fenômeno “natural”, uma das mais terríveis armas de matar.

Sobre o nascimento da indústria da seca, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, acrescenta que o discurso da seca,

a descrição das misérias e horrores do flagelo tenta compor a imagem de uma região “abandonada, marginalizada pelos poderes públicos”. Estes discursos fazem da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional o que chama de interesses dos Es-

²⁴ Data do século XVII os primeiros registros acerca da seca no Sertão paraibano. Todavia, é a partir do século seguinte que os problemas provenientes das longas estiagens vão intensificar-se fazendo emergir, naquelas paragens, uma legião de homens e mulheres, que famintos, tornar-se-ão personagens principais das tramas sertanejas (ALMEIDA, 1980).

tados do Norte, compondo a imagem de uma área “miserável, sofrida, pedinte” (ALBUQUERQUE JR, 2001, p. 55).

Dito isto, assinale-se que em Pombal a seca também fez suas vítimas, reforçando o “quadro de horrores” deste fenômenos.

Segundo o pesquisador Wilson Seixas (2004), as mais intensas e devastadoras secas vivenciadas pelos pombalenses foram aquelas dos anos de 1777 e 1877, as duas, marcadas por epidemias de cólera-morbo, ceifando centenas de vidas. Sublinhe-se, contudo, que esta última prolongou-se por três longos anos, reduzindo os sertões da Paraíba “ao mais deplorável estado”.

Naquele ano de 1877, segundo mensagem do presidente da província da Paraíba, Esmerino Gomes Parente, enviada à Assembléia Legislativa,

No intuito de prevenir distúrbios, e talvez crimes, que a aglomeração de tanta gente ociosa poderia ocasionar e também na esperança de utilizar os seus serviços para compensação [...] recomendei a todas as comissões que empregassem os socorristas em trabalhos públicos, como construção de açudes, cadeias, estradas, etc (apud ALMEIDA, 1980, p. 187)

Antes de tudo, observe-se que não há no documento, qualquer alusão às vidas dos homens e mulheres vitimados pela estiagem, mas apenas preocupação com a desordem que poderia advir daquela situação, o que prejudicaria as elites do Estado. Observe-se, também, que as ações contra as estiagens não eram pensadas com o fim de acabar com os danos provocados pelo fenômeno.

Em 27 de junho daquele ano, o jornal “A Opinião” noticiou, “*Patos, S. Luzia, o Cariry e todo o sertão estão reduzidos á miséria, estão se despovoando e os socorros são insuficientes para as mais vitas necessidades principalmente pelo modo porque são destruidos*” (apud ALMEIDA, 1980, p. 188)

Acrescente-se que as notícias ventiladas na imprensa e mesmo os discursos de políticos surtiram resultados. Ora, já em 1877, a Paraíba recebeu subsídio para minimizar o sofrimento dos desvalidos. Conforme relatório do citado presidente,

Não foram só os poderes públicos que se mostraram solícitos em mitigar os sofrimentos dos desvallidos em tão angustiosa crise; os particulares também, por actos e philanthropia e desgenerosidade [...], correram pressurosos a coadjuvar o Governo no seo patriottico empenho (PARENTE, 1877).

Apesar dos auxílios que chegaram ao Estado, as vítimas da seca não paravam de aumentar. Só para se ter uma idéia da gravidade, na Capital, o obtuário

daquele ano registrou os seguintes números de mortos: maio, 1069; junho, 1515; julho, 1778; agosto, 1671; e setembro 1040 (ALMEIDA,1980, p.195).

No caso específico de Pombal, não há dados numéricos de quantas foram as vítimas daquele flagelo, contudo, é possível calcularmos suas proporções, a partir do evento protagonizado por uma jovem retirante de 18 anos de idade.

DO INQUERITO

O Promotor Público da Comarca de Pombal, usando da faculdade que lhe confere a Lei, vem perante V. Sa., denunciar **Donária dos Anjos**, pelo fato que lhe passo a expor: chegando a denunciada, com a sua vítima, em seu antro, matou-a por meio de sufocação, decepou-lhe a cabeça, reduziu o corpo a diversos pedaços de carne, cozinhou parte deste, que comeu, guardou outros em uma moita onde foram devorados pelos cães. Num riacho que passa a pouca distância do Cemitério, enterrou, à sombra de uma oiticica a cabeça de sua desditosa vítima, que foi exumada (apud VERNECK, 2006 p. 05).

Durante o interrogatório, Donária teria declarado ainda que, *“se achava nesta cidade [Pombal], quando foi presa para onde se tinha retirado por causa da seca. Respondeu [...] que cometeu o crime oprimida pela grande fome que a afligia, e que se achava arrependida de o ter praticado”* (apud VERNECK, 2006, p. 05).

O crime, também chegou às páginas dos jornais, reforçando os discursos sobre a seca e sobre seus personagens. O jornal “O Publicador” de 24 de abril noticiou:

A 27 de março próximo findo a retirante Dyonísia dos Anjos encontrou na casa de mercado da cidade de Pombal, a menor Maria de 5 anos de idade, levou-a com o maior carinho para sua casa, próxima ao cemitério, ahi chegando **decapitou a mesma menor, enterrou a cabeça e comeu a carne do corpo da victima!** (apud ALMEIDA, 1980, p. 200). grifos nossos

Donária, não Dyonísia, colocou em evidência as práticas antropofágicas ocorridas no Nordeste em face da seca, afirma José Américo de Almeida²⁵.

Frente ao exposto e dada a situação em que se encontravam os sertões naqueles anos, faz-se necessário refletir acerca da condição daquela retirante: não seria Donária, tão vítima da situação de privação provocada pela seca, quanto a menina, Maria, sacrificada para saciar sua fome?

Fazendo uso das palavras do Dr. Marçau, personagem de *A Bagaceira*, pensemos o caso Donária dos Anjos.

— O promotor acusou [a] ré em nome da sociedade e eu acuso a sociedade em nome d[a] ré.

Quem é mais criminos[a] — [a] ré que matou um[a] [criança] ou a sociedade que deixou por culpa sua morrerem milhares de homens [mulheres e crianças]?

E, antes de ser ré, El[a] é vítima da falta de solidariedade da raça.

A seca chegou a aprazar suas erupções com a lei da periodicidade. Todo o mundo tinha a previsão da catástrofe em datas fatais. E os poderes públicos não atalharam, não procuraram corrigir os acidentes da natureza incerta que dá muito e tira tudo de uma vez” (adaptado de ALMEIDA, 1989, p. 156).

Considere-se que a acusada foi inicialmente processada pelo crime Artigo 10º do Código Criminal do Império Brasileiro de 1930, que estabelece em seu inciso 2º que não se julgarão criminosos: “os loucos de todo o genero, salvo se tiverem lucidos intervallos, e nelles commetterem o crime”, o que equivale a dizer que mesmo as autoridades judiciais a consideraram detentora de vesânia. Nestes termos, a lei estabelecia que aquela jovem fosse inimputável, afinal, se ela não fora durante toda sua vida portadora de comportamentos mentais destoantes é possível que, frente àquela condição de privações, tenha vindo a sofrer de distúrbios mentais. Conforme o artigo 12º do mesmo Código, “os loucos que tiverem commettido crimes, serão recolhidos ás casas para elles destinadas, ou entregues ás suas familias, como ao Juiz parecer mais conveniente”. Donária não foi

²⁵ Almeida afirma, em seu estudo a “Paraíba e seus problemas” (1980), que apesar de somente o caso de canibalismo de Donária ter ganhado repercussão, não foram poucos os “miseráveis” que disputaram com os “urubus” a carniças de homens e mulheres, todos, vítimas da indústria da seca.

ulgada por este artigo. A condenação da ré se deu com base no crime do Artigo 3º, que institui “*não haverá criminoso ou delinqüente sem má fé, isto é, sem conhecimento do mal ou intenção de o praticar*”, sendo a mesma penalizada pelo Artigo 34, que institui, em seu parágrafo único que sendo a pena “*de prisão com trabalho, ou sem elle por vinte annos*” (idem), o que, se deveu, supostamente, as pressões sociais. Aquele não era um crime comum, visto que a autora encontrava-se “*debilitada e com sintomas de loucura, devido as conseqüências dos infelizes anos de fome que a affligiu*” (SOUSA, 2006, p.05).

Não se sabe por quantos anos aquela retirante ficou na cadeia...

É fato que, mesmo em face da “condição” de louca, passado-se mais de cem anos do ocorrido, **a história não a absolveu**. Seu estado de [des]razão não foi compreendido pelos habitantes de Pombal que passaram a cultuar a menina como mártir²⁶, em detrimento da retirante que é vista como ser demoníaco.

Ora, não estamos dizendo que o ato de Donária não foi criminoso, neste sentido, novamente nos remetemos à obra de Almeida (1989), “*maiores crimes cometeram as governanças locais*” que objetivando ganhos pessoais, nutriram a “indústria da seca”, vitimando muitas Marias, Donárias, Valentins²⁷, Severinos...

Justiça, “*vingue em cada absolvição de um miserável a impunidade dos grandes criminosos!...*” (ALMEIDA, 1989, p. 157).

Absolva-se Donária!

Apesar de sua tragicidade, as secas, em suas levas de retirantes, promoveu[ve] muitos encontros e [des]encontros. Destarte, se há marcas de dores deixadas pela rispidez da seca, há, também, experiências de amores vividos e, mesmo, desfeitos por ocasião daquele fenômeno. Assim, surgem as representações sobre **Maringá**.

²⁶ No local onde a menina Maria foi morta, erigiu-se um Cruzeiro. Assevere-se que o mesmo, diferente do santuário erguido para culto a Menina Francisca em Patos-PB, localiza-se em lugar ermo, atrás do Cemitério, próximo a canais de esgotos e da área de meretrício da cidade. Não há turismo religioso.

²⁷ Personagem de A Bagaceira que vitimado pela seca cometeu crime de homicídio. Louco, o personagem passou a enfrentar a justiça, sendo, finalmente, absolvido por perturbação de sentidos.

2.3 MARINGÁ, A RETIRANTE QUE DEIXOU SAUDADES: Uma Canção para a Cidade de Pombal

Fugindo da seca que se abatia sobre o Sertão paraibano, em fins dos anos 1920, *“Maria do Ingá, entre tantas outras Marias, com certeza existiu”* (SOUSA, 2007, p. 04) e teria vivido durante alguns anos na cidade de Pombal, onde, por ocasião de sua estadia, sociabilizou-se com alguns habitantes daquela cidade.

Ressalte-se que apesar da referência a cidade de Ingá como berço daquela retirante que *“deu o que falar”*, não há, na documentação compulsada, como afirmar *“de onde veio e para onde iria aquela jovem retirante, isto porque, segundo a Sra. Benta Carneiro dos Santos,*

Na época da seca aparecia gente de toda parte. A maior parte ficava abrigada em casas improvisadas embaixo de árvores, lá pras bandas do Cemitério. Era uma coisa horrível, gente demais, pedinte... aí tinha aquelas famílias mais conhecidas, elas arrumavam um ganho aqui, outro acolá e... iam ficando, as vezes passava um horror de tempo, as vezes mudava logo (SANTOS, 2005).

Ora, não há dúvidas que, nas passagens por Pombal, os flagelados da seca estabeleciam algum tipo de sociabilidade com os habitantes daquela urbe, isto devido ao fato de que esta cidade havia sido escolhida, desde a seca de 1877, para, no Alto Sertão, ser, depósito de gêneros alimentícios, *“que deversem ser distribuídos pelas diferentes Comarcas e Termos: Pombal, para a Comarca de mesmo nome, e as de Cajazeiras, Souza e Piancó”* (PARENTE, 1877). Neste sentido, aquela urbe tornou-se um dos destinos procurados pelas vítimas das intempéries que assolavam o Sertão.

Percebe-se, ainda, nas palavras da Sra. Benta, que durante o período de seca Pombal vivia uma nova temporalidade. A cidade torna-se um espaço ameaçador, em virtude da grande afluência de pessoas estranhas. Segundo a nossa colaboradora, *“era gente se amontoando nas portas das casas de família, da igreja, na frente das bodegas, era muita miséria... até quem era daqui era uma dificuldade pra conseguir o que comer”* (2005).

Observe-se também que, dentre as sensibilidades surgidas durante os períodos de seca, se há tensões, há também solidariedade para com aquelas pessoas *“miseráveis”*, o que se evidencia na fala da nossa colaboradora, quando a mesma afirmou que alguns conseguiam algum trabalho. Assinale-se, contudo,

que este fato, nem sempre era um ato solidário, mas muitas vezes de espoliação daquela gente já sofrida. Que, “*em vez de comerem, eram comidos pela própria fome numa autofagia erosiva*” (ALMEIDA, 1989, p.38).

A seca representava a valorização da safra [...],

- Paga-se pouco mais ou nada ... (ALMEIDA, 1989, p.39).

Dito isto, considere-se que independente da naturalidade de Maria [do Ingá], é fato que esta retirante, como tantas outras, conseguiu, durante sua passagem por Pombal, alguns trabalhos domésticos, cuja remuneração ajudou na manutenção da difícil vida de retirante. É preciso afirmar que, mesmo frente às intempéries que assolavam o Sertão, aquela jovem não havia perdido seu encanto natural, o que pode ser percebido nas lembranças da Sra. Salgado de Assis,

Ninguém sabia de onde ela veio não, vinha gente de toda parte. Maria do Ingá era uma moça muito bonita, tinha os cabelos muito preto e grande. Arrancou muitos suspiros! Quem se apaixonou por ela, foi um deputado muito famoso, mas ninguém podia nem falar... A família dele, que toda vida foi importante, não queria nem ver. Ninguém sabe nem se esse homem teve nada com ela. Mas dizem que a música foi ele quem encomendou, sabe a quem? A Joubert de Carvalho. Todo mundo diz que ela deixou os homens todos doidos quando foi embora (2004).

Ainda que em seu relato de memória nossa colaboradora não cite o nome do “possível” admirador que imortalizou aquela retirante a partir da canção, sua lembrança vai ao encontro da descrição feita por Ruy Carneiro, citada por Verneck A. de Sousa “*A juventude em flor, dona de uma beleza encantadora, corpo bem feito, pele morena, cabelos negros e olhos fascinantes, Maria deixou um vazio enorme na alma apaixonada e saudosa dos pombalenses que ficaram*” (2007, p. 04).

*Foi numa leva que a cabocla Maringá
Ficou sendo a retirante*

*Que mais dava o que falar
E junto dela veio alguém que suplicou
Pra que nunca se esquecesse
De um caboclo que ficou*

*Maringá, Maringá
Depois que tu partiste
Tudo aqui ficou tão triste
Que eu garrei a maginá...*

Teriam sido, portanto, suas características físicas que a fez ganhar visibilidade e dizibilidade entre as tantas Marias que “*expulsas do seu paraíso por espa-*

das de fogo” eram tantas iguais e diferentes de Maria, a do Ingá. Segundo a literatura existente sobre o tema, Ruy Carneiro, que ainda não era deputado naqueles anos, a teria conhecido, em um dos seus passeios de férias à Pombal.

Ressalte-se que foi durante a seca de 1930-32 que Maria do Ingá teria partido daquela cidade, “*fugindo do sol e o sol guiava-[a] nesse forçado nomadismo*”, conforme sugere da Canção

*Maringá, Maringá
Para haver felicidade
É preciso que a saudade
Vá bater noutra lugar.*

*Maringá, Maringá
Volta aqui pro meu sertão
Pra de novo o coração
De um caboclo assussegarr...*

*Antigamente
Uma alegria sem igual
Dominava aquela gente
Da cidade de Pombal
Mas veio a seca
Toda a chuva foi simbora
Só restando então as águas
Dos meus olhos quando chora*

(Letra e música, Joubberth de Carvalho, 1932)

Foi durante sua atuação como chefe de gabinete do Ministro José Américo de Almeida que Ruy Carneiro, em 1930, encomendou, à pedido desse ministro, ao compositor e amigo, Joubberth de Carvalho, “*uma composição sobre o Nordeste calcinado e pensando miséria*”. Fala-se que inicialmente, houve a tentativa de compor a canção falando de Areia, terra de José Américo, mas a rima acabou não medrando. Sobressaía-se que, as canções daquele compositor tinham a tradição de homenagear mulheres. Assim, foi a partir das conversas ocorridas em cafés e bares no Rio de Janeiro, entre estes três homens, que Maria imortalizou-se, não Maria de Pombal, a de Ingá, mas a saudade... ela deixou no coração do pombalense que ficou. A canção virou moda, Pombal tornou-se a Terra de Maringá.

Importante é ressaltar, que nem todos os nordestinos, foram/são igualmente atingidos pela seca, conforme é possível perceber nas linhas e entrelinhas deste trabalho. As levas de retirantes são em sua grande maioria constituídas por pessoas das camadas menos favorecidas economicamente. As elites ficavam[am], quase sempre, indiferentes ao sofrimento daquela gente que nas palavras de Almeida, “*não tinham sexo, nem idade, nem condição nenhuma*”(1989, p.38).

No que se refere ao pombalense Ruy Carneiro, observe-se que em 1930 a administração de Pombal, passa, por ordem de Getúlio Vargas, às mãos de Janduhy Vieira Carneiro, seu irmão. Assim, enquanto Maringá “partir em busca de um

lugar onde o sol fosse mais complacente”, a família Carneiro, ganhava visibilidade no cenário político tanto do Estado, como Nacional.

Não sendo possível dizer mais sobre o caso, “*valem as reticências e as intenções*”.

Por fim, assinala-se que, a Pombal que aqui representamos, tal como as cidades imaginárias de Ítalo Calvino, comporta outras tantas cidades, reais e imaginárias. Não tivemos a pretensão de escrever um história definitiva sobre esta cidade sertaneja, assim, se foram levantadas aqui perspectivas diferentes daquelas já consagradas por uma história dita “oficial”, isto se dá, porque, “*cada época tem o seu porte, o seu olhar, o seu gesto*”.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIO, João. **Dama do encantado**. São Paulo, Nova Alexandria, 1996.

ALBUQUERQUE JR. Durval M. **A Invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 1996,

ALMEIDA. José A. de. **A Bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

_____. **A Paraíba e seus problemas**. João Pessoa: A União, 1980.

ASSIS, Ivanil Salgado de. **Entrevista concedida à autora**. Pombal. 20. 06. 2004.

AYALA, M. **Festa do Rosário de Pombal: História e Identidade**. REVISTA CCHLA, João Pessoa, v. 03, p. 194-208, 1995.

BENJAMIM, Roberto E. **Festa do Rosário de Pombal**. João pessoa: UFPB, S/D.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História**. São Paulo: Ática, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano I: Artes de fazer**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo, Perspectiva, 1976.

FERREIRA, Lúcia de Fática. **A indústria da Seca na Paraíba**. In. OCTÁVIO, José (Org). **José Américo e a cultura regional**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983.

NERI, Edmilson Evaristo. **Festa do Rosário, Tradição e Fé**. Pombal: Andyara, 2001.

NUNES, Luiz. **História da Paraíba em Verso**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001.

SANTOS. João Domingos. **Entrevista concedida a autora**. Pombal. 03.10. 2011.

SEIXAS, Wilson. **O Velho Arraial de Piranhas**. João Pessoa: Grafset, 2004.

_____. **Viagem através da Província da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1985.

_____. Pesquisa para a História do Sertão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**. João Pessoa, n 21, 1975. P. 51-84

SOIHET, Rachel. O Drama da conquista na Festa. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n. 9, 1992 p. 44-59.

SANTOS, Benta Carneiro dos. **Entrevista concedida à autora**. Pombal. 20.05.2005.

SOUSA, Antônio José de. **Apanhados Históricos Geográficos e Genealógicos do Grande Pombal**. Pombal: Gráfica Comercial Ltda; 1971.

SOUSA, Raimundo Formiga de. **Entrevista concedida à autora**. Pombal. 06.06. 2008.

SOUSA. Verneck A. de. **A trajetória Política de Pombal**. João Pessoa: Imprel, 1999.

_____. **A Cruz da menina de Pombal**. Nossa história, nossa gente. Martins, 2006

_____. **Maringá**. Série Nossa história, nossa gente. Martins, 2007.

Capítulo 3

Uma história de...

Sousa

3.1 A VIDA MODERNA EM SOUSA:

A Construção dos Espaços Urbanos e o Cotidiano da Cidade

Rivaldo Amador de Sousa
riamaso@yahoo.com.br

Durante século XIX a Europa e a América viveram um conjunto de mudanças que acabaram por redefinir a vida cotidiana das cidades. A inauguração da ferrovia em 1825 na Inglaterra, o processo de reconstrução, modernização e higienização de Paris por Haussmann, o surgimento do automóvel e a invenção da iluminação pública foram inovações que inventaram a vida moderna. Os projetos de urbanização e reurbanização das metrópoles redefiniram e ressignificaram os espaços urbanos europeus, influenciando diretamente as capitais brasileiras.

Os núcleos urbanos no sertão paraibano se encontravam em 1920 com um número de habitantes centrados em sua grande parte no campo. Essa era uma característica marcante o quadro urbano no Brasil. Os habitantes do município de Sousa, na Paraíba, durante a referida época, viviam no campo.

Até as décadas de 1960 e 1970 campo e cidade tinham significados opostos antes que se considerasse a relação de dependência um do outro. Enquanto o rural era o lugar da ignorância, do arcaísmo, do não civilizado, a cidade era compreendida como o espaço do civilizado, onde habitava gente educada, pessoas de bons modos. Isso se torna muito mais forte com o advento dos meios de transporte motorizados e os serviços e equipamentos urbanos que acaba por confluir com a urbanização da cidade.

3.2 Os modernos meios de transportes: um novo espaço tempo

Enquanto as ruas de cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife viviam a experiência do bonde elétrico e do automóvel as urbes interiores, em sua grande parte, ignoravam essas conhecidas máquinas do mundo moderno. Ali, o transporte de pessoas e mercadorias era feito por meio do lombo de burros e/ou em carroças ou carros de boi. Essas novidades adentraram o sertão

paraibano na segunda década do século XX. As estradas se constituíam em veredas abertas inicialmente pelos índios e depois reabertas pelos colonizadores e habitantes das terras sertanejas.

O automóvel chegou a Sousa em 1918 numa viagem heroica entre a capital pernambucana e o sertão paraibano. Romper as estradas difíceis com trechos de uma geografia acidentada era, literalmente, um verdadeiro heroísmo. É bom lembrar que os jornais da capital durante a referida época pensavam as terras interioranas como um mundo ilhado, distante do “mundo civilizado” como era definido a vida urbana numa cidade como João Pessoa que já vivia o conforto do transporte moderno e equipamentos urbanos como a luz elétrica, o saneamento básico; de meios de comunicação como jornais, do cinema como lazer e entretenimento, mas que compunham juntos um conjunto de elementos que impunham novos valores a vida urbana.

Segundo o historiador Sevcenko, as regiões onde esses transportes estavam adentrando de maneira considerável nos anos 1920 e 1930 eram comuns os acidentes entre pedestres e automóveis que passavam a ocupar os espaços das ruas antes o lugar de trânsito das multidões. As calçadas passavam a ser via de trânsito exclusiva do pedestre. Durante esse período o número de automóveis e caminhões cresceu consideravelmente nas regiões metropolitanas fazendo-se vigorar as leis de trânsito, o que se instituiu, de maneira preponderante, uma nova pedagogia. Já na década de 1940 e, principalmente em anos de 1950 se fazia notável a presença de veículos automotores na região do sertão paraibano, transitando pelas vias públicas e entre os núcleos urbanos. Na década de 1960 as ruas da cidade de Sousa passaram a conviver cotidianamente com a considerável frota de veículos que enfeitavam as ruelas e praças principais. Ali a lei de trânsito já vigorava, no entanto as punições à violação dessa lei não eram aplicadas com rigor.

Apesar de o automóvel ter tido a sua participação na vida cultural e econômica da cidade, o trem de ferro foi o principal meio de transporte que contribuiu e influenciou a vida dos núcleos urbanos por onde passava. A sua importância não se resumia apenas no escoamento de matérias-primas e mercadorias. A sua funcionalidade foi muito maior no transporte de passageiros.

O projeto que defendia a construção da ferrovia interligando o sertão paraibano e a capital do Estado permanecem como fantasmas nas promessas políticas. Em 1922, os trabalhos de instalação dos trilhos até Sousa foi concluído e no mesmo ano a cidade recebeu a “Maria Fumaça” que veio oficializar a inauguração do trecho. Fortaleza se tornara, a partir daquele período, muito mais próxima da Paraíba. Contudo, a construção da estação ferroviária somente aconteceu quatro anos depois. A sua inauguração, ocorrida no dia 13 de maio do mesmo ano, se deu sob grande festividade, promovida pela sociedade sousense.

Como era comum nas inaugurações, o dia não passou em branco. Discursos, banda de música tocando, foguetões, bandeirolas, vivas e uma fotografia para registrar o progresso. O trem era pensado como um elemento que iria redimir o sertão. Pois, “melhor data não se deparava para a Inauguração daquele empreendimento, visto ser o 13 de maio a data redentora duma raça e era, como vimos, o melhoramento a emancipação economica de Souza”. Esse discurso foi reproduzido no Jornal oficial do Estado em coluna reservada às terras interioranas.



Imagem1: Inauguração da estação. Sousa-PB, 1926. Fonte: FERRAZ, Augusto. **Além do rio:** uma fotografia da paisagem urbana – Sousa – Paraíba. AGT Produções, 2004. p. 75

Quem fez a festa? Quem tomou parte dela? Todos participaram? Não. Nem todas as pessoas participaram desse acontecimento. Entende-se que as festividades durante todo o dia eram reservadas às pessoas que detinham certo poder aquisitivo e/ou que participava da vida social. Os pobres tiveram acesso apenas ao evento que celebrou a chegada do comboio na estação e isso porque foi um evento público.

A partir desse momento a ferrovia tornou-se significativa para a vida econômica e cultural da região. O comércio entre o município de Sousa com outras praças intensificou-se mais ainda com a inauguração do trecho ferroviário entre esse e a cidade de Mossoró-RN em dezembro de 1951.

O trem foi ali compreendido por muitos como o primeiro elemento modernizador que trouxe a marca do progresso e que se notabilizou como instrumento civilizador. É evidente que a locomotiva implicou um conjunto de elementos modernos que provocou grandes transformações em diversos rincões do mundo. Como define Gilberto Freyre “a via - férrea tornou possível a modernização de condições de vida em inúmeras áreas do país; (...) Espalhou certos traços de pro-

gresso material que, viajando de trem ou acompanhando as linhas férreas, acabaram chegando ao próprio sertão”(1977, p.84-85).

Com mais esse personagem na história da urbe, ela já não era a mesma de 1922, antes da instalação dos trilhos ferroviários. A presença da locomotiva a vapor, a denominada “Maria Fumaça” como era chamada pelos populares, passou a participar do cotidiano citadino. A sua chegada e partida torna-se um momento de festa. Não é apenas a máquina em si, como moderno meio de transporte, pois que o seu barulho e o seu apito fazem com que seja percebida antes dela adentrar a cidade. A urbe passa a estabelecer o tempo em função das partidas e chegadas do trem de ferro. O barulho do resfolegar da máquina, acompanhado de apitos ensurdecedores que anunciavam a sua chegada e a sua partida torna-se costumeiro para os habitantes da cidade e todos que moravam à margem da estrada de ferro.

3.3 A estação e as viagens de trem na memória da cidade

O transporte ferroviário encantou muita gente nas terras interioranas. A sua passagem sempre acabava chamando a atenção das pessoas que habitavam próximo da estrada de ferro ou nas cidades onde tinha sua parada obrigatória.

A 404, “a mais afamada ‘Maria Fumaça’ que já riscou os trilhos no percurso entre Sousa e Fortaleza. Corria veloz e serena sobre os trilhos e desenvolvia até 50 km/h”. E essa velocidade já chamava a atenção de muitos ali. Ela “tinha um apito agudo e estridente, sinal dos fortes e vigorosos, quando soava, escoava nas redondezas sinal característico já familiarizado de todos”. As partidas eram orientadas por um sinal sonoro emitido por um sino utilizado convencionalmente nas estações ferroviárias. (Fonte: FORTE, Gastão de Medeiros. **Minha terra, minha gente**. S/L: s/e, 1979. p. 58).

Ao conversarmos com pessoas que vivenciaram a contemporaneidade da locomotiva observemos o prazer que tem elas de lembrar a sua época, de falar de suas experiências. Trata-se, na verdade, de uma reafirmação de sua identidade. Então, a presença do trem em suas viagens e no cotidiano da cidade de Sousa marcou a vida de muitos de seus habitantes.

“Olha! Era uma noite de festa. As pessoas faziam questão de ir para a estação. Aquele momento prazeroso de ver o desembarque. Namorados iam, outros vinham. E quando o trem parava, alguns jovens faziam questão de entrar no

vagão para saber como era. Mas tinha que ser rápido porque ele ia sair para fazer a manobra”. (Aniobel Vicente)

“Na hora do trem a gente ia assistir a chegada (...) pessoas que chegavam, pessoas que vijavam. Era um movimento danado na estação. Eu me lembro de uma vez aqui que nós reunimos a rapaziada de Sousa, todas as famílias para receber duas pessoas formadas que chegaram aqui”. (Eilzo Matos)

“A chegada do trem era uma festa. Esse trem ia até Mossoró, no Rio Grande do Norte. E, em geral, as pessoas iam todas para lá [estação], ou para tomar um cafezinho, bater um papo ali na estação, ver quem chegou quem não chegou, para receber encomendas que vinham muitas, e/ou para receber os familiares. Os carros de aluguel iam muitos para lá para levar gente, para guardar bagagem. E era muito movimentada. Era uma turma que ia toda para lá. Era um acontecimento, realmente, a chegada do trem”. (Maria Bernadete Mariz)

“Tinha o trem da segunda-feira, que chegava aqui, saía da segunda para a terça, da quarta para a quinta e da sexta para o sábado para Recife, Fortaleza e Mossoró. Esses trens chegavam a noite, pernoitavam aqui e de madrugada estavam voltando. Era um movimento intenso a noite na estação. Era chamada a feira do capim. Motivo é um pouco... Mulheres que vinham e faziam sexo no chão mesmo e por isso ficou denominada a feira do capim. Ali, não tinha motel, não tinha essas coisas. Tinham só umas casinhas com uns quatinhos. Então, vamos para a feira do capim! Agora, nessa feira do capim tinha tudo que você quisesse: venda de bicicleta, venda de relógios usados... Era uma verdadeira feira mesmo noturna. E na pedra [calçada] da estação tinha tudo que você quisesse: sanduíche, cocada... E tinham muitos bares. Um desses, passava a noite aberta. Por isso chamava o bar sem porta. Era a noite todinha. A gente saía do Ideal Clube e ia tomar o caldo da caridade lá porque nunca fechava”. (Jeander Batista).

“Não só havia lojinhas de quinquilharias como havia barzinhos. Restaurantes para você comer um sanduíche, tomar um café, comer alguma coisa, até o pessoal que descia do trem fazia uma refeição e tomava o trem. Era muito movimentada a estação. O trem, por ser muito mais barato, servia de transporte para as classes menos favorecidas”. (Maria Bernadete Mariz).

O movimento de trens na estação de Sousa era expressivo. Com a sua presença o mercado da região respirava aliviado. As trocas mercadológicas permitiram também a introdução de determinados valores e costumes ditos civilizados e que correspondiam com a moral cristã dos habitantes dessa pequena urbe. Apesar de ser apontado como o principal “ícone do progresso”, o trem também era visto como promotor de certas práticas desordeiras e pecaminosas.

A da promoção de novos costumes e hábitos tornava-se mais intensa graças ao fluxo de trens na cidade. A feira noturna ocorrida à margem da estação

se dava graças ao movimento gerado não apenas pelos que embarcavam ou desembarcavam ali, mas também pelos que habitavam a cidade e convergiam para aquele local afim de lucrar bons trocados ou participar daqueles instantes de alegria e prazeres. Portanto, a estação era, para alguns, um espaço de trabalho, para outros um lugar de lazer.

O que o pernoite dos trens causava era não só um motivo para um relativo comércio, mas também a constituição de um novo território, o território dos prazeres proibidos.

3.4 Praças, ruas e edificações: as reconfigurações dos espaços urbanos

Na década de 1920 a cidade Sousa se constituía num significativo número de edificações, concentrando o seu cotidiano entre as atividades rurais e um restrito mercado de gêneros alimentícios e outros produtos. A atividade agrícola, principalmente a produção algodoeira, e a criação de gado bovino ainda era a principal base econômica responsável pela geração de renda das famílias sou-senses. A partir da década de 1930 o número de casas comerciais aumentou consideravelmente. Contudo, além da ausência de serviços urbanos e uma urbanização bastante lenta, o desenvolvimento de uma cultura notadamente cidadina mesclava-se com as práticas consideradas campestres como marco no cotidiano da urbe. Um exemplo disso era que parte dos muros das casas era construída de madeira e/ou de cerca de arames. Também era comum a instalação de currais nas áreas mais afastadas do centro. As pessoas conviviam com a presença de animais pelas ruas a pastarem em terrenos baldios, onde havia pastagem.

No sentido de corresponder ao plano de urbanização nacional das cidades o poder público promoveu algumas alterações que objetivavam a estética urbana exigida na referida época. Com isso, os proprietários de prédios eram obrigados a caiá-los nos meses de maio a setembro de cada ano. No artigo 12º da Lei nº 48 de 30 de dezembro de 1929, o poder executivo municipal ficava “auctorizado a providenciar sobre o nivelamento das calçadas, frentes, travessas de casas e de ruas da cidade, arrasamento de prédios arruinados e outros quaesquer que estejam fora do alinhamento das ruas, bem como sobre as retiradas de cercas, nas travessas e quintaes de casa, cujo os fundos dêem para outras ruas” (A UNI-ÃO, 18/Abr/1929, p. 4). Também foram feitas as platibandas do mercado público e as edificações particulares foram obrigadas a seguirem a regra estabelecida pelo código de postura municipal.

O seu revestimento feito entre os anos 1929–1939 tende a mostrar um perfil urbano com um novo aspecto das ruas e de suas edificações. Em artigo publicado no jornal A UNIÃO (08 de jan. 1933, p. 4) o prefeito defende: “com essas remodelações, desapareceram por completo os ‘casarões’ antiqüíssimos que tanto afeiavam a nossa ‘urbs’”.

A preocupação em relação ao cuidado do embelezamento da cidade e certa resistência por uma parte dos seus habitantes continuam obrigando o poder executivo a se utilizar de leis e decretos para executar de forma consistente a urbanização, dando-lhe tal caráter de acordo com o estabelecido nos parâmetros do que vinha a ser a nova cidade.

Assim, de acordo com a Prefeitura Municipal, “as nossas ruas não tinham nomes que as distinguissem. Para estabelecer uma perfeita harmonia com a beleza e notável evolução da cidade, a prefeitura decretou a sua nomenclatura e mandou colocar placas indicativas e respectivos números, em esmalte, sob um perfeito senso estético” (Fonte: A UNIÃO. João Pessoa, 03 de setembro de 1939. p. 6).

Embora as ruas já fossem denominadas com nomes populares dos quais a sociedade se apropriava, essa nomeação não apresentava uma linguagem estética que certos letrados desejavam. Para as elites, os pobres não estavam munidos de saberes e até os nomes comuns das ruas lhes incomodavam.

Elas tinham sido batizadas há bastante tempo por apropriações que eram consideradas pela elite local como designações vulgares, mas que a população reconhecia por serem nomes que estavam relacionados com as histórias de cada uma delas. Assim, algumas delas eram conhecidas como Beco das Fontes, Praça do Espeto, Castelo do GMC, Escama de Peixe, Rua da Sofia, Rua das Princesas, Beco do Cacete, Rua Estreita, Rua das Areias entre outras denominações que a sociedade sousense já vivia familiarizada com elas e todos sabiam a localização de cada uma dessas sem a necessidade de placas para designá-las oficialmente. Contudo, essa mudança não alterou a cartografia popular das ruas.

Nas décadas de 1930 e 1940 foram construídas algumas praças: o logradouro em frente à Matriz, denominada Praça Bento Freire, com o coreto para os eventos; o espaço situado em frente à igreja do Bom Jesus também foi totalmente urbanizado. Na década de 1950 essa mesma praça passa por um processo de reconfiguração e recebe o nome de Praça do Espeto em alusão a um obelisco colocado no centro. Nesse mesmo período a área da parte inferior da Igreja Matriz também é urbanizada, recebendo oficialmente o nome de Praça Capitão Antonio Vieira, conhecida popularmente por Praça dos Buracos. As novas espacialidades eram resultado de um desejado mundo civilizado. As praças, por exemplo, passaram a ser construídas e/ou reformadas no sentido de oferecer condições para a operação de novas sociabilidades.



Imagem 2: Praça Bom Jesus Eucarístico, 1945. Fonte: *Além do rio...* p. 62.

A matriz de Nossa Senhora dos Remédios ainda se destacava dentre as edificações pelo seu desenho arquitetural e grandiosidade. As suas duas torres foram edificadas nas décadas de 1930 e 1940. Durante esse período toda a sua arquitetura externa sofreu alterações e ganhou traços neogóticos. A sua pintura interna foi executada por um casal de holandeses com especialidade em pinturas religiosas na década de 1960.

No ano de 1961, foi construída uma praça na margem leste da Igreja do Bom Jesus Eucarístico, sendo instalada, na parte central a estátua do Bom Jesus. O local era o mesmo onde, no século XIX, ocorrera o “milagre eucarístico”.

Não obstante, no ano 1962, a igreja desapareceu do local. Por ordem do Prefeito Municipal, foi demolida. Alegava-se o bloqueio da Rua Coronel José Gomes de Sá. Possivelmente, no desejo de oferecer continuidade à rua e abrir espaço em nome não se sabe de quê.

De que estaria carregada essa ação “demolidora” ou diríamos reformadora? Haja vista a igreja ser reconstruída na década de 1970 nas proximidades de sua antiga edificação. Essa prática de abertura de ruas e avenidas foi marco de ideais progressistas que apostavam nessa intervenção para a modernização das cidades.

No ano de 1958 a prefeitura municipal concedeu o terreno da Praça do Bom Jesus, numa área correspondente a 50 metros, ao Banco Industrial de Campina Grande para a construção de uma agência e um hotel. Tal medida do poder público decorria das fortes conseqüências da crescente produção algodoeira que fazia movimentar ainda mais forte o comércio da cidade e da região.

A cidade também tinha ganhado uma outra dimensão urbana que se estendia além daquelas linhas estabelecidas há três décadas. Em 1958 a prefeitura municipal apresentava o quadro urbano e suburbano da cidade com suas novas delimitações.

Assim, entre os anos de 1920 e 1960 o espaço urbano sofreu mudanças significativas que alterou a sua visibilidade, começando pela reconfiguração do perímetro urbano. O surgimento de novas ruas, logradouros e edifícios deram novas dimensões, expandindo a área urbana e constituindo-se, por assim dizer, numa nova cidade.

3.5 Os serviços urbanos: a água e a luz

A cidade luz, como era chamada a capital francesa, Paris, por inaugurar o serviço de iluminação pública em fins do século XIX, contagiou o modo de vida nos diferentes rincões do mundo. As capitais brasileiras influenciadas pela vida moderna europeia, também produziu seus espetáculos noturnos que encantaram aos olhos de homens e mulheres de todas as idades. Ainda no início do século XX, a vida moderna era experimentada por muitos que habitavam os grandes centros. No entanto, o interior sofreu certo atraso quanto à instalação de determinados serviços.

3.6 As ruas iluminadas: a vida noturna

Segundo a historiadora Maria Izilda Matos, no mundo ocidental dia e noite tornaram-se desde a Alta Idade Média um caráter binário que associava o dia ao trabalho e a noite ao descanso. Muito mais que isso os preceitos do cristianismo continuaram intensificando essa oposição, criando representações negativas para a noite como momento reservado às práticas pecaminosas, de bruxarias e sabás. Com isso, instituiu-se todo um imaginário manifestador da presença de forças sobrenaturais que, para grande parte dessa sociedade, eram seres sobreviventes da escuridão. O Renascimento já apresentava uma mudança no conceito sobre as atividades desenvolvidas nesse turno. Observa essa historiadora que durante a época acima referida uma parcela da sociedade reservava o período noturno para a prática da boemia. Porém, durante o século XVII, o conceito sobre a noite sofreu algumas alterações. Como é o período em que surge “a ciência moderna”, “a noite aparece como momento de observação dos corpos celestes”.

No mundo moderno e industrializado em que a expansão urbana reconfigura a cidade, dia e noite passam a representar trabalho e ócio respectivamente. Essas representações são redefinidas entre trabalho e ócio. A noite passa a ser compreendida “como momento de descanso e reposição da força física”. O “mundo capitalista-urbanizado” criou um mercado noturno entre trabalho e entretenimentos (MATOS, 2007; p. 31-32).

Na capital paraibana “as trevas da noite”, que metaforicamente engoliam as suas ruas, vieram a ser desfeitas somente no final do século XIX quando o poder público, depois de anos de luta e manifestações por parte de seus habitantes, decidiu então contratar a iluminação a base de lampião a querosene. Durante vinte e sete anos a cidade de Parahyba do Norte permaneceu utilizando esse sistema de iluminação, quando em março de 1912 foi inaugurada a luz elétrica (RODRIGUEZ, 1994; p. 100-104). Antes dessa data o primeiro sistema de iluminação foi precário, haja vista as cidades do Recife e Fortaleza já gozarem, durante a segunda metade do século XIX, da iluminação a gás carbônico considerado superior ao querosene. No Brejo e Agreste paraibano algumas cidades inauguraram o uso daquele conforto entre 1912 e 1916. Porém, no sertão esse progresso material só fora introduzido na década de 1920 (ARANHA, 2003; p. 115-118).

Segundo dados do IBGE, Cajazeiras e Sousa já tinham em 1889 e 1904, respectivamente, iluminação pública a querosene. Era um serviço mantido pela Prefeitura Municipal e que atendia apenas a parte central da cidade. Havia postes nas ruas e suportes nas paredes das casas. Em horário determinado o funcionário encarregado mantinha os famosos lampiões acesos e em certa hora apagava-os. Assim, os passeios noturnos praticamente não existiam e quando aconteciam estavam condicionados às primeiras horas da noite.

No ano de 1925 a cidade de Sousa recebe festivamente a iluminação elétrica que atende apenas as áreas centrais. Tratava-se de um equipamento simples que tinha condições de fornecer eletricidade apenas para a iluminação das praças e ruas centrais e para as residências daqueles que tinham condições financeiras de pagar todo mês esse conforto durante o período de quatro horas diárias, através de uma taxa cobrada pela Prefeitura Municipal.

As lamparinas a combustão de óleo de mamona e/ou a querosene ainda continuavam a ser usadas nas ruas em que a luz elétrica não havia chegado. É de se pensar que aqueles que não dispunham de condições de ter em sua residência tal comodidade procuravam outras maneiras de também usufruir desse conforto. Assim, não deixava de existir populares que tentassem se beneficiar do fornecimento da luz elétrica clandestinamente. Tanto que em 1942 a Prefeitura Municipal “ordenou severa fiscalização no serviço de fornecimento de energia elétrica à cidade a fim de coibir o abuso de certas pessoas que usavam lâmpadas clandestinas em suas residências” (A UNIÃO, 17/mar/1942, p. 8).

Em 1957 a cidade recebeu a rede de transmissão de energia originada de uma pequena hidrelétrica que funcionava com a força das águas dos açudes de Coremas e Mãe D'água. Essa eletricidade apresentava uma qualidade superior àquela fornecida por um motor a diesel que era mantido pelo poder público municipal, até então. Visto as exigências estruturais do novo fornecimento de eletricidade, a prefeitura municipal contratou a AEG, Companhia Sul-Americana de Eletricidade, com orçamento já apresentado por essa empresa "para execução de todos os trabalhos de distribuição de energia elétrica em alta e baixa tensão e os trabalhos de iluminação pública da cidade" (Sousa, Lei nº 254 19/mai/1958).

O convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Sousa e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas do Ministério da Aviação e Obras Públicas concedia à cidade o recebimento de energia elétrica fornecida pelo "Sistema Coremas-Mãe D'água para a serventia pública e particular".

A inauguração do novo sistema de eletrificação se deu em 29 de setembro de 1959, marcada por discursos, bandeirolas e foguetões. A luz elétrica fornecida 24 horas por dia mudou de certa forma a vida dos habitantes da urbe. As ruas passaram a ser iluminadas toda a noite e as residências, para quem podia pagar a taxa de uso, podiam usufruir desse serviço no espaço doméstico, em diversas utilidades.

A partir daquele momento o sonho de consumo dos sousenses foi alimentado de maneira mais intensa. Muitos dos que desejavam ter em suas casas um eletrodoméstico puderam, com certo esforço, viver a experiência do conforto e da comodidade que tais produtos ofereciam e/ou que rezavam as propagandas dos seus fabricantes. A geladeira foi um dos principais aparelhos desejados pela dona de casa cidadina. O liquidificador e o ferro elétrico foram mais dois aparelhos que revolucionaram o cotidiano doméstico, introduzindo certa praticidade às mulheres em suas residências. Em poucos anos a cidade já tinham em seu mercado lojas de eletrodomésticos com um variado comércio desses produtos.

"Com a luz pública de que dispõe agora a cidade, esta vem de oferecer as maiores possibilidades de progresso e, de certo, a indústria tomará grande impulso.

Já estamos apreciando a alegria de nossa gente com as suas ruas bem iluminadas, os logradouros públicos oferecendo aprasíveis possibilidades de reuniões e amáveis passeios.

A cidade tomou outra feição moderna e tudo indica que o seu futuro será de prosperidade, graças a esse imenso melhoramento público, empreendido pela atual administração municipal". (Fonte: **Letras do Sertão**. Outubro de 1959. Nº 18, Ano 6. p. 28)

3.7 A noite e a cidade: velhos costumes e novos hábitos

Com a introdução da luz elétrica as ruas tornaram-se conseqüentemente um espaço convidativo ao passeio público durante o período noturno. Nas décadas de 1930 e 1940 a vida noturna da cidade se resumia as suas primeiras horas. Nas décadas que seguem há uma intensificação do lazer e da diversão no espaço urbano. Enquanto os adultos conversavam sentados às calçadas, os jovens percorriam os pontos mais frequentados da urbe.

“Nas noites de natal e nas festas profanas do Bom Jesus, nas tardes de domingos e feriados e nas noites do cotidiano, a Praça do Espeto se enchia, se enfeitava de jovens de todas as classes, num vai e vem saudável, alegre e feliz. Seus recantos e bancos se amontoavam de casais enamorados numa felicidade contagiante”. (Fonte: FORTE, Gastão de Medeiros. **Minha terra, minha gente**. S/L: s/e, 1979. p. 67).

“O movimento na praça era uma coisa bela. Todo mundo bem vestido. As moças faziam questão de comprar aquele tecido simples, mas faziam um vestido de modelo. Uma coisa bem organizada. A moda fazia parte. Vestia-se garbosamente, tanto as moças quanto os rapazes. E o namoro não podia passar das nove horas na praça. Não! Se passasse para nove e meia ou dez horas já era uma censura. Todo mundo censurava”.

(Fonte: SOUSA, Aníbel Vicente de. **Entrevista concedida ao autor**. Sousa, 25 de setembro de 2010).

Para os casais de namorados que escolhiam os lugares públicos para os seus encontros amorosos a ordem social estabelecida permitia que os jovens casais permanecessem “na rua” apenas até as 21:00 horas. Essa proibição estava circunscrita especialmente para a “moça de família” que desejava manter o seu pudor perante àqueles vigilantes das normas sociais. Do contrário a sociedade censurava todos aqueles casais que ousavam passar do horário determinado. Isso valia muito mais para a moça porque tal atitude poderia ferir a sua decência.

Na rua central da cidade funcionavam bares e sorveterias, instaladas em pontos estratégicos que acabavam convidando todos aqueles jovens que desejavam participar da vida noturna sob a iluminação das luzes elétricas dispostas nos postes e/ou nas paredes das casas comerciais. O movimento de pessoas circu-

lando pelo logradouro era muito mais intenso nos finais de semana quando a população cessava as suas atividades.

“Tinha a sorveteria de Miguelzinho em frente aos correios. E na esquina do supermercado Eunice era o posto de abastecimento, o “Posto Esso” de seu Eliézio Cavalcanti. Ali também era a rodoviária de Sousa. As empresas de transporte de ônibus coletivo: Andorinha, Gaivota, viação Brasília, quando passava por aqui, estacionava ali. Era o ponto de chegada e partida... Ficavam os casais, os namorados. Era um passeio só, a rua fechada, lotada de gente passeando. Agora, ficava perfilado: de um lado os homens e do outro as moças. Aqueles que já tinham namorado(a) iam andar, desfilar. E os que iam passear. Era assim toda noite. Era o ponto central do encontro dos jovens de namorados, toda noite. A sorveteria tocava as músicas de Nelson Gonçalves, Demônios da Garoa. Eram esses os sucessos da época. Iracema, Saudosa maloca, o samba do Ernesto, o Trem das onze, Luis Gonzaga. E a difusora tocando também: as cometas [eram] instaladas em pontos estratégicos, no centro da cidade. Esse era o movimento de Sousa. Tinham duas sorveterias: a de Miguelzinho e a de Lourioval. Uns preferiam ficar na de Lourioval que estava mais distante de tanta visão, de tanto olhar. Que ali era mais amplo e ficava mais fora do alcance do olhar de curiosos”. (Fonte: SOUSA, Aníbel Vicente de. **Entrevista concedida ao autor**. Sousa, 25 de setembro de 2010).

Embora já existissem sinais de difusora que ora funcionava ora não, no final da década de 1940 foram instalados sonofletores nos postes em áreas específicas como as praças. Esse meio de comunicação fazia a vida noturna mais intensa, convidando, principalmente, os jovens a experimentarem dessa mais nova audibilidade. Durante o dia era produzida uma programação informativa. À noite os programas musicais “dominavam a cidade”.

O que era durante o dia um território explorado exclusivamente pelo comércio se tornava no período noturno em outro território, o do lazer, o do entretenimento, o dos encontros amorosos. As casas comerciais ofereciam o consumo de determinados produtos: bebidas, sorvetes, músicas para certo público que acabava convergindo para esses pontos principais à procura de diversão. Com isso, acontece a instituição de novas práticas culturais, o surgimento de novas sensibilidades e sociabilidades. “Pegar na mão” já era uma prática que representava certo compromisso entre dois jovens. Ouvir as músicas que insinuavam o surgimento de amizades ou o fim de uma relação, de um namoro, despertava ou aguçavam os desejos de jovens que pretendiam namorar.

Diferentemente das atividades diurnas que aconteciam ali, o percurso dos que transitavam nesse trecho obedecia a outros desejos, o das trocas relacionais. O espaço físico era o mesmo, mas o território era outro.

Durante essa mesma época haviam as famosas serenatas. O senhor Evilásio Marques, em sua juventude, tocava e cantava canções, sucessos compostos e/ou interpretados por Orlando Silva, Carlos Galhardo, Nelson Gonçalves, Sílvio Caldas, Gilberto Alves, Jorge Goulart, Cauby Peixoto e toda a geração de cantores da Velha Guarda. Por dominar um grande repertório musical era constantemente convidado para tocar, principalmente nas noites enluaradas. Todos os finais de semana ele era solicitado para fazer serenata à janela da residência de muitas jovens por quem os rapazes sousenses sentiam-se apaixonados. Foi um período de noites alegres e românticas tratadas por alguns como uma “vida boêmia”.

Além dele, outros jovens também se divertiam nas madrugadas pelas ruas carregando instrumentos e acompanhados de bebidas com petiscos enquanto a cidade descansava de suas atividades diurnas. Essa experiência com a sonoridade da musicalidade foi para os que vivenciaram as serenatas como práticas costumeiras das décadas de 1940, 1950, 1960 uma aventura da contemporaneidade jovem que viveu a referida época. As músicas e suas letras se identificavam com a produção de novos valores que eram aceitos e/ou repudiados por parte dos habitantes da cidade.

Evilásio Marques se dirigiu junto com os amigos acompanhantes para a casa das namoradas dos jovens:

[depois que a gente esteve na porta da casa da minha namorada, na rua Pe. Correa de Sá, nos dirigimos para a casa onde ambos tinham [namoradas]. E me pediram para cantar uma música bem romântica. E eu, já apitangado, disse: pois não! Vou interpretar a música de Gilberto Alves, que vocês vão gostar. Aí, eu comecei: ‘Lua, inteiramente nua; cansa de lábios risonhos, mesmo assim que brigamos; me persegues em sonhos; dormes comigo em meu leito; falas comigo na rua; andas comigo em meu sonho; lua, inteiramente nua’. Mas rapaz! Quando eu terminei essas primeiras estrofes da valsa esses camaradas quase me davam uma surra. ‘como é que você me chama para a casa da minha namorada para cantar uma música como essa? Você é indecente... Disseram tanta coisa comigo que eu disse: ‘não rapaz, isso aí eu vim estrear e não sabia nem o que estava cantando (risos). A minha desculpa muito amarela, não é? (risos). Disse: ‘você dizer que isso não é imoral. Como é que se canta uma valsa com o nome de lua nua, inteiramente nua!’ Aí eu me desmanchei em desculpas, mas não quiseram mais acompanhar a nossa seresta. (Fonte: PINTO, Evilásio Marques. Entrevista concedida ao autor. Sousa 14 de janeiro de 2011)]

Assim, as décadas de 1940-1960 em Sousa também estão expressas através da musicalidade que fez parte da vida de muita gente que ali ouviu, sentiu e viveu, durante essa época, as emoções transmitidas pelas músicas cantadas em rádios e serestas. As canções que iam de encontro às normas sociais estabelecidas eram comumente rejeitadas por parte da sociedade que as entendiam como uma má influência para os jovens.

De acordo com a historiadora Matos,

“apesar dos sentimentos serem identificados como universais e naturais, eles são múltiplos e expressos de formas variadas. Reflexões em torno da subjetivação dos sentimentos amorosos e sua diferenciação/especificidade no masculino e no feminino permitem perceber que o processo de subjetivação é múltiplo e diferenciado para homens e mulheres”.

(Fonte: MATOS, Maria Izilda Santos de. **A cidade, a noite e o cronista**: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru-SP: EDUSC, 2007. p. 38).

Enquanto o amor é entendido e compreendido na sociedade contemporânea, particularmente, como um sentimento natural e universal em qualquer sociedade, o sexo tem seu território expresso na vida conjugal. “Esse amor tem sua dimensão coercitiva, diferentemente do sexo que tem uma ‘codificação moral’”. Portanto, o erotismo anunciado na música acima ganha para parte da geração, principalmente para as mulheres uma conotação pejorativa que acaba por banalizar uma relação amorosa de laços afetivos e intrasubjetivos. A nudez cantada numa canção que expressava nada mais que o romantismo da época é interpretada, naquela cidade, como uma expressão vulgar para uma relação entre dois jovens.

3.8 E de onde vinha a água?

Outro sinal de conforto e higiene e que era decantado como rastro do progresso e da modernidade foi o abastecimento de água nos setores urbanos. Assim como outros equipamentos e serviços urbanos as metrópoles foram os espaços de ensaio das mais novas e sofisticadas técnicas de circulação de água. Enquanto isso, as urbes interioranas padeceram por um longo período a espera dessa melhoria tão desejada pelos habitantes. Essas, pouco sabedoras das técnicas de higiene e conforto que poderiam oferecer melhorias as suas condições de vida, demonstram pouca insatisfação com aquilo que poderia ser, para o olhar civilizado, um perigo para a saúde pública. As promessas de instalação e funcionamento desses equipamentos e a instituição de práticas consideradas salubres se arrastaram por quatro demoradas décadas.

Na cidade de Parahyba do Norte (hoje João Pessoa), as águas provinham de fontes e cacimbas construídas em fases sucedâneas e de acordo com a necessidade da crescente população. Os serviços de abastecimento d’água e esgoto foram celebrados pelo poder público como um “melhoramento imprescindível à vida da cidade”. Após anos de projetos defendidos pelos administradores e apre-

sentados ao governo da província, esse bem-estar passou a ser oferecido a seus habitantes a partir de 1912.

No sertão, região que apresenta uma baixa densidade chuvosa durante o ano, a falta de água era comum. Na cidade Sousa a maioria da gente pobre obtinha água das denominadas cacimbas de areia feitas no leito do Rio do Peixe e onde, costumeiramente, a criação de animais também se abastecia e ali mesmo depositavam as suas fezes. No entanto, as pessoas não viam nenhum perigo de ameaça à saúde pública. Essa prática continuou durante anos até que a água tratada chegasse a todos os habitantes citadinos.

Para as pessoas com certo poder aquisitivo o acesso a água era quase um conforto comparado ao das pessoas pobres. Para quem podia pagar, o precioso líquido chegava às residências numa carroça puxada a boi. Transportada num recipiente de madeira essa água era obtida nos poços artesianos existentes a distância de um quilômetro da sede e vendida por lata. Essas carroças “desde cedo e durante o dia todo coloriam as ruas, cruzando em todas as direções”. O trabalho de “carregador d’água” ocupava uma única pessoa que, por sua vez, lucrava muito pouco na oferta desse serviço. Entre os que se ocupavam desse trabalho há que lembrarmos Otaviano Luzia, Sá Chica, Seu Domingos, Doca, Severino Zeguedegue, Pretinho e Biluto (FORTE, 1979; p. 98-99).

No final da década de 1930, o governo municipal adquiriu uma bomba tipo “colonial” instalada em um prédio especial construído para tal função que passou a ser usada pela população carente para obter “água pura”.

O discurso político que defendia a construção do açude de São Gonçalo instaurou um imaginário de que essa obra colocaria fim nos flagelos da seca que ameaçavam a região. A promessa é que ela viria melhorar a vida da população sousense. Contudo, apesar desse reservatório hídrico ter sido inaugurado no ano de 1936, a construção de uma adutora para abastecer as residências da população da cidade de Sousa somente acontece no final da década de 1950.

As lavagens de roupas nas águas do Rio do Peixe não eram feitas apenas e tão somente durante as suas cheias. Essa atividade era exercida cotidianamente pela gente pobre. Muitos encontravam nesse trabalho uma alternativa para alimentar as suas famílias.

“Cotidianamente as beiras do rio são invadidas por uma “enchurrada” (sic) de lavadeiras, gente do povo, incultas, sem qualquer instrução. Vivendo desde criança aquela vida, lavando roupas para o seu sustento e de sua família. Afeitadas ao trabalho árduo, labutando de sol a sol, de cócoras na beira d’água, ao pé da tábua, (...) pisando descalça as pedras e areias quentes, não lamentam (...) passam o

dia inteiro nas beiras do rio, lá fazem um “desjejum”, vez por outra um cafezinho de “pedra” (...). elas brincam, correm pelas areias, dão um mergulho para refrescarem...”

(Fonte: FORTE, Gastão de Medeiros. **Minha terra, minha gente**. S/L: s/e, 1979. p. 27)

Na década 1950 ainda não existiam equipamentos urbanos que oferecessem condições melhores para aquelas profissionais e também para as donas de casa. Somente em 1959 a Prefeitura Municipal abre crédito de trezentos mil cruzeiros para a construção de uma lavanderia pública. A intenção era equipar a cidade desse serviço público para que parte da população tivesse acesso a essa melhoria urbana e diminuíssem os riscos à saúde pública.

3.9 A higienização da cidade e o caso do lixo

A cidade foi crescendo e tomando ares de “urbe civilizada”. Precisava, para manter essa aparência, cumprir as leis estabelecidas que rezavam o desejo de cidade com todo o caráter e feição de urbanidade. A presença, por exemplo, de animais pelas ruas de Sousa era vista por certa elite como uma grande ameaça a saúde pública. Além disso, trazia às ruas o aspecto de um espaço não civilizado.

A população pobre que morava nas áreas suburbanas convivia diariamente com a criação de animais, mantendo-os entre as ruas e os cercados feitos de madeira. A prática da criação de animais domésticos como porcos, bode e até bois e vacas no ambiente citadino funcionava como uma maneira de ajudar na sobrevivência da família. Essa economia doméstica, mais um costume do período colonial, era severamente combatida nos centros urbanos por uma política da saúde que decantava as novas práticas de higienização instituída desde o século XIX. As velhas práticas rurais da “casa grande” não se coadunavam com as novas maneiras de habitar a cidade.

Além dos próprios animais que perambulavam pelas ruas se alimentando da vegetação em terrenos baldios e oferecendo perigo à estética urbana no que condiz a arborização da cidade, a existência de currais e pocilgas na área suburbana perturbava por demais os habitantes da cidade por exalar um mau cheiro advindo das fezes ali depositadas.

Essa política de higienização dos espaços considerados urbanos, nos quais pessoas e animais disputavam as ruas, travessias, becos, praças, confluindo para o que mais parecia costumes de uma vida rural, era reflexos pregados pelos preceitos da higienização da moderna burguesia. Esses novos “códigos que se tentava universalizar” condenavam toda prática que se tornava “sinônimo de

promiscuidade” e se apresentava como “um risco para a saúde e a moral da sociedade”.

Outra experiência que se enquadrava como uma aparelhagem moderna, a fim de atender às exigências dos parâmetros e códigos das novas cidades era a coleta de lixo. Em Sousa esse serviço era oferecido pela Prefeitura Municipal que mantinha semanalmente a passagem de uma carroça recolhendo os entulhos deixados pela população na frente de suas residências ou em pontos estratégicos.

As falhas aconteciam constantemente e as queixas e denúncias eram direcionadas ao prefeito municipal como o principal responsável pela manutenção do serviço. O poder legislativo aproveitava a inércia do poder executivo para atirar suas alfinetadas.

3.10 Uma nova cidade para um novo homem

Naturalmente que em 1960 Sousa não era mais aquela de três décadas atrás. Quase tudo havia vestido outra realidade. A invenção de novos hábitos não significou a morte de velhos costumes. Embora as práticas provincianas oferecessem certa resistência à instituição de modernas práticas culturais, a vida na cidade foi redefinida e ressignificada a partir da construção de novos conceitos de espaço e tempo. Se a Maria Fumaça, lembradas por aqueles que vivenciaram suas viagens, havia sido o encanto dos olhos de muitos no período de seu advento e seguidamente nas décadas de 1930 e 1940 não era mais essa mesma representação construída pelos jovens nascidos nos anos iniciais de 1950. Para esses personagens da história do moderno meio de transporte a velha locomotiva era uma máquina ultrapassada. A locomotiva movida a óleo diesel oferecia melhores condições para as viagens, sem contar que a velocidade era superior àquela movida à lenha. O automóvel, o caminhão e o ônibus criaram outras perspectivas nas terras sertanejas. O contato com os grandes centros tornou-se mais intenso com a introdução do transporte motorizado.

Com luz elétrica e água tratada em casa o sousense passava a viver um mundo de praticidade. Os tempos modernos ofereciam uma vida de conforto, higiene e comodidade a um preço razoável. As alterações materiais ocorridas na cidade permitiram, conseqüentemente, acontecer consideráveis transformações imateriais. A introdução de novas técnicas e a instituição de um novo modo de vida acabou por constituir novas sensibilidades.

A cidade vivia a era do ouro da economia algodoeira. O mercado fervilhava no dia a dia e festejava durante as feiras semanais o seu crescimento. Sousa

tornara-se um centro econômico e cultural para onde convergiam habitantes de povoações circunvizinhas.

3.11 TEXTOS COMPLEMENTARES

3.11.1 Inauguração da estação ferroviária de Sousa

Eram 12 horas aproximadamente, quando silhuetava-se o perfil do comboio que vinha trazer a Souza uma nova era de prosperidade. Havia em cada coração o desejo intenso da efetivação de uma esperança secular. E o trem se aproximava lentamente.

Foi quando a locomotiva, varando a multidão e com um apito estridente parou, resfolegando os seus pulmões de aço, enquanto o povo saudava os pioneiros do progresso em hurrahs frenéticos e lá fora, ao ar, estruglam repetidas salvas de foguetes.

A machina era a de n. 111. O comboio compunha-se de 2 carros da administração, 1 restaurante, 1 dormitório, 1 cozinha e 1 de bagagem. (Fonte: "Notícias do interior: Souza". In: **A UNIÃO**. Parahyba, 26 de maio de 1926, p. 2).

3.11.2 Reclamando a falta de saúde pública

Aqui nessa hiper-heroica Bentopolis até se tem vontade de ser moscas, tais as regalias, os privilégios de que gozam esses insetos de multifacetadas pupilas. (...) A prefeitura trata-os com um carinho e uma vigilância higienica merecedora de louvor. Nas ilhargas da cidade, pela banda do sul e pela banda do norte, mandou estender lindas esterqueiras onde os procreadores insetos não perdem o seu tempo. Com essas primeiras chuvas, a cidade tem recebido visita de bandos do interessante e inofensivo inseto, e tem trazido notorio regosijo a toda a população. Tanto que anuncia se para breve um congresso de moscas si o Dr. prefeito tiver a gentileza de ceder o Paço Municipal para o futuro benefico conclave. É de justiça. Porque a mosca é um inseto camarada. O que se não dá com o primo mosquito cuja perversidade é notoria e por isso está sofrendo a guerra de exterminio a que estamos assistindo regozijados. (...) As esterqueiras ao pé da cidade, na Avenida das Areis e outras avenidas que se vão abrir, se de grande utilidade pública.

(Fonte: Sousa – Paraiso das moscas. In: **Jornal de Souza**, Sousa, 04 de fevereiro de 1932. p. 4)

3.11.3 As leis de trânsito em Sousa

Lei nº 60, de 25 de março de 1930

Art. 1º Fica determinada dentro do perímetro da cidade e povoações a velocidade máxima dos automóveis de passeio e auto-ônibus de 20 quilômetros por hora, e, para os caminhões de 15 quilômetros por hora.

Art. 2º Nas estradas poderá ser para os primeiros de 60 quilômetros, e para os últimos de 40 quilômetros.

Art. 4º Não poderá guiar automóvel de qualquer natureza, dentro do município, que não estiver provido de carta pela Inspetoria de Veículos desta Prefeitura, ou por outra congênera, sob pena de 30\$000, na reincidência 50\$000.

Art. 5º Todos os automóveis que transitarem neste município, devem estar munidos de freios, lanternas e buzinas. Multa de 30\$000 aos infratores.

Art. 8º Quem guiar qualquer veículo em estado de embriaguez sofrerá a multa de 20\$000.

Art. 12º Todos os condutores de veículos são obrigados a trazerem consigo, sob pena de multa de 20\$000.

(Fonte: **Jornal de Souza**. Sousa, março de 1930, p. 4)

3.11.4 O cinema em Sousa

No começo desta semana foi focado duas vezes na tela do “Cine-Souzense” o sensacional e comovente filme Nacional “A vida pela liberdade”.

É uma clarinada guerreira para a redenção republicana; um símbolo de altruísmo altamente moral para abolição de todos os grilhões da consciência. (Fonte: **Jornal de Souza**. Sousa, 08 de Ago de 1931. p. 1)

Brevemente será focado na tela do Cine-sousence, magnífico filme, “Cristo Redentor”. É uma fita que vem atraindo grande curiosidade por sua esplendida confecção artística e significativo interesse religioso. “Cristo Redentor” ha de causar formidável sucesso entre nós, tanto quanto vem sendo apreciado por toda a parte, onde sua apresentação tem causado geral entusiasmo.

(Fonte: **Jornal de Souza**. Sousa, 02 de dez de 1931. p. 1)

3.11.5 Delimitação da zona urbana e suburbana da cidade

Segundo o anexo da lei “a cidade de Sousa... fica constituída por duas zonas distintas, denominadas de urbanas e suburbanas obedecendo aos limites seguintes:

A primeira, zona urbana, formada por praças e ruas principais, começará: ao norte, partindo da casa de residência do senhor Antonio Gonçalves de Abrantes, segue em direção leste, margeando o lado direito do Rio do Peixe, até encontrar a linha divisória do terreno da Escola Rural Doméstica; a Leste, pela referida linha, seguindo-se em direção sul margeando a represa do açude Gato Preto, prosseguindo numa reta até tocar a Estrada de Ferro da R. V. C.; ao Sul, pela referida ferrovia seguindo na direção oeste até o término do terreno da Praça da Estação da R. V. C.; a oeste, segue-se rumo ao norte margeando o Rio do Peixe até encontrar a casa de residência do Sr. Antonio Gonçalves de Abrantes, ponto de partida. (Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa. Lei nº 276 de 31 de dezembro de 1958. Sousa; 1958. Anexo I).

3.11.6 As festas religiosas

Naquela época a religião dominava a vida de todos. (...) A novena era o grande acontecimento, o ponto de reunião. (...) A igreja dominava a cidade e arredores do alto de suas belas torres. E, nas festas religiosas, todo o terreno em frente se enchia de gente contrita e atenta a ouvir as pregações, os inspirados sermões, a assistir as belas demonstrações da pirotecnia – rojões, foguetes de lágrimas, etc. e nas grandes festas – a da padroeira, a grande festa de setembro, no mês de maio, o mês mariano, e na Semana Santa ouvir a banda de música tocar hinos sacros, e outras composições solenes... Hoje ninguém consegue ouvir o sermão do Padre, ainda que esteja bem próximo do altar. Há uma pletora de alto-falantes e uma balbúrdia de sons.

(Fonte: ALMEIDA SOBRINHO, Zorrilho de. Sousa: uma realidade e um sonho. Campo Grande-MS: Gráfica Alvorada, 1993. p. 09)

É Sousa, a Cidade Sorriso, que surge da memória, bonita e altaneira, dando-nos aquele sobressalto de emoção quando, da janela do trem, a gente a avista de longe e a torre de sua igreja aparece no horizonte, apontando para um céu azul onde erram esparsas nuvens brancas. Chego de trem em Sousa. (Fonte: ALMEIDA SOBRINHO, Zorrilho de. Sousa: uma realidade e um sonho. Campo Grande-MS: Gráfica Alvorada, 1993. p. 28)

3.11.7 A educação das crianças

“Eis um dos pontos mais vulneráveis de Souza. Os meninos são criados sem a formação precisa, vivem muitos pelas ruas e calçadas, de bicicletas pelos lugares

proibidos e até a depredarem os muros e as paredes até mesmo da igreja e ninguém reclama. Se o Juiz que é o tutor nato da criança tomar medidas neste particular, coitado! E aí do professor que falar mais alto a um desses peraltas medonhos. Os pais assistem os desmandos dos mesmos nas quermesses por exemplo, sem uma providência e quando o Padre ou outro reclama, um pai por ali diz: ele tem pai o senhor não é o pai dele. Felizmente, se diga para fazer justiça, muitos são interessados por esses pontos de educação, enquanto outros se tornam até cúmplices da corrupção das crianças. Quantos escândalos públicos, que homens sem moral praticam e as crianças comentam nas ruas. A licenciabilidade campeia e os pais esquecem o seu dever de educar e parece estarem convencidos de poder ficar tranquilos porque dão arroz, feijão aos filhos e mandam com um livro na mão para o lado da escola. E o pobre professor: se o filho chegar chorando em casa! Os progenitores endossam as suas faltas dando-lhes todo crédito como os políticos inescrupulosos aceitam todas as afirmações dos seus correligionários. (...). Aqui deixo o mais o mais veemente apelo ao bom povo de Souza para uma mais ampla e viva colaboração e mais eficiente nas coisas que digam respeito ao bem de Souza". (Fonte: Visão Panorâmica de Sousa. In: Correio do Sertão. Dez 1951. p. 2)

PARA SABER MAIS

Prefeitura Municipal de Sousa. Leis nº 254, nº 287, nº 271, nº 276, nº 287 e nº 302. 1958-1959

A UNIÃO. 1926, 1930, 1933, 1936, 1939, 1942, 1959.

LETRAS DO SERTÃO. Sousa, outubro de 1959. Nº 18.

JORNAL DE SOUZA. Sousa, 1930-1932

ENTREVISTAS:

LUCENA, Jeander Batista de. **Entrevista concedida ao autor.** Sousa, 25 de setembro de 2010.

MATOS, Eilzo Nogueira. **Entrevista concedida ao autor.** Sousa, 17 de janeiro de 2011.

NÓBREGA, Maria Bernadete Mariz Melo. **Entrevista concedida ao autor.** João Pessoa, 03 de novembro de 2010.

SOUSA, Aníbel Vicente de. **Entrevista concedida ao autor.** Sousa, 25 de setembro de 2010.

Livros sugeridos

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1980

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. In: et al. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003

BEGUIN, François. **As maquinarias inglesas do conforto**. Tradução de Jorge Hajine Oseki. In: **Espaço e Debate**. São Paulo: Ano XI, Nº 34, 1991. (Revista de estudo regionais e urbanos).

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e histórias**. Campina Grande: EDUFCEG, 2009.

CARTAXO, Otacílio. **Os caminhos Geopolíticos da Ribeira do Rio do Peixe**. João Pessoa: A UNIÃO, 1964.

CHALOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERRAZ, Augusto. **Além do rio: uma fotografia da paisagem urbana – Sousa – Paraíba**. AGT Produções, 2004

FORTE, Gastão de Medeiros. **Minha terra, minha gente**. S/L: s/e, 1979.

FREYRE, Gilberto. **Os ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora; Brasília INL, 1977

GADELHA, Julieta Pordeus. **Antes que ninguém conte**. João Pessoa: A UNIÃO, 1986

JOÃO DO RIO. **A Alma Encantadora das Ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995

LEITÃO, Deusdedit. **Inventário do tempo: memórias**. João Pessoa: Empório dos livros, 2000

MARIZ, Ignez. **A barragem**. 2 ed. João Pessoa: A UNIÃO editora, 1994.

MATOS, Maria Izilda de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: editora brasiliense, 1991

PASSOS, Edson Junqueira. **Reconhecimentos gerais para o prolongamento da estrada de Mossoró, de São Sebastião a Souza e Pombal**. Coleção mossoroense. Vol. CCXXXIX.; Ano XV da ESAM, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In **Estudo Históricos**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1995, Vol. 8, nº 16, p. 279-290.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François e et al. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2008.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade**. 2 ed. João Pessoa: A UNIÃO, 1994

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In: _____ (org.) **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das letras, 2008. pp. 561 e 564.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In: **Psicologia do dinheiro e outros ensaios**. Texto e Gráfica, pp. 79-97

SOUSA, Rivaldo Amador de. **Encantos e desencantos das cidades: sensibilidades e sociabilidades em Sousa (1922-1965)**. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

Sites:

www.ibge.gov.br.

Capítulo 4

Uma história de...

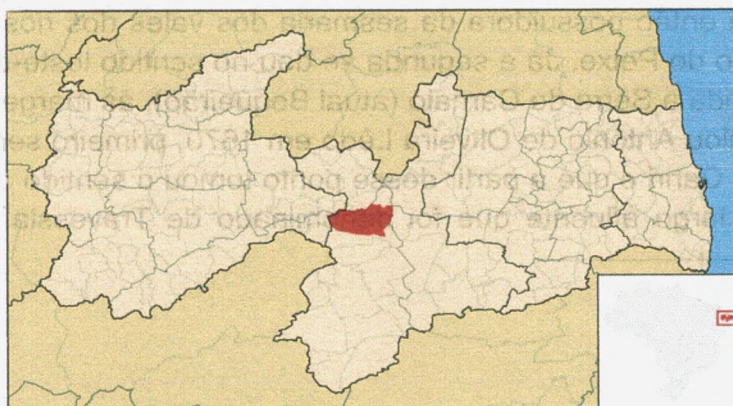
Taperoá



4.1 TAPEROÁ: Apontamentos para a sua História

Faustino Teatino Cavalcante Neto²⁸

O município de Taperoá localiza-se na mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Ocidental paraibano, limitando-se ao norte com os municípios de Areia de Baraúnas (68 km), Salgadinho (30 km) e Assunção (23 km); ao leste com Santo André (25 km) e Parari (36 km); ao sul com Parari (36 km), São José dos Cordeiros (24 km) e Livramento (30 km); e ao oeste com Desterro (33 km) e Cacimbas (25 km). Sua distância da capital João Pessoa é de 243 km, possuindo uma área territorial de 640 km² e sua altitude é de 533 metros acima do nível do mar. Segundo os dados do IBGE (2010), o município tem 14.938 habitantes.



[http://pt.wikipedia.org/wiki/Tapero%C3%A1_\(Para%C3%ADba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tapero%C3%A1_(Para%C3%ADba))

²⁸ Mestre em Ciências da Sociedade pela UEPB e doutorando em História pela UFPE, atualmente é professor de História da América na Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência de ensino e pesquisa no campo da História Política, com ênfase em História da América Hispânica e Inglesa e História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Culturas Políticas, Anticomunismo, Populismo, Trabalhismo e Teatralização do Poder, orientando trabalhos e publicando artigos/capítulos de livros nesse sentido.

4.2 A COLONIZAÇÃO DO RIO TRAVESSIA: Os Portugueses “rasgam” os Sertões

A presença da colonização portuguesa nas terras que correspondem ao atual município de Taperoá data do final do século XVII e início do XVIII.

De acordo com Mello (1997, p. 73), a ocupação do interior da capitania da Parahyba se deu através de duas grandes linhas de penetração. A primeira no sentido sul-norte que partiu da capitania da Bahia pelo rio São Francisco e através de um afluente deste penetrou a Paraíba pela fronteira pernambucana, onde colonos passaram a se estabelecer, a partir de 1663, como arrendatários da Casa da Torre²⁹, já então possuidora da sesmaria dos vales dos rios Piancó, Piranhas de Cima e Rio do Peixe. Já a segunda se deu no sentido leste-oeste e teve como ponto de partida a Serra do Carnaió (atual Boqueirão), às margens do rio Paraíba, onde se instalou Antônio de Oliveira Lêdo em 1670, primeiro semeeiro a fincar-se nas terras do Cariri e que a partir desse ponto tomou o sentido oeste deste rio até alcançar um largo afluente que foi denominado de Travessia³⁰, constituindo-se

²⁹ A Casa da Torre foi o embrião de um grande organização familiar no estilo feudal que se iniciou na capitania da Bahia às margens do rio São Francisco no século XVI, e que durante 250 anos expandiu-se, ao longo das gerações dos seus senhores, por grande parte da atual região Nordeste do Brasil. Ela obteve por doação uma grande faixa de terra que ia da confluência do Rio Pajeú (no atual Estado de Pernambuco) à foz do Rio Grande (no atual Estado do Rio Grande do Norte), compreendendo assim grande parte do sertão do atual Estado da Paraíba. Cf. Mello, 1997, p. 73.

³⁰ O rio Travessia é a maior via fluvial da parte central do planalto da serra da Borborema, sendo ainda o afluente do rio Paraíba de curso mais longo, à sua margem esquerda, que depois de incorporar o Matinoré, o Mucuitú e o Santa Rosa, deságua neste com grande potencial d'água. O seu primeiro registro documentado data de 1757, descrito em forma de relato hidrográfico pelo então capitão-mor do Cariri de Fora, Clemente Amorim de Sousa, ao Governador do Brasil: "(...) entre o sítio Carnaió e o sítio Cruz faz barra da parte da mão direita o Rio chamado Travessia (...)" (SOUSA, 1757, p. 41).

como elo entre esse espaço e o alto sertão da capitania parcialmente ocupado pela Casa da Torre.

A caracterização geográfica desse rio acompanhada de seu batismo denuncia a importância que o mesmo exerceu no momento em que os colonos portugueses buscaram o interior da capitania da Parahyba. Desse modo, notamos que foi a partir núcleo de Boqueirão que se deu a colonização do Cariri; daquele ponto Antonio de Oliveira Lêdo, seus descendentes e outros colonos seguiram pelo rio Travessia com a intenção de capturar nativos e de estabelecer às suas margens fazendas de criatório, sendo que algumas dessas deram origem a povoados, depois vilas e hoje cidades: Cabaceiras, Travessia de Nossa Senhora dos Milagres (São João do Cariri), São José das Pombas (Parari), Batalhão (Taperoá) e Desterro foram núcleos urbanos que surgiram nessa ordem de acordo com a penetração no sentido leste-oeste ao longo de 152 quilômetros no curso do rio Travessia, depois renomeado de rio Taperoá.³¹

Assim sendo, notamos que foi essa segunda linha de penetração e ocupação do interior da capitania da Parahyba que promoveu o povoamento do atual município de Taperoá, que deve sua origem urbana ao sítio Batalhão pertencente, no início do século XIX, a Manoel de Farias Castro, bisneto de Pascácio de Oliveira Ledo, este sobrinho do Antônio sediado em Boqueirão.

³¹ Ramos (1972) diz não existir registros sobre quem e por que passaram a chamar o rio Travessia de Taperoá, nem mesmo a data dessa substituição. Entretanto, considera possível que tenha sido no início do século XIX, já que os registros documentais desse período já se referem ao referido rio como Taperoá. Clerot (1981) descreveu o significado etimológico da toponímia de origem tupi, sendo assim definida: "Taper-uá - o morador de taperas; de taper a casa abandonada, a ruína, e uá forma contrata de uara, morador. É também nome de andorinha". (CLEROT, 1969, p. 149). Assim, conforme analisa Ramos (1972), é possível que a substituição do nome Travessia por Taperoá tenha se dado em referência às aldeias indígenas abandonadas identificadas ao longo de suas margens.

4.3 PRIMEIRAS POSSES DE TERRAS: Os Colonos e seus Riachos

Em verdade, todas as áreas sob influência do Rio Travessia foram ocupadas a partir das últimas décadas do século XVII (RAMOS, 1972, p. 14).

Foi a partir do fim do século XVII que os colonizadores começaram a se fixar na área que corresponde ao atual município de Taperoá, como bem podemos identificar nas primeiras sesmarias³² concedidas ali no início do século XVIII, onde há o registro de que a ocupação preexistia à petição.

Por meio de Tavares (1982) é possível identificar os registros destas primeiras petições e concessões de sesmarias requeridas e concedidas no território correspondente ao atual município de Taperoá durante o século XVIII. A primeira delas que veio a garantir a posse de terra a colonos portugueses nessa área, hoje situada no sentido nordeste do atual núcleo urbano, se verificou em 08 de janeiro de 1703, como segue:

Licenciado Francisco Tavares de Mello, Capitão Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa, e ajudante Cosme Pinto, moradores nesta capitania, dizem que não tendo terras para criar seus gados e tendo descoberto sobre a serra da Borborema, da entrada que seguia dos Cariris para as Piranhas, para a parte do nascente um riacho chamado pela língua do gentio – Unebatucú, cujas terras estão devolutas, e tão somente descobertas pelo gentio bravo, que antigamente parece, tiveram nela uma aldeia, por alguns vestígios que dela se achavam; e supostos não tinha o dito riacho águas necessárias queriam eles suplicantes fazerem benefícios para a represar pelo que pediam três léguas de terras de comprimento e uma de largo para cada um, dito riacho abaixo, ficando-

³² A sesmaria foi um registro jurídico surgido em Portugal com a Lei de Sesmarias de 1375, que normatizava a distribuição de terras a particulares. Quando a conquista do território brasileiro se efetivou a partir de 1530, o Estado português decidiu utilizar o sistema sesmarial no além-mar e a distribuição de terras a sesmeiros passou a ser uma prioridade, pois era a sesmaria que iria garantir a instalação da *plantation* açucareira na colônia.

lhe este em meio da largura pedida. Foi feita a concessão pelo capitão-mor Francisco de Abreu Pereira, de seis léguas de comprimento e uma de largura, que partirão por data entre si os suplícantes (TAVARES, 1982, p. 50).

Seguindo a petição não tardava vinha a concessão, uma vez que os governadores favoreciam a colonização, o que possibilitava grandes dimensões de terras a quem pudesse se estabelecer e montar curral. No caso acima se verifica que a sesmaria foi requerida por quatro colonos³³ que se diziam moradores na capitania da Parahyba e que reivindicavam para cada um três léguas de terras de comprimento e uma de largura, tendo como centro o riacho Unebatucú (atual Cosme Pinto), que é um afluente do rio Taperoá.

Como resposta os requerentes receberam seis léguas de comprimento e uma de largura a serem repartidas entre os mesmos. Todavia, conforme se pode perceber na sesmaria onde João Marques de Souza pedira a concessão do Sítio Riacho Utrebetuquão (Riacho Escuro) em 1760, vemos que dos quatro pedintes referidos apenas um povoou a área:

(...) Fazendo peão na Cachoeira Cosme Pinto e pelo poente com uma data que pedira Francisco Tavares de Melo e outros mais, e se lhe concederam seis léguas para partirem em 08 de janeiro de 1703, cuja data só um deles povoou (...) (TAVARES, 1982, p. 288).

Muitos eram os casos de petições que serviam apenas para oficializar a posse dos colonos a terra, visto já se encontrarem nos espaços solicitados há anos, e tantos outros eram os que chegavam a possuir mais de uma concessão, onde quase sempre o pedinte ocupava apenas a que lhe fosse mais rentável. Nesse sentido, é possível que essa primeira sesmaria tenha sido ocupada no local do riacho Unebatucú apenas pelo ajudante Cosme Pinto, haja vista, como mencionado na citação acima, encontrar-se em 1760 a cachoeira do dito riacho

³³O capitão Gonçalo Paes Chaves, que era irmão da primeira mulher de Teodósio de Oliveira ledo (Isabel Paes), se destacou na perseguição e matança dos Índios. Foi Teodósio que conseguiu para ele a patente de capitão como prêmio aos serviços de guerra contra os nativos em 02 de novembro de 1696. Cf. Almeida, 1978.

intitulada pelo nome do mesmo, ganhando mais veemência por também documentar que apenas um dos pedintes a povoou.

A segunda sesmaria em que há registro de terras concedidas naquela área é datada de 14 de junho de 1709, e tem como requerente o colono Francisco Afonso Veras (Veriato) que morava em Goiana (PE). Nela identificamos que o pedinte já era possuidor as margens do rio Travessia (Taperoá) do sítio Carnaúba, comprado a Francisco Albernoz, e que o mesmo requereu e teve concedida uma légua de terra em quadro do Riacho do Carneiro, que também é um afluente do rio Taperoá: "(...) e defronte do dito sítio [Carnaúba] para a parte do sul corria um riacho chamado Carneiro, no qual riacho havia um poço a que chamão de Serrota; e que ia por três annos, que naquele dito poço mandara elle suplicante fazer uns beneficios para ajudar a crear seus gados; (...)" (TAVARES, 1982, p. 71). Tais sítios aparecem hoje direcionados nos sentidos oeste-sul do núcleo urbano.

No quadro que segue identificamos algumas informações destas duas e de mais outras nove sesmarias que foram requeridas e concedidas durante o século XVIII na área do atual município de Taperoá.³⁴

REQUERENTE (S)	DATA	SÍTIO	TAMANHO
Francisco Tavares de Melo, Gonçalo Paes Chaves, Gonçalo Barbosa e Cosme Pinto	08/01/1703	Riacho Unebatucú (Cosme Pinto)	06 léguas de comprimento e 01 de largura para cada.
Francisco Affonso Veras	14/06/1709	Riacho do Carneiro	01 légua em quadro.
Vicente Nogueira	24/10/1727	Riacho Salgado	01 légua de comprimento e meia de largura.
Vicente Nogueira	22/04/1731	Riacho Salgado	03 légua de comprimento e 01 de largura.
Vicente Nogueira de Carvalho	10/04/1760	Riacho Salgado	03 légua de comprimento e 01 de largura.
João Alves de Azevedo	20/05/1760	Riacho Salgado	03 légua de comprimento e 01 de largura.

³⁴No seu conjunto essas sesmarias informam muito a respeito daquela área no momento de sua colonização, a saber: os primeiros colonos portugueses, a pecuária como a principal atividade econômica responsável pela ocupação, a existência da estrada que ia do Cariri para o Sertão, algumas referências aos povos nativos (toponímias e locais de aldeias abandonadas), as terras do sul e do nascente destas sesmarias como pertencentes à Companhia de Jesus, bem como a presença de outros sítios e outros colonos nos seus limites territoriais.

João Marques de Souza	23/08/1760	Riacho Utrebetuquão (Riacho Escuro) – Parte sul	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
Antônio Dias Antunes	19/11/1762	Riacho Utrebetuquão (Riacho Escuro) – Parte norte	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
Clemente de Abreu Franca	26/02/1778	Seio do Abrahão	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
José Vicente Rodrigues de Carvalho e Bento da Costa Villar	28/02/1791	Desterro	03 léguas de comprimento e 01 de largura.
Clemente de Abreu Franca	07/02/1797	Olho D'água Mocó	03 léguas de comprimento.

FONTE: TAVARES, 1982. Quadro elaborado pelo autor do artigo.

O primeiro registro que se faz documentado referente ao Sítio Batalhão³⁵, local às margens do rio Travessia (Taperoá) que no século seguinte surgiria como o povoado que deu origem a atual cidade de Taperoá, e seu respectivo possuidor, encontra-se em uma sesmaria datada de 26 de agosto de 1762. Nela o reverendo Mathias Mendes Vianna para requerer terras ditas devolutas da Lagoa Tapada diz que ao poente destas encontrava-se tal sítio como pertencente ao Coronel Antônio de Albuquerque, conforme segue: "(...) confrontando pelo nascente com terras

³⁵O topônimo Batalhão tem fundamentação controversa, tendo levado alguns historiadores a se deterem a explicar o seu significado etimológico. A tese de Almeida (1980) é a de que a sua origem deriva de um confronto que ocorrera entre as tropas legalistas e os combatentes da Confederação do Equador quando de sua fuga do Recife a caminho do Ceará, em 1824. Segundo ele, teria ocorrido uma grande batalha em torno de uma lagoa existente naquela área e que viera a ganhar o nome de Batalhão. Refutamos essa hipótese por duas razões: primeiro porque, conforme registros do diário de Frei Caneca, o movimento revolucionário em seu trajeto a caminho do Ceará desviou-se da área daquele sítio, chegando a passar pelo mesmo apenas depois de sua rendição naquela província em 29 de novembro de 1824; segundo porque existe o registro deste sítio como denominado de Batalhão no ano de 1757, no relatório sobre a hidrografia do Cariri encaminhado pelo Capitão-mor do Cariri Clemente Amorim Souza ao Senado da Parahiba: "(...) e tornando ao sítio Rio do Posso, já nomeado pelo rio acima duas léguas está o sítio do Acará e daí três léguas está o sítio do Batalhão e daí uma légua está o sítio da Camaúba (...)" (SOUSA, 1757, p. 42). Já a tese de Pinto (1977) diz que o significado daquele topônimo é decorrente de uma grande batalha ocorrida em torno de uma lagoa daquele sítio quando do confronto entre um grupo bandeirante e os índios locais, passando a mesma a ser conhecida como lagoa do Batalhão. Acreditamos mais plausível essa hipótese, uma vez que se verifica em Jóffily (1892) o registro pesquisado por ele em uma sesmaria de uma batalha travada entre uma expedição dos Oliveira Lêdo e os índios Sucurus ao longo do rio Travessia (Taperoá), acima da junção deste com o Rio Paraíba no ano de 1669.

das Pombas de José de Lyra, e fazenda dos Poços, pelo poente com a fazenda Batalhão e Serrota do Coronel Antônio de Albuquerque; (...)" (TAVARES, 1982, p. 308). Seu segundo registro documental aparece trinta e dois anos depois em uma Carta de Arrematação (1794), onde se encontra o registro do seqüestro, leilão e arremate da metade oeste das terras do sítio Batalhão que deixaram de pertencer aos herdeiros de Antônio de Albuquerque e Mello e passaram a ser de João Martins Torres Brasil, se encontrando a outra metade leste de posse dos herdeiros de João da Silva Andrade.

4.4 SÍTIO BATALHÃO: Terras Invadidas e Leiloadas

Na época colonial Portugal não dispunha de funcionários suficientes para a cobrança de impostos (dízimos) no Brasil, oferecendo esse ofício, por meio de um processo licitatório, a quem se apresentasse. O vencedor assinaria um contrato com a devida apresentação dos seus fiadores e dos impostos que passava a arrecadar recolhia o *quantum* (quantidade elementar) para a Coroa e ficava com o excedente.

Na Carta de Arrematação do Sítio Batalhão (1794) observamos que Antônio de Albuquerque e Melo Júnior se fez arrematante (triênio 1770-1772) dos dízimos da Ribeira do Patu (RN), cujos fiadores foram seus irmãos herdeiros de Antônio de Albuquerque e Melo que era dono do sítio Batalhão. Nesse mesmo documento há o registro de que seu insucesso na cobrança de impostos terminou por fazê-lo devedor da Real Fazenda³⁶. Neste caso a determinação seria a de que o funcionário pagasse a quantia devida e caso não fosse efetuada a quitação se deveria processar o seqüestro dos seus bens ou, na falta destes, dos seus fiadores que deveriam ser avaliados suficientes para a quitação da dívida e em seguida levados a leilão.

Assim, quando a Real Fazenda de Pernambuco mandou que se fizesse o seqüestro contra todos os contratadores dos dízimos do Reino que adquiriram

³⁶ De acordo com a Carta de arrematação, Antônio de Albuquerque e Melo Júnior se fez devedor da Real Fazenda do valor de 3:998\$00 (três contos, novecentos e noventa e oito mil réis).

dividas, foi requerido ao irmão e fiador do arrematante, o padre André de Albuquerque Mello, que se pagasse à quantia declarada em precatória. Este não demonstrou interesse em saldar a quantia devida, contudo logo nomeou para seqüestro os bens do inventário do já falecido pai há mais de seis anos, sendo concluso os autos do seqüestro em 22 de dezembro de 1794. Na Vila de Goiana (PE) foi dada então entrada na carta precatória contra os herdeiros de Antônio de Albuquerque e Mello Sênior que se processaria através da provedoria da Real Fazenda da Parahyba, que transferiu a dita carta para a justiça da Vila Real de São João do Cariri, onde o juiz Ordinário Amaro da Costa Romeo deveria processar a avaliação da parte do sítio Batalhão, cuja terra integrava o inventário do patriarca.³⁷ Contudo, não apareceu ninguém interessado em arrematá-la.

Conforme a Carta de arrematação do sítio Batalhão, apenas em 1814 apareceu um português interessado pela sua arrematação. Tratava-se do tenente-coronel João Martins que, segundo Joffily (1892, p. 20), era conhecido por Marinheiro e havia migrado da região de Torres (Portugal) para o Brasil, adotando assim para si os sobrenomes Torres Brasil. Ainda de acordo com esse autor "Ao que tudo indica era cristão-novo (Marrano), aparecido em Taperoá já casado ou vindo a casar-se com uma tal Don'Ana do Riacho Escuro" (idem). Segundo Terceiro Neto (2002, p. 29), tratava-se de Ana Joaquina de Jesus.

Possivelmente, por esse tempo João Martins Torres Brasil já era casado com essa herdeira do sítio Riacho Escuro, tendo contato ou mesmo residindo naquela terra que era fronteira com o sítio Batalhão, já que o mesmo tanto foi o único a se interessar pela compra deste, bem como, quando ofereceu lance para a sua arrematação, denunciou a invasão dos herdeiros de João da Silva Andrade em partes da ribeira do Batalhão.³⁸ De acordo com a Carta de arrematação, por

³⁷O registro dessa avaliação se deu em 16 de julho de 1807, quando então Francisco Fernandes de Oliveira e José dos Santos Nogueira, que haviam sido nomeados como avaliadores do sítio Batalhão pelo juiz Amaro da Costa Romeo, estipularam a cifra de 400:000\$00 (quatrocentos mil reis) como valor mínimo para a arrematação do mesmo. Cf. Carta de arrematação do sítio denominado Batalhão, 1794.

³⁸Quando se desencadeou a Revolução Pernambucana (1817), contra o poder absolutista de D. Pedro I, João Martins Torres Brasil aderiu ao movimento e o governo provisório da Província da Parahyba do Norte concedeu-lhe carta-patente de Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria de Ordenança do Cariri de Fora em 30 de março de 1817. Com a derrocada do movimento João Martins Torres Brasil foi acusado de crime lesa-majestade e levado preso para Recife, onde morreu no cárcere. Cf. Terceiro Neto, 2002, p. 29-30.

esse motivo João Martins se tornou proprietário apenas da metade leste do sítio por 201:000\$00 (duzentos e um mil réis), com casa de vivenda, currais e cacimbas construídas por Antônio de Albuquerque e Mello Sênior.³⁹ A metade oeste do referido sítio ficou na posse dos herdeiros de João da Silva Andrade, local esse que viu surgir nos anos seguintes o povoado que deu origem a cidade de Taperoá atual.⁴⁰

4.5 FAMÍLIAS COLONIZADORAS: Os Costa Villar o os Farias Castro

Pesquisando nos arquivos cartoriais de batismos e óbitos do município de Taperoá, da segunda metade do século XIX, não localizamos maiores referências aos descendentes dos primeiros colonos requerentes das sesmarias do século XVIII.

Apesar disso, conseguimos identificar um registro onde aparece Cosme Nogueira de Carvalho casado com Adeodata Maria da Conceição batizando o filho João, nascido em 08 de fevereiro de 1850, residentes no sítio Riacho do Carneiro; bem como o registro de óbito desse mesmo Cosme Nogueira de Carvalho, com 60 anos de idade, em 06 de janeiro de 1891, já morador no sítio Enjeitado e como filho de Joaquim Nogueira de Carvalho e Senhorinha Maria da Conceição. Talvez tivesse sido esse Cosme descendente do Vicente Nogueira que teve concedida a sesmaria do sítio Riacho Salgado em 24 de novembro de 1727.

Significativos são os registros cartoriais da descendência da família do colono Bento da Costa Villar que requereu, juntamente com o seu concunhado José

³⁹ Há registros cartoriais da existência de um filho homônimo do pai que foi seu sucessor tanto da parte leste do sítio Batalhão quanto do Riacho Escuro. Ainda de acordo com tais documentos, este último sítio nunca deixou de pertencer à família Torres Brasil, pois na segunda metade do século XIX, encontrava-se como sua proprietária Mariana Beneditina de Torres e no final do mesmo século o padre Francisco Torres Brasil, que neto do primeiro e filho do segundo era. Atualmente as terras desse sítio ainda pertencem aos herdeiros desta família.

⁴⁰ Por esse tempo as terras do alto do rio Travessia (Taperoá) já pertenciam à circunscrição da Vila Real de São João do Cariri de Fora, que se desmembrou do município da Vila Nova da Rainha (Campina Grande) em 05 de maio de 1803. Cf. Câmara, 1988, p. 32.

Vicente Rodrigues de Carvalho⁴¹, a sesmaria do sítio Desterro em 28 de fevereiro de 1791. Segundo Melo (S/D),⁴² esse Bento era natural de Nossa Senhora do Villar (Portugal), cujos pais eram naturais do Porto, e teria chegado à província da Parahyba na primeira metade do século XVIII, casando-se em Gramane com Thereza Joaquina de Andrade e transferindo-se para as margens do rio Travessia (Taperoá), onde se instalou no sítio Carnaúba.⁴³

Presumimos que quando da petição da sesmaria do sítio Desterro ele já residia nas terras da Carnaúba, uma vez que o texto da carta o cita como morador do Cariri de Fora, como segue:

José Vicente Rodrigues de Carvalho e o Capitão Bento da Costa Villar, moradores do Cariri de Fora, dizem que querem por Sesmaria três léguas de sobras de terra do mesmo Cariri de Fora no Sítio Desterro, que se acham devolutas, extremado-se pelo nascente com terras da Pedra e Pau Branco, pelo poente com terras de Alagoa e Piedade, águas pendentes à ribeira do Pajeú, no sitio dos Prazeres, pela parte sul com terras de Juá, Santo Antonio do Pereiro, águas

⁴¹ Segundo Terceiro Neto (2002, p. 33-34), José Vicente Rodrigues de Carvalho era filho de Vicente Nogueira de Carvalho, proprietário da sesmaria do Riacho Salgado de 10/04/1760, e neto de Vicente Nogueira, proprietário das sesmarias do Riacho Salgado de 20/10/1727 e de 22/04/1731.

⁴²Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, que era descendente dos Villar Barbosa por parte de sua genitora, realizou uma pesquisa genealógica não publicada sobre a família Costa Villar.

⁴³Thereza faleceu em 1800 e Bento em 1807, este com aproximadamente um século de vida. O casal deixou nove filhos que geraram grande descendência: Galdino da Costa Villar que se ordenou padre e militou na política, fazendo parte da junta provisória de cinco membros que administrou a província da Parahyba do Norte de fevereiro de 1822 a fevereiro de 1823, tendo sido ainda escolhido no Período Regencial (1831-1840), em 24 de setembro de 1831, pelo Palácio Imperial para ser o presidente da Província; João da Costa Villar c.c. Firma Rubins de Moura Accioli (10 filhos); Antonio da Costa Villar c.c. Maria Rubins Moura Accioli (04 filhos); Joaquim da Costa Villar c.c. Luiza Rubins de Moura Accioli (03 filhos); Bento da Costa Villar c.c. sua sobrinha Umbelina Áurea Guilhermina de Carvalho, filha de sua irmã Mariana Francisca da Penha, (10 filhos) e instalados no sítio Pereiro; Luiz da Costa Villar c.c sua sobrinha Carlota Joaquina da Trindade, filha de sua irmã Francisca Joaquina da Trindade, (05 filhos) e instalados no sítio Carnaúba; Mariana Francisca da Penha nascida em 27/11/1778, c.c. o português Dâmaso Joaquim José de Carvalho (09 filhos) e instalados no sítio Pereiro; Francisca Joaquina da Trindade c.c. o português João dos Santos Barbosa (04 filhos) e instalados no sítio Carnaúba; e Inocência Maria do Espírito Santo c.c. o português José Antonio Rodrigues de Araújo (12 filhos) e radicados no sítio Volta. Cf. Melo, S/D.

pendentes à mesma ribeira do Pajeú, e pelo norte com terras de Desterro, com três léguas de comprimento e uma de largo ou como melhor for. Foi feita a concessão no governo Jeronymo José de Mello Castro. (TAVARES, 1982, p. 456) (Grifos nossos).

O sítio Carnaúba pertenceu a Francisco Affonso Veras (Veriato) que havia comprado a Francisco Albernoz, conforme analisado na sesmaria em que ele requereu o Riacho Salgado em 14 de junho de 1709. Ainda conseguimos identificar esse sítio em sua posse em outra sesmaria, datada de 20 de maio de 1760, onde João Alves de Azevedo, para dar limites às terras requeridas do Riacho Salgado, cita a fronteira ao norte como sendo com o sítio de Francisco Affonso Veras. Assim, é possível que Bento da Costa Villar tenha se estabelecido no sítio Carnaúba na segunda metade do século XVIII, vindo depois a requerer as terras do sítio Desterro (1791).⁴⁴

Ao que parece Bento, seus parentes e descendentes passaram a ocupar a grande área contínua a oeste da atual cidade de Taperoá entre o sítio Carnaúba e o Desterro (33 km), ambos no vale do rio Travessia (Taperoá). Segundo Terceiro Neto (2002, p. 35), em 1808 o colono português Dâmaso Joaquim José de Carvalho⁴⁵ adquiriu do patrimônio de Nossa Senhora do Valparaíso as terras que partiam das extremas com Pernambuco até às margens do rio Travessia (Taperoá), abrangendo o território do atual município de Livramento e parte do de Desterro.⁴⁶

⁴⁴Terceiro Neto (2002, p. 61) diz que é possível que Bento tenha ido para o Cariri por influência ou indução de Vicente Nogueira de Carvalho, filho de Vicente Nogueira e residentes no sítio Riacho Salgado. Diz ainda que este era muito presente na Carnaúba, onde apadrinhou a filha de Bento Mariana Francisca da Penha, nascida em 27/11/1778. Parece mesmo que as relações entre estes eram próximas, pois José Vicente Rodrigues de Carvalho, filho de Vicente Nogueira de Carvalho, terminou por casar-se com Mariana Francisca Rodrigues Piques dos Santos Maior, uma cunhada de Bento. Uma filha desse casal de nome Josefa foi batizada na capela do sítio Carnaúba em 1776.

⁴⁵ Dâmaso Joaquim José de Carvalho veio de Portugal para casar-se com Mariana Francisca da Penha, uma das filhas de Bento e Thereza, em 1798, e juntos deram origem aos Villar de Carvalho. Em 1805 ele recebeu a patente de capitão das Ordenanças do Reino, falecendo em 1844. Cf. Terceiro Neto, 2002, p. 35.

⁴⁶Conforme Terceiro Neto (2002), Pascácio de Oliveira Ledo e Tristão da Cunha ocuparam o sítio Bonito (atual município de Taperoá) no final século XVII, onde encontraram terras propícias para o plantio de mandioca e montaram casa de farinha. Em seguida Pascácio retornou pelo rio Traves-

Ali Dâmaso fundou o sítio Pereiro (hoje circunscrição do município de Livramento), onde também se instalou o seu cunhado Bento da Costa Villar⁴⁷, homônimo do pai sediado no sítio Carnaúba.

Desse modo, observamos que os Costa Villar passaram a colonizar grande parte das terras compreendidas hoje entre os municípios de Taperoá, Livramento e Desterro, como também ressalta Ramos (1972, p. 19):

Mas o elemento preponderante da colonização foram sem dúvida, os Costa Villar, vindo da Diocese do Porto e se instalando no lugar Carnaúba, depois de varridos os gentios que por ali existiam. Esta família adquiriu projeção que se prolongou até o período da Monarquia, e seus descendentes deram a maior contribuição para a formação da população do trecho do alto Taperoá.

Conforme observamos na documentação cartorial daquele município, as gerações que surgiram do casal Bento e Thereza foram as responsáveis pela ampla ocupação dessa espaçosa extensão territorial, que também foi sendo progressivamente dividida entre as mesmas e recebendo novos batismos, a saber: Alagoa Queimada, Alagoa do Pinhancó, Cacimba de Cima, Paraíso, Pau-Branco, Santa Maria, Sete Estrelas, Verão, Campo Verde, Bonito, Jardim, Volta, dentre outros. Atualmente, depois de mais de dois séculos da presença daquele casal, a maior parte destes sítios ainda pertence aos seus descendentes.

sia (Taperoá) sediando-se no sítio Cabaceiras e Tristão da Cunha vendeu sua parte a um português que morreu e deixou uma herdeira, sendo que esta migrou para Portugal e destinou suas terras na Parahyba ao patrimônio de Nossa Senhora do Valparaíso. Os atuais sítios Sete Estrelas, Verão, Campo Verde, Bonito, Jardim, Volta, bem como outras intermediárias, compunham esse grande sítio.

⁴⁷ Bento da Costa Villar, o segundo na linhagem genealógica, exerceu influência política no império, chegando à Assembleia Provincial da Parahyba por três legislaturas (1838-1839, 1840-1841 e 1842-1843). Em 1860 ele aparece com 67 anos de idade hospedando no sítio Pereiro o presidente da província Luiz Antonio da Silva Nunes que incursionou pelo interior da Parahyba. Cf. Seixas, 1985, p. 76.

De acordo com os assentamentos cartoriais analisados, também são expressivos os registros da descendência da família do colono Manuel de Farias Castro que se radicou no sítio Batalhão, também às margens do rio Travessia (Taperoá).

Conforme analisado anteriormente, há um registro desse sítio como pertencendo a Antônio de Albuquerque de Mello em 1762, tendo sido confiscado pela Real Fazenda do Reino (1794) e arrematado em leilão em sua metade leste por João Martins Torres Brasil (1814), que na ocasião denunciou a invasão dos herdeiros de João da Silva Andrade na parte oeste de sua ribeira. Em Medeiros (1989) pudemos identificar o registro do casamento de Manuel de Farias Castro⁴⁸ com Filipa Maria da Silva, ocorrido em de 27 de agosto de 1797, na fazenda Barra, bem como a informação que depois de casados Manuel e Filipa passaram a morar no sítio Batalhão. Também é possível notar nesse registro que Filipa era filha de João da Silva Andrade, logo herdeira ocupante da metade oeste do Batalhão, o que fez de seu cônjuge sucessor de tais terras. Ao que parece Manuel de Farias Castro foi proprietário mesmo de apenas metade das terras daquele sítio, pois no seu inventário dos bens (04/09/1848) também é possível identificá-lo dono de

(...) huma parte de terra no Sítio Batalhão de quantia de trinta hum mil e quinhentos reavaliada em sua avaliação pela quantia de Setenta oito mil noutra parte de terra no Sítio Serra do Pico de quantia de Sento (sic) e trinta mil reavaliada pela mesma quantia (...). (MEDEIROS, 1989, p. 428) (Grifos nossos).

⁴⁸ Manuel de Farias Castro era neto de Domingos de Farias Castro que era natural de Cheleiros (Portugal), tendo chegado ao Cariri de Fora (Boqueirão) no início do século XVIII, onde se casou com Isabel Rodrigues de Oliveira, filha de Pascácio de Oliveira Ledo, passando a residir no sítio Cabaceiras, onde fincou o marco do início da povoação. O casal teve dez filhos, sendo o oitavo Felipe de Farias Castro que nasceu em 1731 e casou-se com Maria da Purificação (31/08/1775), com 44 anos de idade, se instalando no sítio Poço das Pedras onde gerou treze filhos, entre os legítimos de seu casamento e outros havidos com Vicência Pereira de Sousa. Manuel de Farias Castro era um dos filhos de Felipe e Vicência. Cf. Medeiros, 1989, p. 420.

Por meio desse inventário dos bens também é possível perceber que, ao longo de suas vidas, Manuel e Filipa possuíram ali uma casa sede e, anexada a esta, uma casa de prensa para o algodão, bem como outra menor para o beneficiamento da farinha; também construíram curral, horta e roçado. Nesse núcleo esse casal gerou dezessete filhos nascidos na primeira metade do século XIX, onde se casaram e multiplicaram-se formando o núcleo inicial da povoação que nos anos seguintes daria origem à cidade de Taperoá. Ramos (1972, p. 19) também destaca o papel dos Farias Castro como responsável pelo povoamento daquele sítio às margens do Rio Travessia (Taperoá), entre o final do século XVIII e o início do XIX.⁴⁹

4.6 5. UMA ESTRADA E UM CEMITÉRIO: A Povoação do Batalhão

Arraiais e pequenos povoados surgiam geralmente nos lugares mais propícios à concentração de efetivos para a ocupação territorial, (...). Nos ca-

⁴⁹ Filipa faleceu entre 1844 e 1845 e Manuel entre 1846 e 1847. O casal deixou dezessete filhos que geraram grande descendência: Silvério de Farias Castro (Andrade) c.c. Maria Sabina da Penha (10 filhos) e residentes no sítio Batalhão; Ana Martiniana das Virgens c.c. Tomás da Silva Andrade (10 filhos) e residentes no sítio Batalhão; Francisca Maria da Conceição c.c. Manuel Fernandes de Oliveira (06 filhos); Francisco de Sales de Farias c.c. Delfina Maria de Jesus (08 filhos) e residentes nos sítios Batalhão e Cabeça da Onça (1841); Teodora de Farias Bezerra c.c. Marçal Freire de Brito (10 filhos) e residentes no sítio Batalhão; Maria José do Nascimento c.c. Virgínio José de Oliveira em 1832 (05 filhos) e residentes no sítio Batalhão; Maria Manuela da Cruz c.c. Constatino Freire de Oliveira (03 filhos); Antônio de Farias Castro c.c. Claudina Maria da Silva (Conceição) moradores no sítio Batalhão (06 filhos); Joana (Maria) de Farias Bezerra c.c. Sabino José da Silva (01 filha) e residentes no sítio Batalhão; Quintina Maria dos Santos (Bezerra) c.c. Francisco Rodrigues dos Santos (04 filhos) e residentes no sítio Batalhão; Vicência de Farias Bezerra, ainda solteira no arrolamento dos bens de seu pai (1848); Manuel de Farias do Espírito Santo c.c. Ana Bezerra da Silva (06 filhos); Maria Madalena c.c. José Luís de Lima (01 filha) e residentes no sítio Batalhão; João de Farias Castro (Bezerra) c.c. Rosa Maria da Conceição (03 filhos) e residentes no sítio Batalhão; Josefa de Farias da Silva c.c. André Rodrigues dos Santos (Silva Andrade) moradores no sítio Batalhão (02 filhos); Damião de Farias Castro c.c. Rosalina Maria da Conceição (03 filhos); e Cosma Farias dos Anjos (Santos), gêmea de Cosme e que permaneceu solteira. Cf. Medeiros, 1989, p. 432-436.

minhos do gado surgiram também pequenos povoados, cujos habitantes viviam de diminuto comércio com os boiadeiros: (...). (AQUINO, 1991, p. 36-37).

De acordo com Aquino (1991), os povoados do interior da província da Parahyba foram surgindo a partir dos núcleos colonizados que mais ofereciam atrativos ao estabelecimento de novos moradores. Nesse sentido, consideramos que possivelmente o que tenha favorecido o crescente povoamento do sítio Batalhão, em detrimento aos demais em seus arredores (alguns dos quais, inclusive, de maior porte, como o da Carnaúba e o do Pereiro), foi a primeira estrada que seguia do Cariri para o Sertão e que por ele passava.⁵⁰ Sobre o seu trajeto Joffily (1892, p. 225) descreve que

A estrada de Espinharas tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do rio Pinhâras ou Espinharas, que acompanhava até o lugar onde é hoje a vila dos Patos, ali se dividia a estrada; a esquerda dirigia-se para Piancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 léguas até os confins da respectiva ribeira, a direita seguia em linha reta para a povoação das Piranhas, depois vila e cidade de Pombal; continuando para Souza, no rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará (...). (Grifos nossos).

Percebemos que a estrada (Es)Pinhâras, como também era conhecida, seguia em grande parte os vales dos rios Travessia (Taperoá) e Espinharas, e deste subdividindo-se para os dos rios do Peixe e Piranhas até atingir os limites da província. A historiografia paraibana considera, apesar de ter sido aberta quando do processo de interiorização na segunda metade do século XVII, que

⁵⁰ Na primeira sesmária requerida e concedida naquelas terras, em 08 de janeiro de 1703, já há uma menção a esse caminho: "(...) e tendo descoberto sobre a serra da Borburema, da estrada que seguia dos Cariris para as Piranhas, (...)". (TAVARES, 1982, P. 50).

foram os boiadeiros e tropeiros que deram o sentido definitivo dessa estrada a partir da primeira metade do século XVIII, sobretudo quando se iniciou o deslocamento bovino do sertão a partir dessa grande via que seguia os vales fluviais do Peixe, Piranhas e (Es)Pinháras, onde alcançava a Serra dos Anis e o sítio Seio do Abraão, daí prosseguido pelo rio Travessia (Taperoá) até chagarem em Boqueirão de onde partiram com destino ao brejo pernambucano (Goiana, Limoeiro, Timbaúba dos Mocós e Olinda), espaço consumidor daquele rebanho sertanejo.⁵¹

Ao longo dessa grande estrada foram surgindo pequenos povoados, cujos moradores passaram a se dedicar também ao comércio de trânsito voltado aos boiadeiros e tropeiros. Nesse sentido, consideramos que o sítio Batalhão passou a ser um dos espaços que atraía pessoas a se estabelecerem a criar e a plantar mantimentos a serem consumidos pelos transeuntes que por ali cruzavam.⁵² Portanto, a estrada é um forte indício do que tenha levado à povoação daquele espaço.

Pinto (1977, p. 284) descreve que o padre Ibiapina passou pelo sítio Batalhão no ano de 1860, e que naquela ocasião alguns moradores fizeram-lhe sentir a necessidade da construção de um cemitério, uma vez que o mais próximo dali era o de São José das Pombas (Parari), a 36 quilômetros.⁵³ Solícito ao pedido e

⁵¹ Câmara (1999, p. 29) analisa que o aparecimento da indústria de farinha na Vila Nova da Rainha (Campina Grande), a partir da primeira metade do século XVIII, fez com que alguns boiadeiros e tropeiros mudassem o itinerário da estrada. Segundo ele, da Lagoa do Batalhão eles guiavam as boiadas pelos vales dos rios Quixodi (Soledade) e Santa Rosa (Boa Vista), seguindo até a Vila Nova da Rainha; contudo não deixando de ocorrer o tráfego por Boqueirão, uma vez que este trecho apresentava bom pasto para o gado em viagem. Assim sendo, o mais freqüente era a passagem por Campina Grande quando da volta, uma vez que os boiadeiros e tropeiros procuravam se abastecer de farinha a ser comercializada no sertão.

⁵² Conforme já dito, Manuel de Farias Castro e Filipa Maria da Silva tiveram dezessete filhos, sendo 12 mulheres e 05 homens, além de mais de sessenta netos, fato esse que transformou o sítio Batalhão em um grande núcleo familiar, que foi crescendo à medida que outras famílias, atraídas pelo fluxo freqüente da estrada, foram ali se instalando. Segundo os registros dos livros de Assentos Batismais (01 e 02), o sítio Batalhão já se encontrava com um significativo número de moradores entre os anos de 1844 e 1855, inclusive de outra famílias.

⁵³ Pinto (1977, p. 242) também descreve que o *cholera morbus* vitimou um terço da população da província da Parahyba no ano de 1856. Assim, é possível que essa solicitação dos residentes no sítio Batalhão tenha se dado pelo fato da irrupção daquela doença ali. Esse cemitério funcionou até o ano de 1905, quando então o prefeito Félix Joaquim Daltro Cavalcanti mandou que fosse demolido por considerá-lo anti-higiênico, construindo outro fora da vila.

com o auxílio dos moradores locais, o padre então coordenou os trabalhos da construção do cemitério. Pinto diz ainda que em 1861, no centro desse cemitério, foi edificada uma pequena capela de taipa dedicada a Nossa Senhora da Conceição, a mesma que no ano seguinte foi restaurada em melhores condições pelo mesmo padre que ali voltara.⁵⁴

Analisando os livros de assentos batismais da segunda metade do século XIX, conseguimos localizar o primeiro registro que menciona um batismo ocorrido nesta capela, datado de 22 de janeiro de 1865, como segue:

Aos 22 dias do mês de janeiro de 1865, na capela do Batalhão, batizei e pus os santos óleos a Theodoro, nascido a 7 deste mesmo mês, filho natural de Bernardina Maria da Conceição, casada, todos moradores no Batalhão, freguesia da Vila de São João do Cariri. (LIVRO DE BATISMO N° 01).



Figura 1 : Manoel de Farias Castro (Neto)

De acordo com esse assentamento, notamos que a capela do Batalhão já se encontrava com as condições suficientes para a execução dos ofícios religiosos cristãos no ano de 1865.⁵⁵ Mariz (1910, p 73) registra de que a partir desse ano o missionário Hermenegildo Herculano Vieira da Costa (frei Herculano) coordenou trabalhos de ampliação na capela que apenas foram concluídos em 1874.

Conforme consta, a partir da construção do cemitério em 1860, o lugar passou cada vez mais a atrair novos e numerosos moradores para suas cercanias, influndo sensivelmente no rápido cres-

⁵⁴A historiografia oficial registra que essa construção, porém, só foi iniciada depois de resolvida a divergência entre Manuel de Farias Castro, seu irmão Silvério de Farias Castro e seu cunhado Sales, sobre o local exato em que se deveria erguer a capela.

⁵⁵Através do inventário dos bens de Manuel de Farias Castro, verificamos que os batizados dos seus filhos e netos foram realizados na capela de São José das Pombas (Parari) até 1939. A partir de 1941 identificamos nesse documento os batismos já ocorrendo na capela do sítio Carnaúba e realizados pelo padre Paulino Vilar dos Santos Barbosa. Nos registros de assentos batismais da década de 1880 identificamos que também existiam os oratórios particulares de Galdino Villar de Carvalho (Jardim), Avelino da Costa Villar (Matinha), Bento Villar de Araújo (Carneiro) e Felinto Villar de Araújo (Bonito).

cimento do povoado que em 1880, segundo Mariz (1910, p. 74), já contava com mais de 50 casas residenciais e comerciais, capela, cemitério e escola pública.⁵⁶ É, portanto, esse o fato que é considerado como o marco fundador da povoação de Batalhão na circunscrição do município de São João do Cariri.

A historiografia oficial daquele município atribui a fundação do povoado de Batalhão a Manuel de Farias Castro. Entretanto, não se trata do Manuel de Farias Castro casado com Filipa Maria da Silva, que já era falecido em 1848, e sim de um neto destes que era homônimo do avô, sendo um dos dez filhos de Silvério de Farias Castro e Maria Sabina da Penha, nascido em 28 de maio de 1843 e batizado a 24 de junho do mesmo ano no sítio Carnaúba pelo padre Paulino Villar dos Santos Barbosa.

Não conseguimos identificar o ano em que Manuel de Farias Castro se casou com Joanna Maria de Farias, filha de seu irmão João Alves de Farias Castro. Contudo, encontramos o registro do casal batizando a terceira filha Idalina Maria de Farias no ano de 1869. Outros documentos o citam como “grande negociante” no povoado de Batalhão, de onde partia com peles, algodão e cereais rumo aos principais centros comerciais das províncias da Parahyba e de Pernambuco, retornando com mercadorias a serem revendidas em suas terras. Manuel de Farias Castro, que tinha a patente de capitão, faleceu em 19 de junho de 1909, com 66 anos, deixando oito filhos vivos.⁵⁷

Atribui-se a fundação do povoado a Manuel de Farias Castro (Neto) pelo fato dele ser considerado o doador de terras ao patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Essa doação com as respectivas delimitações da área se encontra escriturada no Cartório de 2º Ofício de São João do Cariri, datada de 21 de outubro de 1874:

Batalhão, deste termo, onde se acha edificada esta povoação de Batalhão, terras do lado sul do rio Batalhão, limitando pela maneira seguin-

⁵⁶A primeira escola pública foi criada pela lei provincial Nº 475, de 20 de julho de 1872.

⁵⁷Seus filhos: Rafael de Farias Castro c.c. sua prima Marieta Ribeiro de Farias; Aristeu de Farias Castro; Idalina Maria de Farias c.c Luis Ferreira de Sousa, ele faleceu em 19/06/1911, com 50 anos, e ela em 19/01/1928, com 59 anos; Luzia Maria de Farias; Corina de Farias; Ambrozina Nóbrega de Farias, nascida em 20/01/1881; Dignicira Maria de Farias; Petronila Maria de Farias, nascida em 26/11/1885; Josepha de Farias do Amor Divino, falecida solteira em 03/02/1906, com 40 anos de idade; Maria de Farias; e Alexandrina de Farias, nascida em 25/12/1879.

te: figura do lado nascente, desta mesma povoação Batalhão, um serrote que existe perto do rio, onde tem um lajedo com pequenos tanques e daí com direção ao poente, até completar o rumo de 300 braças servindo o mesmo rio de testada e daí em direção sul, também com número de 300 braças, e onde completar este número seguirá na direção ao Poente, com o mesmo número de 300 braças, contendo uma casa construída de tijolos. (LIVRO DO CARTÓRIO DE 2º OFÍCIO DE SÃO JOÃO DO CARIRI, 1874).

Na década de 1870 teve início a sua formação administrativa, quando então o povoado foi elevado à categoria de Distrito de São João do Cariri em 1873, com a denominação de Batalhão.⁵⁸ Em 06 de outubro de 1886, treze anos depois, se desmembrou de São João do Cariri e foi elevado à categoria de vila com a mesma denominação.⁵⁹ Assim sendo, podemos aplicar a teoria de Jóffily ao estudo sobre o surgimento do povoado de Batalhão, segundo a qual a seqüência bandeira-curral-fazenda-arraial foi responsável pela formação da sociedade sertaneja da Paraíba.

4.7 SÍMBOLOS CONSTITUÍNTES DA IDENTIDADE TAPEROAENSE

A BANDEIRA E O BRASÃO



⁵⁸ Lei provincial Nº 475, de 13 de outubro de 1873.

⁵⁹ Lei provincial Nº 829, de 06 de outubro de 1886. O seu primeiro código de posturas foi aprovado por lei Nº 879, de 1º de dezembro de 1888. Alterações toponímicas: pela lei municipal de 23/11/1905, o município de Batalhão passou a denominar-se Taperoá; pelo decreto-lei estadual Nº 520, de 31/12/1943, o município de Taperoá voltou a denominar-se Batalhão; e pela lei estadual Nº 318, de 07/01/1949, o município de Batalhão voltou a denominar-se definitivamente de Taperoá.

Pelo decreto lei de Nº 04, de 25 de janeiro de 1977, foi criada a bandeira do município. O brasão ao centro é o da família Farias Castro, que foi possuidora da metade das terras do sítio Batalhão no início do século XIX, a partir de quando se deu a povoação do lugar. Circundando o brasão encontra-se um ramo de milho à esquerda e um de algodão à direita que representam as culturas agrícolas da sociedade local. Há também uma faixa onde se lê "Taperoá - 1886", nome e ano oficial da fundação do município.

4.8 O HINO MUNICIPAL

O hino de Taperoá foi oficializado mediante Lei Nº 07/2004, em 08 de junho 2004. A letra é do compositor Benedito Gomes da Costa Neto e a música de Natanael Bezerra Gomes.

Às margens do rio, Taperoá
Sua origem se deu
Entre ricas e belas proles
A querida Paraíba nos acolheu

No sítio Batalhão
O oásis do meu Cariri
Onde tropas, comboios e boiadas
Se deleitavam em teu seio a dormir

Com muita bravura e perseverança
Da gente forte do meu Cariri
Com fé, amor e esperança
Nos belos dias que hão de vir

És fruto da luta de um povo fiel e vencedor
Perante a Paraíba és a boa semente
És a terra ascendente futuro promissor
Meu Taperoá
A tua gente acredita em Deus
São muitas as tuas bênçãos
A riqueza entre todas nos concedeu

És fértil meu torrão
Um recanto do imenso Brasil
Fauna e flora, singela fazenda
Rio que alenta nossos corações

Um tesouro imenso e conhecimento

Na cultura tu és a maior
Na dança, música e poesia
São teus valores grande teor

És fruto da luta
De um povo fiel vencedor
Perante a Paraíba és a boa semente
És a terra ascendente futuro promissor

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elpídio. **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

AQUINO, Aécio Vilar de. "A ocupação do interior da Paraíba". In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Vol. 25. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1991.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**: Esboço histórico-social do povoado e da vila (1697 a 1864). Campina Grande: Editora Caravela, 1999.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Editora Caravela, 1988.

CLEROT, Leon Francisco Rodriguez. **30 anos na Paraíba**. Memórias corográficas e outras memórias. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1969.

JÓFFILY, Irineu. **Nota sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus. 1892.

MARIZ, Celso. **Através do Sertão**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1910.

MEDEIROS, Tarcizio Dinoá e MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações Genealógicas do Cariri Paraibano**. Brasília: CEGRAF, 1989.

MELLO, Assis Chateaubriand Bandeira de. **Genealogia da Família Costa Villar**. S/D. (texto mimeografado).

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistência**. João Pessoa: A União, 1997.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

RAMOS, José Leal. **Vale do Travessia**. João Pessoa: API, 1972.

SOUSA, Clemente Amorim Souza. "Relatório hidrográfico do Cariri de Fora da Capitania da Parahyba do Norte". 1757. In: MEDEIROS, Tarcísio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. São Paulo: Gráfica Editora Camargo Soares Ltda, 1990.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Viagem Através da Província da Paraíba**. João Pessoa: A UNIÃO. 1985.

TAVARES, João de Lira. **Apontamentos para a História Territorial da Paraíba**. (Edição Fac-similar). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

TERCEIRO NETO, Dorgival. **Taperoá: Crônicas para sua História**. João Pessoa: INIPÊ Editora, 2002.

DOCUMENTOS

Carta de Arrematação do Sítio denominado Batalhão, 1794.

ARQUIVOS

Secretaria Paroquial de Taperoá.

Cartório de Registro Civil de Taperoá.

Cartório de 2º Ofício de São João do Cariri.

SITES

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Tapero%C3%A1_\(Para%C3%ADba\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tapero%C3%A1_(Para%C3%ADba))

<http://www.ibge.gov.br/home/>

Capítulo 5

Uma história de...

Umbuzeiro



5.1

Capítulo 5

Uma história de...

Impresário



A Cidade-Monumento:

A Fazenda de Gado e o Legendário Umbuzeiro

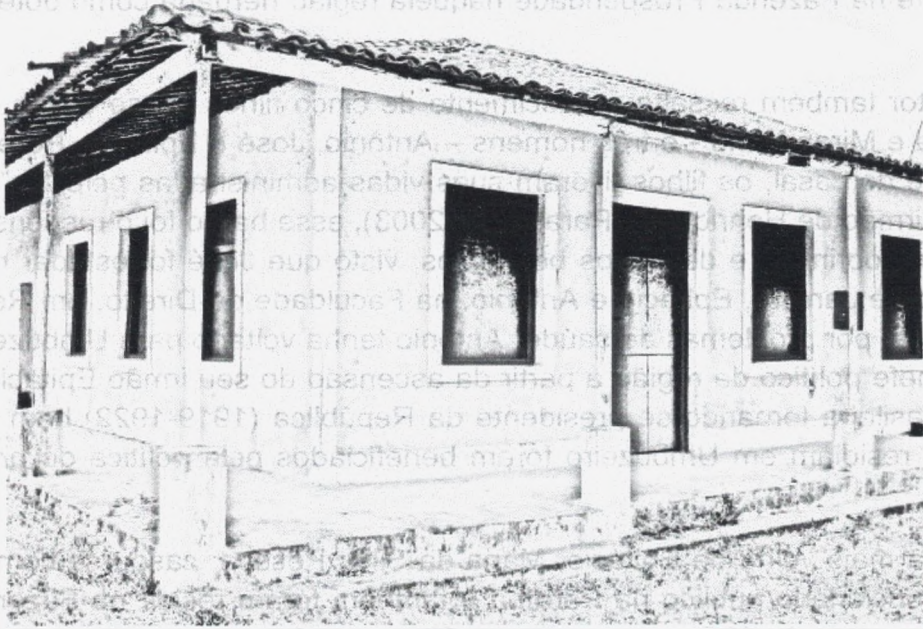


Figura1– Fazenda Prosperidade – Umbuzeiro-PB

Como descrito por Gomes (1995) a região onde fica a cidade de Umbuzeiro era bem diferente do que é hoje. Aproximadamente nos anos de 1816 havia apenas fazendas de gado, canaviais e o tráfego de mercadores que conduziam por serras, caminhos estreitos, sol quente e calor intenso pobres animais de carga que traziam algodão de Campina Grande para o Recife. Naquela época essa atividade quebrava o isolamento vivido entre as pequenas povoações do interior da Paraíba e do Pernambuco.

Ao longo do percurso, animais e homens paravam para descansar por alguns momentos debaixo do pé de umbu, árvore comum naquele lugar, para comer seus frutos, beber água escondida em suas raízes, sob a sua sombra frondosa aliviar a caminhada nas horas mais ardentes e aproveitar dos benefícios do umbuzeiro para pernoitar próximo as fazendas. Sendo assim, à região serrana, de clima agradável, tornou-se referência para os tropeiros conhecida popularmente como “Pouso do Umbuzeiro”. No entanto, às fazendas naquele lugar surgiram desde o início do século XVIII, como doa-

ção de terras aos proprietários de Pernambuco e da Paraíba que fossem para lá criar gados e estabelecer plantações.

O coronel José da Silva Pessoa, senhor de engenho de Pernambuco, foi um dos primeiros Pessoas a chegar em Umbuzeiro, por ter casado pela primeira vez com Ubaldina, filha de Henrique Pereira de Lucena, que também pertencia à elite rural de Pernambuco, e possuidora de terras na Paraíba.

Melo (2003) destaca que esse casamento com Ubaldina durou apenas um ano, porque ela morreu de parto. O viúvo casou com a irmã de sua mulher, Henriqueta de Lucena Pessoa e em 1861, os dois tomaram residência própria e se estabeleceram definitivamente na Fazenda Prosperidade naquela região herdada como dote de casamento.

O autor também ressalta o nascimento de cinco filhos desse casal: duas mulheres - Maria e Mirandolina - e três homens - Antônio, José e Epitácio. Porém, com a morte precoce do casal, os filhos tiveram suas vidas administradas pelo "tio", o Barão de Lucena⁶⁰, irmão de Henriqueta. Para Melo (2003), esse barão foi o responsável pela educação dos sobrinhos e de outros benefícios, visto que José foi estudar na Escola Militar, no Rio de Janeiro, Epitácio e Antônio, na Faculdade de Direito, em Recife, embora mais tarde, por problemas de saúde, Antônio tenha voltado para Umbuzeiro, onde se tornaria chefe político da região a partir da ascensão do seu irmão Epitácio Pessoa na política brasileira tornando-se presidente da República (1919-1922) bem como, os parentes que residiam em Umbuzeiro foram beneficiados pela política do primo "ilustre".

A irmã mais velha de Epitácio, Maria da Silva Pessoa, casou-se com Cândido Clementino, funcionário público na Paraíba e também foram residir na Fazenda Prosperidade pelos anos de 1870 com seus oito filhos, porém um dos filhos deste casal, João Pessoa⁶¹, que mais tarde teria ligações bem próximas ao tio Epitácio e por ele

⁶⁰ O barão com grandeza de LUCENA foi Henrique Pereira de Lucena, filho do Cel. Henrique Pereira de Lucena, que começou sua vida política como delegado de polícia na capital da Província de Pernambuco. Foi deputado Provincial e Presidente das Províncias do RN, de PE, em 1872, e em 1890, da Bahia e do RS. Era Grande do Império, Oficial da Imperial Ordem da Rosa e da de Cristo e da Legião de Honra da França.

⁶¹ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Umbuzeiro (PB), em 1878. Era sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa. ingressou, em 1895, na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Em 1899, matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, por onde se formou em 1904. Em 1909, transferiu-se para o Rio de Janeiro, trabalhando como advogado no Ministério da Fazenda e na Marinha. Em julho de 1919, três meses após a posse de Epitácio Pessoa na presidência, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM). Em 1928, elegeu-se presidente do estado da Paraíba. Em 1929, João Pessoa negou-se a apoiar a candidatura situacionista de Júlio Prestes à presidência da República e aceitou convite para ser o candidato a vice-presidente na chapa oposicionista da Aliança Libe-

indicado posteriormente para governar a Paraíba 1928, após a sua morte ganhou olhares da imprensa, autoridades políticas e autores que narraram a sua vida como uma predestinação para a vida pública que já vinha em sua gênese, por conta do ambiente familiar. Encontramos em Vidal (1978) e Albuquerque (1979), alusões ao seu pai que era coronel, e segundo os autores “tinha procedência nobre de seus ancestrais”, a mãe, era exemplo de desprendimento que, ao perder os pais, transformou o casamento em um “espartanamente cadinho de energia”, pois assumiu os cuidados com os seus quatro irmãos órfãos.

Da infância pobre aos primeiros anos da sua juventude, busca-se apresentá-lo como um homem comum, “sem grandes brilhos”, em que se destaca a “surpresa” que os “deuses do destino” podem realizar. Constantes viagens lhe foram impostas, desde a cidade onde nasceu, Umbuzeiro; depois, a mudança para Guarabira e, mais tarde, viajando para o Rio de Janeiro e a Bahia e habilitado na Escola Militar da Praia Vermelha, novamente no Rio de Janeiro. Para Albuquerque (1979), a explicação dessas viagens constantes é a seguinte:

Por estranho que pareça, todas essas aparentemente insignificantes experiências, irão acionar, junto com muitas outras adquiridas no curso da vida fecundam a mola do idealismo revolucionário. Eis o que será ele um dia, um idealismo em ação, bravo às vezes, puro sempre. (ALBUQUERQUE, 1979, p.84)

Em todos esses acontecimentos, é mostrado um João Pessoa detentor das maiores virtudes, um homem à frente de seu tempo, por ter sido capaz de antever os acontecimentos e perceber, com a sua “pureza”, o melhor caminho a seguir para ser sempre muito bem sucedido.

Em alguns trechos, é possível perceber, através da linguagem rebuscada e cuidadosamente trabalhada, que João Pessoa era um “homem fecundo”, “enriquecido” de todas as “preciosas joias da experiência”. Sua entrada na política paraibana, como entende Albuquerque (1979), foi uma “terrível missão”, que lhe custou cumprir “o supremo sacrifício”.

Aguiar (2005) busca o determinismo revolucionário pela genealogia, porquanto a mãe de João Pessoa era sobrinha do “grande” Barão de Lucena e neta de Henrique Pereira de Lucena, um dos chefes da Revolução Praieira. Pelo lado paterno, o seu avô

ral, articulada pelos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e encabeçada pelo gaúcho Getúlio Vargas. Em 1930 em viagem ao Recife, João Pessoa foi assassinado por João Dantas em uma confeitaria da capital pernambucana. O assassinato provocou forte comoção no país. Fonte http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_joaopessoa.htm

era João Batista do Rego Cavalcanti de Albuquerque, considerado “líder” da Revolução Pernambucana de 1817. Assim, ele conclui: “como se depreende, a rebeldia de sua personalidade, mais tarde demonstrada, é do sangue. E vem de longe!” (Aguiar 2005 p.27)

Os elogios à personalidade de João Pessoa ganham ecos durante uma missa no dia 24 de janeiro de 1978, quando o Estado programou uma festa em comemoração ao Centenário do seu nascimento, atraindo várias pessoas e autoridades para a cidade de Umbuzeiro. O cônego Eurivaldo Tavares⁶² começou seu sermão reconhecendo que “o legendário pé de umbu”, numa alusão ao nome da cidade, foi símbolo do desenvolvimento do município, lembrando que, no passado, reuniram-se em torno dele alguns tropeiros que por ali passavam para descansar. No entanto, a “grande dádiva” do Umbuzeiro, continua ele, foi servir de “berço ao maior dos nossos irmãos, o inolvidável João Pessoa.” E sua “alegoria mística” continua:

E não seria demais imaginar que há um século atrás, exatamente a 24 de janeiro de 1878, embaixadores celestiais, tal como no Natal do Senhor, tenham daqui partido para o anúncio profético ao povo paraibano: **“Comunico-vos uma alegre nova: Hoje, na Fazenda Prosperidade, nasceu João Pessoa, aquele que haverá de se tornar o redentor dessa gente”**. (TAVARES 1978 p.40 - grifamos)

É inegável que a narrativa bíblica inspirou as palavras do cônego, porque ele mesmo afirmou que “não era demais imaginar” a semelhança entre os dois acontecimentos. Porém, se faltaram animais e pastores para completar a cena do presépio natalino, pelo menos em seu discurso, Belém e Umbuzeiro tiveram destinos iguais - “cidades escolhidas para serem berço de um salvador”, e para justificar a concentração naquele lugar, utiliza-se da seguinte explicação:

Eis o motivo por que, **a exemplo dos Magos do Oriente**, também nós empreendermos esse roteiro sentimental, do litoral aos cariris, norteados pelo brilho refulgente da estrela de nossa fé patriótica, a qual nos guiou até aqui. E em chegando **curvamo-nos todos**, reverentes, diante desse chão bendito e da casa onde nasceu João Pessoa, enquanto abrindo o tesouro de nossos corações, **ofereçamos em retribuição à**

⁶² Cônego e Major Capelão da Polícia Militar da Paraíba e membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Foi membro da Comissão Estadual que organizou os festejos do Centenário do Presidente João Pessoa. Em seu livro intitulado: “Soldado Paraibano orgulho do “Grande Presidente”: contribuição da Polícia militar do Estado ao Centenário de João Pessoa”, que foi publicado naquele ano trazendo na íntegra os discursos de sua autoria, pronunciados durante as festividades. O cônego Eurivaldo Tavares dedica o seu livro à “memória” do Presidente João Pessoa, considerado por ele como “fonte perene de inspiração.”

Umbuzeiro, o ouro do nosso amor, o incenso do nosso louvor e a mirra do nosso reconhecimento. ((TAVARES 1978 p.41- grifamos)

Na continuidade da homilia, o cônego reafirma a fidelidade de João Pessoa a sua “missão” recebida do “Alto”, culminando com a sua indicação para o Governo da Paraíba, os conflitos causados durante a sua administração e, definitivamente, o seu assassinato em 26 de julho de 1930, em Recife. Para o cônego, a vida de João Pessoa já estaria predestinada e, por isso mesmo, ele soube ser fiel a sua trajetória de “mártir”.

Nesse sentido, a cidade de Umbuzeiro tornou-se o grande palco para as encenações, os discursos políticos e inaugurações de obras, justificando a dignidade da cidade como “berço de grandes heróis”. De fato, a cidade de Umbuzeiro, recebe um alto teor aurático. O discurso do governador Ivan Bichara tem sua fala destacada nas páginas de *A União*, ao fazer a seguinte pergunta:

Que mistério, que força, que energias latentes se escondem nestes ares e nesta terra generosa e fecunda, matriz inigualável, geratriz de inteligências privilegiadas, de heróis espartanos temperados nas lutas da vida desde a mais tenra idade? (*A União*, 24 de janeiro de 1978)

Esse discurso foi pronunciado em frente a casa onde nasceu João Pessoa, na Fazenda Prosperidade. Esse “lugar de memória” passou a ser enaltecido, assim como a paisagem local, o céu, as serras, o campo e os pés de umbu passaram a ser cultuados como testemunhos materiais de sua presença para heroificar o seu nascimento e a cidade. A inauguração de um grupo escolar, batizado pelo nome da genitora de João Pessoa, e a criação de um estabelecimento de ensino com o seu nome se tornavam outro investimento de sacralização dessa genealogia heróica dos Pessosas.

Umbuzeiro torna-se, então, uma “cidade-monumento” evidenciada na fala do governador, numa relação íntima entre aquele lugar, o morto e os que ali estão presentes “para lhe prestar culto”. Do mesmo modo, além da casa onde nasceu João Pessoa, outros lugares ganharam destaque na cidade. Na programação oficial, por exemplo, constava a inauguração do Grupo Escolar Maria Pessoa Cavalcante de Albuquerque e a assinatura do decreto para a criação do Colégio Estadual de 1º e 2º graus “Presidente João Pessoa”. Todavia, essa atitude de nomeação de espaços públicos com o sobrenome “Pessoa” foi uma constante na história política de Umbuzeiro, porquanto vários prefeitos e vereadores que administraram a cidade, desde a sua criação, pertenciam à família Pessoa desde que chegaram à região.

Desde então, a vida política e a construção de obras de caráter memorialístico em Umbuzeiro tiveram a participação ativa dos Pessosas. Por exemplo, em Gomes (1995), encontramos que, em 1924, o prefeito Carlos Pessoa construiu um grupo escolar, no centro da cidade, em homenagem ao seu pai, nomeando o educandário de Cel. Antônio Pessoa. Mais tarde, foi batizada uma praça com seu nome e erguido um busto do chefe político.

Em 1930, com a morte de João Pessoa e a repercussão ocorrida na cidade de Umbuzeiro, o nome da praça central foi substituído pelo seu nome, e a construção de um busto em bronze, atitude semelhante que ocorria naquele momento na capital paraibana e em outras cidades⁶³.

Como descrito por Gomes (1995), nos anos de 1940, foram inaugurados em Umbuzeiro a biblioteca Epitácio Pessoa e o posto de saúde Sinhá Pessoa. Em 1950, durante a administração de Carlos Pessoa Filho, neto do Cel. Antônio Pessoa, ele mandou erguer uma praça, uma avenida e um busto em homenagem ao seu pai, Carlos Pessoa, bem como a construção da Escola Presidente João Pessoa. (QUADRO I)

No ano do centenário, a prefeita Terezinha Lins Pessoa, além de dar continuidade às construções de “arquivos de pedra”, aposta também na idealização de símbolos oficializados, como um hino e uma bandeira. Isso denota o quanto o poder público significou tais símbolos.

QUADRO I – Os Pessoa de Umbuzeiro

	CONSTRUÇÃO EM UMBUZEIRO	NOME DO HOMENAGEADO
1	Fórum Municipal	Epitácio Pessoa, tio de João Pessoa
2	Posto de Saúde da Família	Sinhá Pessoa, esposa de Antônio Pessoa
3	Escola de Ensino Fundamental	Presidente João Pessoa
4	Busto, Praça, Avenida e Travessa	Carlos Pessoa, primo de João Pessoa
5	Grupo Escolar Estadual	Cel. Antônio Pessoa, tio de João Pessoa
6	Biblioteca Municipal	Epitácio Pessoa, tio de João Pessoa
7	Busto e Praça	Cel. Antônio Pessoa, tio de João Pessoa

⁶³Sobre o assassinato de João Pessoa e os desdobramentos após a sua morte na imprensa e nas cidades brasileiras ver: RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa.** Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa: UFPB, 2009.

8	Escola de Ensino Fundamental	Maria Pessoa, mãe de João Pessoa
9	Busto	Presidente João Pessoa
10	Museu – casa onde nasceu João Pessoa	Presidente João Pessoa
11	Escola 1º e 2º graus	Presidente João Pessoa
12	Praça	Presidente João Pessoa

Carvalho (1990) concebe que a bandeira e o hino de uma localidade são símbolos que carregam o “peso da tradição”. Isso significa que, quando são instituídos, ganham estatuto de legítimos representantes do passado e da memória coletiva. A partir dessas observações, podemos afirmar que, em Umbuzeiro, as comemorações do centenário em 1978, ao “rememorar” o nascimento de João Pessoa ao devir, imprimiam na memória histórica símbolos da sua existência bem como o da cidade.

Assim, as homenagens a João Pessoa ganharam o aspecto da instituição de vários símbolos oficializados, algumas delas de caráter municipal. De acordo com Gomes (1995), a prefeita Terezinha Lins Pessoa, no ano do centenário, através de um projeto de lei, oficializou o hino e a bandeira municipal de Umbuzeiro, os quais traziam, em seus elementos, uma significação histórica particular - a festa do centenário deveria assegurar o passado de glórias como o futuro promissor.

Observando a composição da letra do hino municipal oficializado naquele ano, percebemos a intenção do autor em divulgar a “glória” da cidade, sua descrição geográfica e econômica e ainda representada pelos seus “filhos ilustres”. Vejamos suas estrofes:

Na fronteira a cidade-Guarida
 No alto da serra nos convidar
 Umbuzeiro, que é Paraíba
 Inda tem Pernambuco também,
 Para se limitar,
 Hospitalidade, saúde
 Em Umbuzeiro você vai encontrar

**Suas serras,
 Seus horizontes,
 Sentir nos mirantes,
 A paz, em seu derredor,
 Minha serra dos “Cariris Velhos”
 Ouvir tua história**

Na voz dos teus filhos

É muito melhor.

Nos seus prados cobertos de flores,
Orvalho e neblina ao amanhecer
Cerração envolvendo arredores
Na brancura do espesso véu
Pouco a pouco subir...
Sol nascendo traz mil cores
A natureza despertando sorri.

No seu céu para sempre ecoará
um hino de fé imortal, imortal.
Relembrando Epitácio Pessoa,
João Pessoa, e Chateaubriand,
esse trio ideal. Os seus nomes são a glória
de Umbuzeiro, sua terra natal.
(Hino Oficial de Umbuzeiro, 1978)⁶⁴

Podemos perceber a monumentalização e o cumprimento desse “símbolo municipal”, a partir de cuja letra apologética se tomaria um investimento político na tentativa de traduzir o sentimento coletivo dos moradores da cidade de Umbuzeiro na veneração “imortal” dos três conterrâneos da cidade. Nesse mesmo sentido, podemos perceber, ainda, como Umbuzeiro é construída, imaginada e sentida e como, nas palavras de Pesavento, é uma constante essa relação entre a cidade, seus habitantes e suas representações.

Mas essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. (PESAVENTO, 2007 p.16)

⁶⁴Compositor Ivandro Souto; Letra disponível em: GOMES, J. Eduardo. Umbuzeiro 100 anos. Nossa terra, nossa história, nossa gente. Ed. A União, Umbuzeiro, 1995. p.83.

Essa “invenção do passado” ocorre da mesma forma com a bandeira oficial do município, disposta lado a lado com a bandeira da Paraíba (Figura 2 e 3). Em um primeiro olhar, já se percebe certa identidade gráfica entre as duas, na medida que evocam a existência de um sentimento comum, ou seja a semelhança na bipartição vertical das cores é vinda da inspiração memorialística dos acontecimentos de 1930. Gomes (1995) afirma que a bandeira de Umbuzeiro é uma continuidade da evocação pelo luto a João Pessoa, ou seja, “a perda irreparável” tanto para o estado quanto para a cidade.

Vendo a bandeira de Umbuzeiro, observamos que ela se define por três elementos: (1) a bipartição de duas cores, o preto e o vermelho, símbolo da “Revolução de 30”, (2) um brasão sobreposto entre as duas cores e (3) a expressão “NEGO,” disposta logo abaixo no quadro vermelho semelhante à bandeira do estado.

No entanto, se é possível reconhecermos algumas semelhanças, não podemos deixar de atentar para as particularidades do papel que representa o brasão, uma vez que a bandeira do estado pode ser abordada como símbolo da existência de uma Paraíba “revolucionária”, e a presença do brasão lembra a cidade de Umbuzeiro, lugar onde nasceu o grande “mártir” dessa “Revolução”.

Nesse caso, aponta-se para o fato de que a “Revolução de 30” se tomou possível porque, há cem anos, nasceu, naquele lugar, o “herói” que “lutou e “derramou seu sangue” para que, posteriormente, ocorresse a vitória dos liberais e assim a cidade continua sendo o berço de heróis e personagens ilustres.

A “riqueza do município” lembrada no brasão estampa produtos agrícolas (cana-de-ácúcar e algodão) e um touro que faz lembrar os donos de terras, rebanhos de gado e fazendeiros. Ou ainda podemos recordar ainda o aspecto rural do frondoso umbuzeiro, considerado como árvore sagrada que servia de pouso de descanso para os tropeiros.



Figura 2 – Bandeira do estado da Paraíba. Disponível em www.google.com.br/imagens



Figura 3 - Bandeira do município de Umbuzeiro. Disponível em

É válido ressaltar que Aires (2006) trata do processo de elaboração de uma nova bandeira para a Paraíba como um investimento de memória pelo olhar, ou seja, esses símbolos, pelo seu uso obrigatório e presença constante no cotidiano, sempre estarão numa relação quase sagrada quando são usados⁶⁵.

No caso de Umbuzeiro vemos a convergência com a idealização entre o poder público na Paraíba dos anos de 1970 e de 1930 bem como uma tentativa de conciliar elementos de várias tradições institucionalmente cultuadas, tanto o passado da “glória” de Umbuzeiro bem como os festejos do nascimento do Presidente João Pessoa. Sendo assim, entendemos o ano de 1978 numa tentativa de reacender a partir de comemorações locais a fim de exorcizar o esquecimento do “herói” e demarcar em cada pedra, mármore ou bronze a cidade “dos Pessoas” de outros tempos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington. **João Pessoa: O Reformador**. Ideia, João Pessoa: 2005.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “revolução de 30” na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: UFPB, 2006.

ALBUQUERQUE, Epitácio Pessoa Cavalcanti de. **João Pessoa: o sentido de uma vida e de uma época**. João Pessoa: Acauã, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, J. Eduardo. **Umbuzeiro 100 anos. Nossa terra, nossa história, nossa gente**. Ed. A União, Umbuzeiro, 1995.

MELO, Fernando. **João Pessoa: uma biografia**. 3 ed. João Pessoa, ed. Ideia, 2003.

⁶⁵ Essa temática é tratada pelo autor num dos tópicos de sua dissertação, intitulado: “A MEMÓRIA PELOS OLHOS: UMA BANDEIRA RUBRO-NEGRA OU VERDE BRANCA?” Aires (2006) destaca os conflitos de memória em torno do processo de institucionalização da atual bandeira paraibana, bem como os embates políticos ligados aos grupos perrepietas e liberais que acompanharam a sua construção após assassinato do Presidente João Pessoa.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol.27, n. 53. 2007

RIBEIRO. Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade**: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa. Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa: UFPB, 2009.

TAVARES, Eurivaldo Caldas. **Soldado paraibano orgulho do “Grande Presidente”**: contribuição da Polícia Militar do Estado ao Centenário de João Pessoa. Ed. A União, João Pessoa, 1978.

VIDAL, Ademar. **Do Grande Presidente**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1931.